

MARCELO LAPUENTE MAHL

TEORIAS RACIAIS E INTERPRETAÇÃO
HISTÓRICA: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
(1894-1940)

ASSIS
2001

MARCELO LAPUENTE MAHL

TEORIAS RACIAIS E INTERPRETAÇÃO

HISTÓRICA: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História. (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira

ASSIS
2001

Mahl, Marcelo Lapuente.

Teorias Raciais e Interpretação Histórica – O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940) / Marcelo Lapuente Mahl. -Assis: [s.n.], 2001.

181 f. ; 30 cm.

Orientador: Antonio Celso Ferreira

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista.

Faculdade de Ciências e Letras.

1. Teorias Raciais. 2. Bandeirantes. 3. Primeira República. I. Ferreira, Antonio Celso. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. III. Teorias Raciais e Interpretação Histórica – O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940).

CDD – 981.05

(...) não importa o que digam os cientistas, a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade mas o seu fim, não a origem dos povos mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem mas a sua morte antinatural(...)

Hannah Arendt

MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica – o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Assis, 2001. 180 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a presença do pensamento racial entre os membros da elite letrada paulista, associada ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, entre os anos de 1894 e 1940. O IHGSP, um dos principais núcleos da intelectualidade paulista no período estudado, publicava uma revista anual com temas relacionados principalmente à geografia, história, etnologia, assim como trabalhos biográficos e genealógicos. O estudo teve como foco de suas análises todos os artigos publicados na revista até o volume XXXVIII, com especial atenção àqueles que se dedicavam exclusivamente às problemáticas de fundo racial.

Essas produções culturais oferecem um panorama bastante amplo sobre como os autores da revista se inserem nos debates raciais das primeiras décadas do século XX, e também como seus trabalhos contribuíram para a consolidação de uma imagem simbólica e ideológica a respeito da chamada raça paulista.

Palavras-chave: Raça, elite intelectual, história, cultura, Instituições, ideologia

MAHL, Marcelo Lapuente. *Racial view and history interpretation – The Associated to the Historic and Geographic Institute of São Paulo(1894-1940)*. Assis, 2001. 180 p. Dissertação (Master in History) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

Abstract

This research has as its purpose analyse the presence of the racial thought among the members of the literary elite of São Paulo state (paulista) associated to the Historic and Geographic Institute of São Paulo (IHGSP), within the years of 1894 and 1940

The IHGSP, one of the main centers of the intellectuality in São Paulo in the studied period, published an annual magazine with articles related mainly to geography, history and ethnology, as well as biographical and genealogical works.

The study had as focus of its analysis all the articles published in this magazine up to the volume XXXVIII, with special attention to those which concentrated exclusively to the racial problems.

These cultural outputs offer a wide view on how themselves in the racial debates of the first decades of the 20 century, and also how their work contributed to the consolidation of a symbolic image of the so called *paulista race*.

Keywords – Race, intellectual elite, history, culture, Institution, ideology

Sumário

Introdução	8
Capítulo I	
Formação e Consolidação do IHGSP	15
Os artigos e suas épocas	23
A organização do Instituto	44
Bandeirantes e Identidade Cultural	51
As Ciências Naturais	58
As Teorias Raciais e o Brasil	72
Capítulo II	
As Teorias Climáticas	82
Olhares negativos sobre a natureza paulista	90
O novo paraíso tropical	96
Uma síntese para o entendimento do mundo natural	101
Capítulo III	
A questão racial na Agremiação	106
A representação do mameluco paulista	110
Os vários olhares sobre a miscigenação	120
Capítulo IV	
As diferenças proclamadas	134
O negro inexistente	141
As fronteiras demarcadas de uma identidade racial	151
O futuro da raça bandeirante	154
Considerações Finais	162
Fontes	165
Bibliografia	173

Introdução

Podemos perceber na passagem do século XIX para o século XX o enorme esforço despendido por grupos sociais ligados à elite política, econômica e intelectual paulista em construir, a partir de determinadas referências históricas, uma identidade regional, para a qual ganhou relevo a invenção de uma imagem heróica do bandeirante.

Os dispositivos simbólicos acionados nesse processo, envolvendo elementos *ideológicos*, foram estudados por vários autores; dentre eles Kátia Abud¹ e Antonio Celso Ferreira². Apesar de seus trabalhos analisarem a questão do *mito bandeirante* sob diferentes aspectos, ambos concordam em afirmar que a figura do bandeirante serviu como modelo ideológico para a elite econômica, política e social paulista que durante a chamada Primeira República exercia certa hegemonia no poder federal.

A imagem do bandeirante que então interessava a essa elite era a de uma figura corajosa, audaz, intrépida. Formado pela união dos sangues indígena e português, ele seria representado como o responsável pela expansão das fronteiras do país para além do tratado de Tordesilhas, o descobridor dos primeiros veios de ouro e diamantes e o facilitador da integração física do Brasil por meio de suas

¹ ABUD, Kátia. *O Sangue Itimorato e as Nobilíssimas Tradições*. São Paulo: USP, 1985.

² FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Paulista: imaginação literária e invenção histórica (1870-1940)*. Tese de Livre-Docência. Assis: UNESP, 1999.

bandeiras. O homem paulista, considerado seu descendente foi tido, finalmente, como líder do movimento republicano que pôs fim à Monarquia brasileira. Todas estas afirmações são fruto de um esforço intelectual que, agregando vários grupos sociais em tempos históricos diferentes, deu origem ao chamado *mito bandeirante*.

Podemos afirmar que a chamada Primeira República foi um período rico em exemplos de uma produção intelectual que apresenta o bandeirante com as características descritas anteriormente. A respeito desta questão, afirma Kátia Abud:

(...) entre 1890 e 1930 que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo, pois ao mesmo tempo que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o processo de integração territorial que dera sentido à unidade nacional. Como símbolo, o bandeirante representava, de um lado, a lealdade à nação, e permitia também com a significação que os Estados históricos do período lhe deram, que uma parcela da população, a dos imigrantes, se integrassem emocionalmente a São Paulo, na medida em que uma das vertentes dos estudos sobre o Bandeirantismo deu ênfase à miscigenação.³

³ ABUD, Kátia., op. cit., p. 132

O fato de entre os anos de 1890 e 1930 encontrarmos vários trabalhos que buscavam valorizar as figuras ligadas à história paulista se relaciona intimamente ao contexto histórico brasileiro do período. Do ponto de vista político-econômico este contexto pode ser entendido através da construção de uma liderança paulista no governo federal, que em muito era creditada ao poder econômico trazido ao estado pelo desenvolvimento da cafeicultura⁴. Esta busca pelo poder político e econômico consolida-se com a *construção simbólica* do bandeirante, que dava sustentação ideológica à elite dirigente paulista e garantia uma identidade regional. Na ânsia de construir um passado glorioso para o *bandeirante paulista*, os responsáveis por este processo utilizaram todas as formas possíveis para difundirem suas idéias. Monumentos foram erguidos, trabalhos históricos e literários foram escritos, discursos realizados e quadros foram pintados. Trabalhos como os do pintor Benedicto Calixto, que retratavam o homem e a natureza paulista, são representativos desta busca para se constituir um passado glorioso e heróico para a história de São Paulo.

No já citado trabalho de Kátia Abud podemos encontrar o estudo pormenorizado de textos que serviram de referência para vários autores que procuraram caracterizar heroicamente o bandeirante. Nesse sentido a autora

⁴ Sobre os aspectos históricos da formação e do crescimento econômico do estado de São Paulo, ver: LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. ver também: MORSE, Richard M. *Formação Histórica da cidade de São Paulo, da comunidade à Metrópole*. São Paulo: Difusora Européia do Livro, 1970; sobre a cafeicultura consultar: MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Alpha-Omega, 1974.

analisa, entre outras, as obras de Frei Gaspar da Madre de Deus⁵, Pedro Taques de Almeida Paes e Leme⁶, August Saint-Hilaire⁷, Francisco Adolfo Varnhagem⁸ e Alfredo Ellis Júnior.⁹

Podemos afirmar também a participação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia Paulista de Letras como instituições que contribuíram, a partir do final do século XIX, para a construção de uma visão positiva e heróica dos fatos e dos personagens ligados à história paulista.

Dentre essas duas instituições podemos considerar o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, inaugurado em 1894, como aquela que congregava uma parcela bastante expressiva da elite letrada paulista da Primeira República e que contribuiu efetivamente para a consolidação da imagem do bandeirante. Este trabalho tem como objetivo estudar de que forma uma

⁵ DEUS, Frei Galpar da Madre de. Nascido em Santos (1715-1800) Principais obras: *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*; *Notícia dos anos que se Descobriu o Brasil*; *Dissertação*; *Explicações*

⁶ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Historiador nascido em São Paulo (1714-1777) Principais obras: *Nobiliarquia Paulistana*; *História de São Paulo*; *Discurso Cronológico sobre o Descobrimento do Brasil*; *Memórias de Jundiá*; *História da Capitania de São Vicente*.

⁷ HILAIRE, Saint. Naturalista Francês. Tem como principais obras *Viagem a Província de São Paulo Viagem ao Rio de Janeiro, a Minas Gerais e a São Paulo* (1822), *Viagem à Província de Santa Catarina* (1820), *Segunda viagem ao Interior do Brasil* (*Espírito Santo*).

⁸ VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. Historiador e Diplomata, nascido em 1816. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Real de Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras. Principais obras: *História Geral do Brasil*, 2 volumes (1854), *História das lutas contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871) e *Amador Bueno* (1859)

⁹ ELLIS, Alfredo Jn. Político e historiador brasileiro, nascido em São Carlos em 1890. Formado em Direito pela faculdade de São Paulo (1917), promotor público em São Carlos, deputado Estadual entre 1925 e 1930. Professor de história da civilização brasileira na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Principais obras: *O Bandeirantismo e o recuo do meridiano* (1924), *Raça de Gigantes* (1926), *A nossa Guerra* (1933), *Populações Paulistas* (1934), *Os Primeiros Troncos Paulistas e o cruzamento Ibero Americano* (1935), *A Evolução da economia Paulista e as suas causas* (1937), *Feijó e a primeira metade do século XIX* (1940) e *Raposo Tavares e sua Época* (1944).

significativa parcela dos sócios do IHGSP insere-se na construção de uma idéia de superioridade do povo e da história paulista. Objetivamos também o entendimento de como os trabalhos destes autores relacionam-se com as chamadas teorias raciais do final do século XIX. O recorte cronológico do trabalho estende-se de 1894, data da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a 1940; quando o prestígio do IHGSP começa a se enfraquecer devido entre outros fatores a consolidação da USP como instituição intelectual predominante em São Paulo.

Como fontes serão utilizados os artigos publicados nas revistas do IHGSP por autores variados. Estes textos, apesar de apresentarem diferentes estilos e temas, revelam como as idéias raciais estavam presentes no meio intelectual paulista entre 1894 e 1940. Devemos pensar também estes textos a partir da idéia de documento-monumento, apresentada por Jacques Le Goff¹⁰. Para o autor, o documento é um monumento já que ele é testemunha de uma época e expressa forças sociais que disputavam a hegemonia sobre a memória¹¹. O documento não é estático, mas sim apresenta os confrontos e as problemáticas próprias do período em que ele foi constituído. Nesse sentido, os sócios do Instituto tinham uma visão que buscava consolidar, a partir do pensamento historicista e principalmente racial, certas idéias sobre a sociedade brasileira. Portanto, estes textos devem ser analisados a partir do jogo de disputas que

¹⁰ GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão ... (et. al.). Campinas: Ed Unicamp, 1990

¹¹ Ibid., p. 535

cercavam os grupos interessados na consolidação de certas concepções históricas sobre o povo e a sociedade paulista.

Antes de iniciarmos as análises relativas ao IHGSP e aos trabalhos publicados na agremiação, torna-se necessário entendermos certas questões teóricas relativas à chamada *construção simbólica*. O sociólogo Pierre Bourdieu, em seu livro *O Poder Simbólico*¹², entende que este é parte constitutiva dos *campos*. Se compreendermos estes *campos* como espaços sociais que possuem suas fronteiras definidas e onde existem disputas, o poder simbólico funciona como uma arma que pode ser utilizada tanto para questões direcionadas dentro das fronteiras do campo quanto para demarcar diferenças entre os espaços sociais. No caso específico dos intelectuais envolvidos na construção simbólica do bandeirante, são utilizados símbolos relacionados diretamente a estes para entrarem nas disputas sociais como privilegiados. Ainda segundo Pierre Bourdieu, o poder simbólico sempre serve a um propósito específico e particular. Desse modo, a figura mitificada do bandeirante é utilizada não só com o objetivo de dar sentido e harmonia a uma sociedade em construção (uma República recém formada), mas também para referendar uma posição social privilegiada dos segmentos sociais dirigentes, formados principalmente por membros de uma classe social sem tradições claras no governo federal¹³. O bandeirante torna-se símbolo

¹² BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

¹³ Apesar de políticos paulistas terem participado do governo durante o período monárquico brasileiro (José Bonifácio pode ser o melhor exemplo), os paulistas foram preteridos em relação a

do que a classe dirigente paulista achava ser uma nova concepção de política e de sociedade. Como esta construção simbólica do bandeirante utiliza o material simbólico próprio do período, as questões raciais são requeridas como ponto de partida para a idealização deste símbolo.

As chamadas teorias raciais eram centrais nas análises sociais nas primeiras décadas do século XX. No primeiro capítulo deste trabalho, apresentaremos um estudo da história da Agremiação Paulista e de seu contexto social, político e econômico. Também faremos uma discussão sobre os fundamentos teóricos das idéias raciais que influenciaram os intelectuais do Instituto.

No segundo, apontaremos como os debates raciais se apresentam a partir das discussões sobre a natureza brasileira e de suas contribuições (positivas ou negativas) para a formação da raça paulista. Dando continuidade a tais debates, pensaremos no terceiro capítulo como os sócios do Instituto entendiam as questões raciais no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo.

O quarto e último capítulo apresentarão como os autores do IHGSP reappropriaram as explicações raciais e entendiam o miscigenado paulista, fruto da união do índio com o português, como um exemplo de vitória racial nos trópicos.

políticos de outros estados da nação, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Isto devia-se principalmente a pouca importância econômica de São Paulo até a segunda metade do século XIX.

Capítulo I – Formação e consolidação do IHGSP

Em sua tese de livre docência¹⁴, Antonio Celso Ferreira estabelece conexões entre autores paulistas de períodos históricos variados para definir o que ele chama de *epopéia paulista*. Entre estes autores estudados, atenção especial é dada aos sócios do IHGSP. Assim, seu trabalho possui uma relevante discussão sobre as questões políticas e sociais em que os sócios de Instituto Paulista estão envolvidos entre os anos de 1894 e 1940.

Segundo o autor, a história da Agremiação relaciona-se intimamente a um momento histórico brasileiro (final do século XIX) marcado pelo crescimento do estado e da própria cidade de São Paulo; em grande parte impulsionada pela cafeicultura, principal produto econômico do período¹⁵. Dessa forma, a cidade de São Paulo aos poucos vai se tornando o centro aglutinador dessa nova elite que, mudando-se do campo para a cidade, começa a transformar os rumos da capital paulista¹⁶.

¹⁴ FERREIRA, Antonio Celso., op. cit.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Sobre esta afirmação, escreve Sergio Buarque de Holanda: (...) *Simplificando-se a produção, aumentou, por conseguinte, a necessidade do recurso aos centros urbanos distribuidores de mantimentos, que outrora se criavam no próprio lugar. O resultado é que o domínio agrário deixa aos poucos de ser uma baronia, para se aproximar, em muito de seus aspectos, de um centro de exploração industrial. É quando muito nesse sentido que se poderá falar do café como de uma “planta democrática”. O fazendeiro que se forma em seu contato torna-se, no fundo, um tipo citatino, mais do que rural, e um indivíduo para quem a propriedade agrícola constitui, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente residência ou recreio.(...) In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995., p. 175*

Com a proclamação da República em 1889, a elite econômica paulista inicia um novo processo de disputas políticas em busca do predomínio no governo federal. Esta mesma elite não pode ser estudada como um grupo hegemônico, entendendo-se que houve várias rupturas e disputas entre os diversos segmentos das classes dominantes paulistas¹⁷. Assim, apesar dos conflitos internos, podemos entender que se inicia, principalmente a partir da proclamação da República, uma série de esforços para a consolidação de uma cultura regional que pudesse corresponder às exigências dos grupos dominantes de São Paulo. Na procura desta história regional, podemos observar a utilização de fatos, ações e pessoas que pudessem servir como exemplos dignos para a história paulista. Nessa retomada do passado, a intelectualidade privilegiou, como temas de interesse o movimento bandeirante, os trabalhos biográficos sobre personagens da região, a luta do homem para consolidar-se no território *selvagem* e a formação de um tipo racial novo: *a raça paulista*. Este último vai, ao longo das décadas iniciais do século XX, sendo relacionado com a figura do bandeirante, na medida em que essa idéia podia corresponder à visão que os letrados tinham de si próprios. Assim, o IHGSP ajudou a construir, através de sua produção intelectual, determinadas idéias

¹⁷ A respeito dos conflitos internos ocorridos nas classes dominantes paulistas durante a República Velha ver: PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: Sugestões para pensar a década de 1920*. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. *A década e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp, 1997. Uma importante contribuição sobre o assunto é também encontrada em: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Sobre as rupturas dentro do Partido Republicano Paulista, ver; CASALECCHI, José Enio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

a respeito do bandeirante e do que se convencionava na época se chamar de *raça paulista*.

O IHGSP surge em 1894, seguindo os moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1839 e pioneiro dessas agremiações no Brasil. Como afirma Manoel Luís Salgado Guimarães, o IHGB tinha como objetivo construir através das ciências (principalmente da História e da Geografia) fatos que consolidassem uma determinada visão sobre a cultura e a sociedade brasileira, tendo como centro a corte Imperial com sede no Rio de Janeiro¹⁸. Desviando o olhar para São Paulo, o IHGSP tinha como meta também a construção de uma identidade nacional¹⁹, porém dando destaque especial aos chamados feitos paulistas, procurando apresentar um suposto passado de liderança do estado de São Paulo em relação ao Brasil²⁰. Já no texto de apresentação da 1ª Revista do Instituto, publicada no ano de 1895, percebemos o apelo extremamente ufanista da publicação:

A História de São Paulo é a própria historia do Brasil.

A necessidade de uma associação que promovesse os meios

de estudar tantos documentos com os quais se póde vir a conhecer a

¹⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, 1988.

¹⁹ A questão sobre a consolidação de uma identidade nacional sob diferentes aspectos políticos e sociais é discutida em: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

²⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, Instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1987., p. 125-126

origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções erroneas sobre factos que merecerem ser devidamente conhecidos, era uma destas lacunas que se afigurava difficil de ser peenchida.(...)

(RIHGSP, 1895)

Em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no ano de 1913, o sócio Alberto Rangel expõe também sua visão sobre São Paulo:

(...) Nesta Capital, mais que em qualquer outra parte do paiz, era necessaria a agremiação que formaes e sustentaes. Com o aspecto de terra nova, liberal e desnacionalizada, é S. Paulo o velho torrão brasileiro, centro do seu movimento social mais grave e de mais fructo: a devassa do sertão; é São Paulo o terreno das explosões nativistas que fomentaram e assistiram no golpe popular de suprema importância: - a Independencia Nacional; é S. Paulo o theatro das experiencias do problema capital do paiz: é S. Paulo, enfim, actualmente, o fóco principal da nossa instrucção pública e o despertador necessário das preferencias de opinião, com as quaes nos

*levantaremos ou succumbiremos na ordem administrativa e política(...)*²¹.

(RANGEL, 1913)

A exaltação da história de S. Paulo é o centro dos trabalhos publicados nas revistas do IHGSP e os responsáveis por essa elaboração eram, em sua maioria, membros da elite paulista. Os intelectuais ligados ao Instituto tinham uma produção discursiva que permeava o campo da Literatura e da Ciência. Com estilos variados e muitas vezes de difícil classificação, os trabalhos publicados na revista durante os anos de 1894 e 1940 formam um grupo de textos ricos em ecletismo e variações espontâneas sobre as ciências da época, resultado da falta de formação acadêmica específica de grande parte dos intelectuais brasileiros do final do século XIX.

Segundo Daniel Pécaut, os intelectuais da virada do século XIX estavam intimamente ligados as funções políticas do Estado²². Tal idéia também é compactuada por Sérgio Miceli, que observou, ao analisar uma parcela da intelectualidade brasileira durante a Primeira República, a estreita ligação entre os intelectuais e o poder²³. Nesse sentido, grande parte dos membros do Instituto

²¹ Será mantida nas citações dos artigos do IHGSP a ortografia original, pois atualizá-la traria claramente um empobrecimento não só documental mas também literário (nota do autor)

²² PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ed. Ática, 1990., p. 19 passim

²³ MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha (estudo clínico dos anatólios)*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977., p. 25-26

apresentavam uma estreita ligação com os mais altos postos do Governo Federal e Estadual. Entre os vários intelectuais e homens do poder associados da agremiação paulista, podemos destacar alguns presidentes da República, como Campos Sales, Rodrigues Alves, Washington Luís e Prudente de Moraes (este último presidente honorário do Instituto). Podemos apontar ainda os nomes de Pedro Vicente de Azevedo, ex-presidente da província de São Paulo, ainda no período Imperial; Luís de Toledo Piza e Almeida, presidente do Congresso Brasileiro até 1888; Bernardino de Campos Junior, senador pelo estado de São Paulo; Carlos de Campos, presidente da Câmara dos Deputados; Júlio César Ferreira Mesquita, deputado e senador; Antonio de Silva Prado, ex-prefeito da cidade de São Paulo e deputado da Assembléia Provincial, também durante o Império; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo e deputado; Jorge Tibiriçá, senador e presidente da província de São Paulo e finalmente João Pedro da Veiga Filho, deputado estadual e professor de direito da Faculdade do Largo do São Francisco.

A ligação dos participantes do Instituto com o poder público também se evidencia na ajuda financeira recebida pelos cofres públicos. Como exemplo, podemos observar que até o ano de 1913, cerca de 44 % das verbas necessárias ao funcionamento da agremiação provinham de ajuda governamental.²⁴

²⁴ FERREIRA, Antonio Celso. op. cit.

Além de exercer cargos públicos, muito sócios também eram membros das chamadas famílias tradicionais paulistas. Como exemplo podemos relacionar os Toledo e Piza, os Camargos, os Paes de Barros ou a família Prado.

Tais informações nos permitem concluir que os IHGSP era uma agremiação extremamente ligada a uma grande parcela da elite paulista. Tal afirmação também atesta-se a partir da análise do perfil sócio-político dos sócios fundadores do Instituto.

Tendo como base as biografias de 35 membros da agremiação (representando 26% do total dos membros relacionados como sócios fundadores em 1894), observa-se um perfil bastante característico. Podemos encontrar juízes (Antonio Dino da Costa Bueno, Aureliano de Souza, Pedro Vicente de Azevedo e Oliveira Coutinho); advogados (Francisco de Paula Rodriguez Alvez, José Cardoso de Almeida, Luiz de Toledo Piza e Almeida, Manuel Antonio Duarte de Azevedo, Pedro, Vicente de Azevedo, Tristão de Alencar Araripe, Prudente de Moraes Barros, José Alves de Cerqueira César e Alfredo Ellis); médicos (Augusto César de Miranda Azevedo, Bráulio Gomes, Joaquim Floriano de Godoy, Cesário Motta Junior, Domingos José Nogueira Jaguaribe e Horácio de Monley Lane); engenheiros (Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Antonio de Toledo Piza e Almeida, Alberto Lofgren, Carlos Daniel Rath e Manoel Ferreira Garcia Redondo) e diplomatas (Gabriel de Toledo Piza e Almeida)

Apesar de certa homogeneidade quanto ao caráter sócio-econômico e político dos associados, podemos perceber que, durante o período aqui estudado,

o Instituto conseguiu incorporar, ainda que de maneira muito tímida, grupos oriundos de novos estratos sociais em ascensão, como o de imigrantes italianos, durante a década de 20 e 30. Porém, todos eram pessoas bem sucedidas economicamente, não havendo em nenhum momento algum esforço de aproximação do Instituto com os grupos não privilegiados da população.

Podemos também observar desdobramentos de questões políticas, econômicas e sociais que se refletem nos artigos escritos pelos sócios do Instituto. Entretanto, o IHGSP não tinha a intenção de constituir-se em um meio de debate sobre a atualidade brasileira. Tal idéia estava explicitada no artigo 65 do estatuto da agremiação:

É vedado ao Instituto entreter polêmicas pela imprensa, envolver-se em questões pessoais e em discussões políticas e religiosas.

§único – A revista não se desviará de tais preceitos, cabendo á comissão de redação decidir todas as dúvidas que a tal respeito suscitem

(RIHGSP, 1894)

Apesar disto, podemos perceber através da leitura dos artigos importantes questões a respeito do contexto histórico brasileiro, durante o período

estudado, além dos debates em torno do pensamento racial brasileiro, tema central deste trabalho.

Os artigos e suas épocas

Como já foi dito anteriormente, o IHGSP era uma Instituição formada basicamente por membros da elite econômica e política de São Paulo. Assim, a produção da Agremiação estava muito vinculada aos interesses desta elite, não se podendo negar o compromisso da maioria dos sócios com os ideais republicanos. Podemos destacar como exemplos dessa ligação os sócios (também membros do Partido Republicano Paulista): Bernardino de Campos, Martinho da Silva Prado Júnior, Luiz Pereira Barreto e Quintino Bocaiuva (eleito chefe do Partido Republicano Paulista, em 1889). Não é mera coincidência que os trabalhos no Instituto tenham início pouco antes do primeiro governo civil da República, exercido por Prudente de Moraes (presidente honorário do Instituto).²⁵

Desse modo, nos primeiros anos de publicação da revista, encontramos uma série de artigos que destacam os valores republicanos. Já na primeira revista publicada em 1895, Domingos Jaguaribe, no artigo *As Origens republicanas do Brasil*, toma uma posição anti-monarquista e republicana, buscando as origens do pensamento republicano no Brasil já a partir do século

²⁵ FERREIRA, Antonio Celso. op. cit., p. 69

XVII, resultante da opressão da metrópole sobre a colônia. Exaltando a força do povo brasileiro e seu suposto descontentamento com o regime monárquico, escreve o autor: *Pôde-se dizer que desde que se formou a sociedade brasileira ella não se submetteu jámais ao regimem da monarchia, sinão pela força.* (JAGUARIBE, 1895).

Criticar o passado monárquico e seus personagens também foi uma forma encontrada para valorizar a República. J. C. Gomes Ribeiro, em seu artigo *A Revolução de Abril e seu alcance político*, descreve D. Pedro I como anti-patriota, e qualifica seus desmandos políticos de *attentado inexpriavel e sem exemplo em nossa história* (RIBEIRO, 1906).

Já Damasceno Vieira, em conferência realizada no ano de 1904, escreve de maneira entusiasta sobre o regime republicano:

Republica! Tu que foste o immaculo ideal dos grandes oradores que traçaram um sulco de luz na França, na Hespanha e em Portugal e se chamaram Leão Gambetta, Emilio Castellar e Latino Coelho: que foste a aspiração de três martyres: Frei Caneca, Ratelft e Tiradentes: tu, encarnação formosa da liberdade, serás erguida dos hombros das novas gerações e, sob as harmonias frementes dum hymno triumphal, hás de aspirar no sagrado Thabor de tua gloria, luminosamente transfigurada pela educação e inxtrucção cívica!

(VIEIRA, 1904)

A partir do momento em que o regime Republicano consolida-se, os artigos que buscavam a sua valorização tornam-se menos freqüentes, porém seus heróis paulistas continuam a ser sempre lembrados durante todo o período estudado.

Durante os anos aqui analisados também observamos nos artigos da agremiação vários indícios que apontam uma ligação desses escritores com a Igreja Católica.

Com o advento da República, da qual muitos sócios tiveram uma participação ativa, a influência do positivismo no governo provisório trouxe para o centro das discussões a questão do Estado laico. Personalidades atuantes no movimento republicano, como Rui Barbosa, Marechal Deodoro e Demétrio Ribeiro, entraram nesse debate, que culminou na lei sancionada em 7 de janeiro de 1890, que separou Igreja e Estado.²⁶

Sem aprofundar as questões relativas a separação entre as duas instituições, o importante é salientar que a Igreja Católica continuou desfrutando de prestígio na vida do IHGSP.

Nas revistas, vários autores se declaram abertamente católicos, como Estevam L Bourroul, Theodoro Sampaio e Affonso A de Freitas. Vários religiosos católicos também faziam parte da Instituição paulista, como Carlos

²⁶ GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: Hucitec, 1989., p. 89 passim.

Teschauer, Etienne Ignace Brazil, João Baptista Hafkemeyer e Julio Maria.

Também muitos clérigos eram homenageados nas revistas, como no exemplo:

(...) foi sacerdote que encarnou com presteza o ensinamento christão, foi educador dos mais provectos e que via na instrucção a pedra angular de todos os progressos de ordem material e moral(...)

(...) Como sacerdote, na sua obra cathólica e social, ahi estão a casa Pia de S. Vicente de Paula, o Gymnasio do Carmo, o Colégio de Sião, a Ordem Terceira Carmelitana, e outras Instituições de sua acção e seu impulso.

(RIHGSP, 1937)

Um dos religiosos católicos mais homenageados nas revistas estudadas é o padre Diogo Antonio Feijó. Dignificado e mitificado, visto como um exemplo a ser seguido pelos paulistas, teve um tratamento diferenciado, sendo tema principal de vários artigos. Dentre eles, podemos destacar o texto de Affonso A de Freitas, publicado em 1925:

O que mais impresta ao nome patriotismo é innegavelmente conhecer a egrégia individualidade do exalto patricio através de suas virtudes moraes e cívicas, do intrinsico valor de seu devotamento sem restricções ou esmorecimentos, de sua acção

clarividente, posta ao serviço da pátria, com abstenção total de interesses restrictos e subalternos, qualidades que lhe permittiram elevar-se ao mais alto degrau de um throno, tornando-o um dos proto typos de uma raça e vulto proeminente de uma época.

(FREITAS, 1925)

Um outro exemplo de textos que buscam valorizar figuras católicas está no artigo de Monsenhor Ezequias Galvão da Fontoura, que escreve sobre o padre Manoel da Silveira:

Por longos annos viveu nessa casa, em uma pequena sala com porta para o lago, o padre Manoel da Silveira, austero sacerdote pertencente a distincta família ituana. Conheci muito esse reverendo; elle vivia inteiramente isolado, alimentando-se das esmolas da família do padre Jesuíno(...) foi sempre considerado santo; seu enterro em uma das capellas da Egreja do Patrocínio foi concorridíssimo. Todo povo ia beijar o seu cadáver como se fora um santo; tive a felicidade de assistir seus pomposos funerais.

(FONTOURA, 1928)

Os padres católicos também são apontados várias vezes no Instituto a partir de seu trabalho como evangelizadores dos indígenas. É o que destaca Theodoro Sampaio, em 1905:

Dentro das traças a que ia obedecer o novo regimen, o padre Nóbrega, ao lado de Thomé de Sousa, não é um simples collaborador; é o pensamento, é o conselho na fundação da metrópole da colônia, como foi a acção mais efficaz na defesa desta e no seu engrandecimento.

Effectivamente, quando em 1549 desembarcavam nas praias bahianas os primeiros jesuítas, companheiros de Nóbrega começo, para o Brazil, essa sublime epopéia do Evangelho nas selvas que já teve de um dos nossos peregrinos a condigna consagração.

Nas praias do mar, como na floresta secular, onde quer que houvesse um povo para salvar, uma tribu errante a redimir, onde da palavra de Deus podia brotar uma sociedade christã, a cruz redemptora, hasteada pela fé, mantida por sublime devotamente, regada com o sangue dos martyres, a bandeira desses heróicos marinheiros para quem não há adamastores a empecer-lhes, para mundos escondidos, a marcha victoriosa.

(SAMPAIO, 1905)

Apesar da grande aceitação da doutrina católica pelos membros do Instituto, uma ruptura nesta tendência aparece nas discussões relativas à participação do clero na formação cultural dos índios. Após a promulgação do decreto Republicano que declarara o fim da união entre Igreja e Estado, o então ministro da agricultura R. Miranda organizou uma repartição governamental para cuidar das questões indígenas que tinha, por sua vez, fortes influências religiosas. Iniciam-se então uma série de debates em torno da presença católica nas relações com os indígenas, que podem ser observados nas revistas do IHGSP.²⁷

Tal afirmação está muito clara a partir da leitura das atas do ano de 1910, em especial na sessão de 20 de maio. Neste dia, podemos observar as discussões envolvendo dois segmentos: os favoráveis à presença católica nos grupos de contato com os índios e os que eram contrários à idéia. O problema se apresentou quando Torres de Oliveira recomendou o envio de uma carta de apoio às reformas propostas pelo ministro da agricultura, o que é severamente questionado por outros participantes da reunião:

(...) proponho que o Instituto envie á sua excia. O sr. Ministro da agricultura um officio louvando e applaudindo a serie de medidas regulamentares que sua excia. está adoptando no sentido de tornar effectivas a protecção, catechese e civilização dos nossos

²⁷ As questões relativas a esta discussão estão mais detalhadamente explicitadas em: GAGLIARDI, José Mauro., op. cit.

selvículas; fazendo votos para que de sua ação humanitária e patriótica resulte o estabelecimento de um serviço regular e permanente, que assegure a vida e a propriedade desses nossos patrícios, primeiros povoadores dos nossos sertões. Sala das sessões do Instituto, 20 de maio de 1910. José Torres de Oliveira.(...)

Pediu a palavra o padre Dr. Julio Maria e combateu a proposta sob o fundamento de que o plano do Sr. Ministro da agricultura não era catechizar o selvagem, serviço que só podia ser feito por meio das missões religiosas, mas sim conquistá-lo e submettê-lo pela força bruta. (...)

Falaram longamente, de entendendo a proposta e enaltecendo os intuitos humanitários e patrióticos do Sr. Ministro da agricultura, os srs. Torres de Oliveira, Rafael Sampaio, Ludgero do Castro, João Coelho Gomes Ribeiro, Luiz Piza e Moreira da Silva

(RIHGSP, 1910)

Depois de muitas discussões, o requerimento foi aprovado. Todavia, o artigo mostra que, apesar de haver uma grande maioria de textos que valorizavam o catolicismo, muitos sócios não comungavam de tal postura. Como exemplo podemos citar o nome de Hermann Von Ihering, um dos sócios fundadores do Instituto e também do Museu Paulista, que combateu ardorosamente a presença de católicos na resolução das questões indígenas.

Além da problemática relacionada ao índio e a consolidação da nova ordem republicana, nos primeiros anos do Instituto podemos perceber que seus autores estavam intensamente envolvidos pelas idéias de modernidade próprias do período.

A cidade de São Paulo, que até meados do século XIX não se caracterizava como um grande centro urbano, tem seu papel alterado com o desenvolvimento da cafeicultura.

Com o progresso do setor cafeeiro, e a sua crescente importância no cenário político do Segundo Império, a cidade de São Paulo passa a se configurar como centro político e econômico, e local de moradia da mais próspera elite cafeeira.²⁸ Theodoro Sampaio, em *São Paulo no século XIX*, artigo publicado no volume VI da revista, destaca o papel fundamental do café para o desenvolvimento paulista:

Mattas extensas tombam todos os dias aos golpes do derrubador e, nos altos espigões, como nas planuras elevadas, milhões de cafeeiros enchem o horizonte immenso, galgando do valle á montanha, da montanha aos pinheiros da serra, invadindo o sertão e arrastando após si as povoações, os caminhos de ferro, a civilização, a riqueza.

²⁸ MORSE, Richard M. *Formação Histórica da cidade de S. Paulo, da comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusora Européia do Livro, 1970.

(SAMPAIO, 1900)

Uma das visões de civilização, nos primeiros anos do século XX, expressa-se através da crença na indústria, na urbanização, nas artes e na ciência²⁹; e tais idéias eram compactuadas pelos membros do Instituto na cidade de São Paulo. A exaltação da capital e de seu crescimento pode ser observada em vários artigos, dentre os quais destacamos o de Eugenio Egas, que observa entre outros fatores, o desenvolvimento e a urbanização da cidade:

(...) a cidade cresce, augmenta, desenvolve-se a olhos vistos, e que as construcções urbanas apresentam, em 1909, uma média de 4,5 prédios por dia; ou melhor: as construcções urbanas durante o anno passado teriam subido a 1642.

(EGAS, 1909)

Contudo, a visão otimista sobre este processo de modernização que toma conta da cidade de São Paulo dá lugar, a partir de 1910, a um certo pessimismo. O crescimento da cidade também trouxe miséria, violência e doenças. Uma visão melancólica sobre um passado idílico e provinciano da cidade de São Paulo pode ser encontrada no artigo de Gelario Pimenta, publicado em 1910:

²⁹ Sobre o assunto ver: COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando Séculos – 1890-1914 – no tempo das certezas*. São Paulo: Cia das letras, 2000

São Paulo não tinha ainda os ruídos de uma grande capital, nem possuía essa fulgurante civilização que constitui o orgulho da heroica estirpe dos bandeirantes. Não ostentava essa civilização ruidosa, mas também não era invadida pelo seu negro corpo de vícios e crimes. Não tinha Jacynthos, mas não agasalhava ladrões de casaca nem assassinos de luvas. Era uma cidade pacata (...) onde podiam tranquillamente viver almas ingenuas e contemplativas (...)

(PIMENTA, 1910)

A preocupação em relação ao crescimento da capital paulista já é demonstrada por Theodoro Sampaio, em artigo publicado no ano de 1902. Ao homenagear um colega do Instituto, o Dr. Jayme Serva, o autor relaciona os altos índices de mortalidade infantil na cidade de São Paulo com o enorme aumento populacional, e aponta a falta de dados seguros sobre o número de habitantes da cidade como um fator que dificultava o trabalho no combate aos males urbanos, uma das outras faces da modernidade:

O horroroso coeficiente de mortalidade collocar-nos-ia no ultimo logar entre as cidades mortíferas do mundo. Mas não, a verdade é que a população aqui cresce desmedidamente, e se a natalidade quase que se anula pela mortalidade de crianças, que entre nós attinge coeficiente deveras inquietador, a entrada de

immigrantes e adventícios de outros estados salda por muito a todos os defectis. Demais se se computar a população pelo numero de prédios existentes na cidade e seus subúrbios, veremos que o numero de habitantes orçado em 286.000 para o anno de 1901 não é exaggerado. E firma-se nisto, á falta de bases mais seguras e positivas para organizar os seus quadros demographos-sanitários que elle bem via, e via com amargos, não poderem servir sinão imperfeitamente para os fins elevados que acariciava e a organização do serviço sanitário exigia. Faltava-lhe a base essencial de toda a estatística demographica, o censo da população em que todos cofiassem, censo que infelizmente se não levava a effeito nos períodos certos e que se demorava e incompletamente se realizava.

(SAMPAIO, 1902)

A preocupação demonstrada no texto de Theodoro Sampaio já prenunciava um dos debates cruciais que se incrementou no Brasil a partir das décadas de 10 e 20: a questão higiênico-sanitária. Em todo o país, e em especial nas grandes cidades, havia uma preocupação com as doenças, que entre outras explicações eram atribuídas principalmente ao crescimento populacional e à mistura *perversa* entre indivíduos de raças diferentes.³⁰ As próprias cidades eram

³⁰ SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976., p. 65 passim

vistas como organismos doentes que precisavam de cura, que viria a partir da organização de políticas sanitárias, controle de natalidade, campanhas higiênicas e também da eugenia³¹.

Apesar de não encontrarmos nas revistas discussões mais apuradas sobre as questões sanitárias e higiênicas, nas décadas de 10 e 20, alguns textos nos mostram a abrangência desse debate e que os membros do IHGSP não estavam alheios a tais questões. Como exemplo podemos citar o artigo de Miranda de Azevedo, que destaca a participação do sócio Domingos Freire no combate à Febre Amarela:

A lucta gigantesca que, na imprensa, na cadeira, nos laboratorios e nos congresos científicos sustentou o Dr. Domingos Freire em prol da doutrina microbiana da febre amarela é sufficiente para lhe assegurar um dos primeiros logares entre os beneméritos da sciencia e da humanidade.

(AZEVEDO, 1899)

As questões higiênicas sanitárias demonstravam os debates engendrados pela elite brasileira a respeito do futuro dessas massas populares e das

³¹ A questão da eugenia será discutida no capítulo III deste trabalho. Em São Paulo, o pensamento eugênico fez-se presente através de várias organizações, como a Sociedade Eugênica de São Paulo e a Liga Paulista de Higiene Mental. Tal assunto é trabalhado atentamente em: BELTÃO, Vera Regina Marques. *A medicalização da raça*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

novas classes médias que se formavam nas grandes cidades. O projeto de modernidade visto pela elite passava necessariamente pela adequação das populações ao projeto de civilização que se queria construir no Brasil, para *que também se tornassem “locomotivas” da nação*.³² Para tanto, além das estratégias higiênicas citadas anteriormente, observa-se um debate ao redor das questões educacionais no período. O já referido aumento das classes médias e populares urbanas tornavam necessário a formação de grandes sistemas públicos que além de alfabetizarem pudessem favorecer a homogeneização dessas populações.³³ Debatendo tais temas, o escritor do Instituto Ernesto Goulart Penteado, em artigo publicado em 1922, elogia o governo de São Paulo por suas políticas de instrução pública e corrobora a necessidade de se investir cada vez mais na alfabetização das massas:

A solidariedade absoluta do professorado publico, contínua ao illustre Dr. Pujol, é uma belíssima realidade: os estímulos que o governo imprimira a essa classe, o interesse que revelára no contacto incessante das escolas, cresceram, por tal fôrma, na consciência publica que o estado de S Paulo visse apontadas as suas escolas primarias como modelos de organização do ensino publico(...)

³² MARQUES, Vera Regina Beltrão. op. cit. pág 18

³³ CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. Sobre o assunto, ver também: _____. *Molde Nacional e fôrma cívica*. São Paulo: EDUSF, 1998.

(...) Resta que o governo não esmoreça; deve aumentar o numero de escolas nocturnas. Só assim a instrução popular poderá ser diffundida á classe pobre que, mais tarde, representará, muito embora, em carácter humilde, um elemento apreciável de nosso adiantamento moral e intelectual.

(PENTEADO, 1922)

Além das preocupações higiênicas, sanitárias e educacionais, podemos observar nas revistas do IHGSP interrogações relativas à imigração. Assunto de vital importância no início do século XX, alguns artigos nos dão uma idéia de como tal processo era pensado nas revistas. Segundo Thomas Skidmore, até os anos de 1920 havia um certo consenso no Brasil a respeito da positividade da vinda do trabalhador imigrante europeu para o Brasil.³⁴ Este consenso relacionava-se, obviamente, com os debates raciais do período, tema que será analisado também no capítulo quarto deste trabalho.

A imigração, que desde meados do século XIX já vinha sendo implantada no Brasil como uma alternativa ao trabalho escravo, no início do século tornou-se fundamental para a economia de certas regiões, principalmente para o estado de São Paulo.³⁵

³⁴ SKIDMORE, Thomas. op. cit., p. 143 passim

³⁵ A bibliografia a respeito da imigração no Brasil é imensa, sendo impossível destacar todos os autores que serviram como nossa referência. Destacamos, contudo: BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Pioneira, 1977.

O tema da imigração nas revistas do Instituto apresenta uma visão positiva da imigração. Já em 1900, Theodoro Sampaio expressa seu otimismo em relação ao imigrante no artigo intitulado *S. Paulo no século XIX*. Neste artigo, afirma o autor:

A imigração, como se vê, não trouxe para S. Paulo tão somente a salvação da lavoura do café, trouxe-lhe á expansão, a confiança e o progresso. Engrandeceu as suas cidades e deu-lhes esse cunho europeu que impressiona sem chocar, porque através do que nos apparece extranho e allienigena, se presente vigorosa e preponderante a alma nacional, fazendo de tantos elementos, aparentemente discordes, um só todo , o povo brasileiro.

(SAMPAIO, 1900)

Para o autor, a chegada dos imigrantes pode fortalecer os traços nacionais. Essa idéia relacionava-se diretamente com as teorias raciais discutidas no período, que entre outros pontos vislumbravam a possibilidade do sangue europeu redimir os traços miscigenados do povo brasileiro. O branqueamento da população brasileira, nas quatro primeiras décadas do século XX, era aceito por

grande parte da elite brasileira, e propagada por vários intelectuais do período, como Domingos Jaguaribe, Afrânio Peixoto e Silvio Romero.³⁶

Os benefícios oriundos da vinda do imigrante foram apresentados por João Wetter, em 1914. A respeito da chegada do trabalhador alemão ao Brasil, afirmava o autor:

(...) Seja como fôr, concedida aquella facilidade de adaptação do elemento germânico no Brasil, a sua rápida assimilação completa remderia somente em proveito para a collectividade brasileira que assim veria acelerado o fatal processo de nivelamento entre tão variados elementos, até que, num futuro não muito remoto, uma nacionalidade homogênea na sua composição, forte nas manifestações de sua existência e fiel aos princípios do verdadeiro progresso, imponha-se ao respeito d'aquelles povos, cujos rebentos todos contribuíram, cada um na medida das suas forças e aptidões, para dar-lhe o seu cunho individual e característico.

(WETTER, 1914)

Assim, os imigrantes europeus são vistos como contribuintes não só para o Brasil, mas também para a grandeza de São Paulo. Em estudo publicado em

³⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976., p. 81

1912, Manoel Marcelino de Sousa Franco refere-se aos imigrantes estabelecidos na cidade de São Pedro de Piracicaba, especialmente aos italianos, como trabalhadores esforçados e dedicados, grandes contribuintes do progresso de S. Paulo:

Desde que começaram a entrar italianos em São Paulo, atraídos pela benignidade do clima, desenvolvendo-se muito depois da imigração de sorte a ser hoje São Pedro um dos trinta municípios principaes no estado pelo incremento do concurso estrangeiro.

Os italianos, principalmente, encontram aqui todas as facilidades, existindo muitas famílias estabelecidas nas lavouras e outras na cidade, entregues ao comércio sendo prova da intensa vitalidade da prospera colônia o importante edifício que a sociedade italiana “mútuo soccorso” está construindo no largo da câmara.

(FRANCO, 1912)

A presença dos imigrantes na cidade de S. Paulo é vista positivamente no artigo de Affonso A de Freitas, publicado em 1927. Ao descrever os vários jornais presentes na capital, o autor refere-se a jornais próprios das colônias estrangeiras como prova do cosmopolitismo da cidade paulistana:

A colônia italiana que se avolumava em SP sente a necessidade de possuir um periódico em seu idioma, e o “Echo d’Itália” vem a lume em 1822, seguindo-se-lhe, em 1885 “L’Immigrante”(…) tendo a laboriosa colônia editado até o presente cerca de 70 jornaes. As colônias hespanholas, franceza, allemã, syria, polaca e outras, tiveram e teem imprensa sua na capital.

(FREITAS, 1927)

Um outro processo político relevante que ecoou nas revistas do Instituto foi a Revolução Constitucionalista de 1932. Certo que de maneira bem sutil, se levarmos em conta o caráter paulista da Agremiação.

Já nos primeiros anos da década de 30, a instabilidade política ligada ao golpe de Getúlio Vargas e as subseqüentes intervenções políticas do governo federal no estado refletiram-se no final do discurso pronunciado por Geraldo Vampré:

Oxalá, nesta hora decisiva para os nossos destinos, possa a mão da morte poupar as nossas fileiras.

E possuam os vivos, animados de novo ideal, consagrar-se de novo, unindo força e tenacidade aos altos objectivos que tem feito desta casa um templo de patriotismo e de fé.

(VAMPRÉ, 1931)

A falta de subsídios financeiros advindos do poder público, que acompanhou os anos do governo Vargas, também é motivo de queixas nas revistas. Tais dificuldades, unidas aos conflitos políticos do início dos anos 30, são lembradas em 1931:

Como já dissemos, as condições financeiras do Instituto, privado das pequenas subvenções officiaes, não permitiram que se publicasse o volume correspondente a este anno, e que seria o 29º de nossa colecção.

(RIHGSP, 1931)

Em 1932, ano da Revolução Constitucionalista, a revista foi editada com apenas 500 exemplares. O momento difícil por que passava o Instituto expressa-se na apresentação da referida publicação:

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, devido á situação extremamente grave por que passa o nosso estado não pôde, como era seu desejo e seu dever, realizar todo o vasto programma que de há muito vinha idealizando para commemorar a passagem do IV Centenário Vicentino

(RIHGSP, 1932)

Nos anos que se seguem ao fim da Revolução nenhum artigo trata o assunto de forma especial. O primeiro publicado, analisando especificamente o movimento Constitucionalista, está na revista do ano de 1937. Escrito por Paulo Duarte, o texto traz um documento militar a respeito do movimento paulista, valorizando a campanha empreendida e seus participantes. Assim, o movimento Constitucionalista de 1932 é visto com orgulho, e seus participantes paulistas descritos como heróis.

Finalmente, podemos afirmar que, durante os anos de 1894 e 1940, as revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo representam de maneira modesta fatos econômicos, políticos e sociais brasileiros e mundiais. Temas que sem dúvida foram pautas de discussão da intelectualidade brasileira, como as duas guerras mundiais, não são tratados de maneira especial nos artigos. Já aqueles que conseguimos apreender, como os debates relacionados ao crescimento urbano, ao movimento imigrante e à revolução de 1932, relacionam-se com assuntos que atingiam de maneira mais contundente a vida política, econômica e social dos paulistas. A partir desta realidade, podemos inferir que a produção discursiva encontrada nas revistas volta-se a um passado reconstruído e moldado pelos olhares destes letrados, remetendo os debates ao lugar seguro que muitas vezes pode ser encontrado não nos problemas contemporâneos, mas no tempo que já faz parte da memória.

A organização do Instituto

Fundado em 1894, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo funcionou em vários locais, até conseguir inaugurar sua sede própria no ano de 1909.

A ata da sessão de instalação do Instituto, datada de 1ª de novembro de 1894, assim descreve a primeira reunião:

Ao 1ª dia do mez de novembro de 1894, ao meio dia, nesta cidade de S.Paulo, em uma sala da Faculdade de Direito, reunidos pessoalmente e por procuração, cidadãos em número de sessenta e nove, para o fim de se fundar nesta capital o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo conforme convite anteriormente distribuido por uma comissão composta dos Drs. Domingos Jaguaribe, Estevam Bourroul e Antonio Toledo Piza, o sr. Domingos Jaguaribe expoz o fim da reunião e propoz para presidil-a o sr. Dr. Cesario Motta Junior, que foi unanimemente acclamado Presidente da assembléia e tomou assento na mesa, convidando para servirem de secretários os srns. Drs. Antonio de Toledo Piza e Domingos Jaguaribe, que também tomaram assento na mesa.

(RIHGSP, 1894)

A análise dos estatutos da agremiação também nos fornece importantes informações a respeito do funcionamento interno do Instituto. Durante os anos estudados neste trabalho, o estatuto inicial foi mudado quatro vezes. Entretanto, essas alterações não representaram mudanças significativas em relação ao primeiro, que já em 1894 definiu como objetivos da agremiação:

Promover o estudo e o desenvolvimento da história e geographia do Brazil, e principalmente do Estado de S. Paulo e bem assim occupar-se de questões e assuntos litterarios, scientificos, artísticos e industriaes, que possam interessar o paiz sob qualquer ponto de vista.

(RIHGSP,1895)

O texto acima confirma as análises feitas anteriormente sobre o caráter predominantemente paulista do Instituto.

Havia no Instituto quatro tipos de sócios: os correspondentes, os efetivos, os honorários e os beneméritos. Sobre a entrada de novos sócios, era delegada a uma comissão a aprovação ou não de novos membros. Era também obrigatório para todos os sócios a contribuição financeira para o funcionamento da Instituição, deixando-se claro esta responsabilidade no artigo 14 do Cap III, do estatuto de 1894: *Ninguém será considerado definitivamente sócio do Instituto*

sem haver satisfeito a respectiva contribuição , quando a ella obrigado. (RIHGSP, 1894).

O Instituto, na época de sua fundação, possuía dez comissões de trabalho, divididas em:

1ª Comissão de Regulamentos e estatutos e de avaliação de ofertas e donativos;

2ª Comissão de sindicancia e de admissão de sócios;

3ª Comissão de Redacção da revista;

4ª Comissão de História e estatística de S. Paulo;

5ª Comissão de História Geral e do Brazil;

6ª Comissão de Geographia de S. Paulo;

7ª Comissão de Geographia Geral do Brazil;

8ª Comissão de Litteratura e manuscriptos;

9ª Comissão de Sciencias, numismática e archeologia;

10ª Comissão de artes e de industrias.

(RIHGSP, 1894)

A partir da disposição das comissões podemos perceber a atenção especial dada as particularidades específicas de S. Paulo.³⁷ Quanto às reuniões, os

³⁷ Na mudança estatutária feita no ano de 1938, as comissões de trabalho foram reduzidas a 6: *Comissão de regulamentos e estatutos, e de avaliação de ofertas e donativos; Comissão de*

sócios se encontravam quinzenalmente para a apresentação dos trabalhos. Prioritariamente, todos os sócios podiam ler seus trabalhos nas sessões. Porém, os mesmos precisavam ser apreciados pela mesa diretora, antes de serem expostos pelo próprio autor. Tais resoluções encontram-se nos artigos 33 e 34:

Art 33 – Todos os trabalhos (memórias, relatórios, manuscriptos e quaesquer documentos destinados á discussão ou á publicação na revista) deverão ser enviados ao presidente da directoria, que os apresentará em sessão para a discussão ou os submeterá á comissão respectiva que sobre elles tenha de emitir parecer antes da discussão.

§ único – Todos os sócios tem o direito de proceder por si mesmos á leitura e apresentação dos seus trabalhos em sessão.

Art 34 – Todos os sócios têm igualmente o direito de apresentar ponto de these para ser discutido ou elucidado pelo Instituto; antes, porém, de submetel-o á discussão o presidente cosultará a assembléia si deve tomal-o em consideração. No caso

Sindicancia e de Admissão de sócios; Comissão de Redação da revista; Comissão de história; Comissão de Geografia e Comissão de Contas. (RIHGSP, 1938). Apesar de não existirem mais as comissões específicas sobre S. Paulo, o Instituto não deixou de preocupar-se em grande parte dos assuntos relativos à S. Paulo. Tal fato fica explicitado também no artigo 1ª do Capítulo 1, que coloca como objetivos do Instituto: (...) *promover o estudo, seu aperfeiçoamento e a divulgação da história, geografia e ciências correlatas, precipuamente de S. Paulo. (RIHGSP, 1938).*

affirmativo, o socio encetará a discussão na sessão seguinte ou nessa mesma sessão, si a assembléia permitir.

(RIHGSP, 1894)

Os artigos selecionados para publicação na revista também seguiam um percurso determinado. O presidente encaminhava o trabalho para a apreciação das comissões especiais, de acordo com a especificidade de cada tema. No caso da aprovação do artigo pela comissão, o trabalho só era publicado após votação em assembléia. Todavia, é importante ressaltar que nem todos os sócios publicavam artigos nas revistas, em contraponto a um outro grupo de pessoas que eram nomes constantes entre os textos selecionados. Tal fato nos permite afirmar que, além de uma avaliação mais positiva de alguns trabalhos em relação a outros, havia um jogo de interesses e de conflitos que levava nomes mais conhecidos ou de maior atuação política dentro do Instituto a publicarem mais. _Dentre os mais presentes, podemos destacar Affonso A de Freitas, Theodoro Sampaio, Orville A Derbi ou Alfredo Ellis Júnior. Um outro fator importante a ser destacado é o de que todos os artigos eram aprovados em assembléia, o que demonstra que os textos publicados estavam de acordo com as idéias de parte dos sócios da Instituição.

A revista era apresentada anualmente, não possuindo um editorial permanente. Algumas continham uma nota introdutória, geralmente apresentando os trabalhos que constavam no próprio tomo. Todas as revistas possuíam, além dos artigos propriamente ditos, as atas das reuniões do ano anterior ao da publicação,

juntamente com a lista dos sócios.³⁸ Algumas revistas também apresentam as novas aquisições da biblioteca, assim como novas peças para a coleção de numismática do Instituto. Não raro, uma boa parte da revista era dedicada aos discursos, geralmente ligados a homenagens póstumas aos sócios falecidos.

A produção intelectual encontrada nas revistas do IHGSP (que já foi anteriormente definida como amadora, no sentido de estar desvinculada dos atuais modelos fixados pelas disciplinas acadêmicas e pela proximidade dos ramos do conhecimento no período estudado) pode ser dividida, entre os anos de 1894 e 1940, em sete grupos:

- 1- Estudos Geográficos
- 2- Estudos Biográficos
- 3- Estudos Históricos
- 4- Estudos Linguísticos
- 5- Estudos Antropológicos
- 6- Estudos Genealógicos
- 7- Narrativas e Relatos de Viagem pelo Brasil ou pelo mundo³⁹

³⁸ A revista do ano de 1940 apresenta uma lista com 266 sócios, entre honorários, beneméritos, efetivos e correspondentes.

³⁹ Estes dados foram levantados através da leitura de todos os artigos das revistas do IHGSP, entre os anos de 1894 e 1940. Os critérios de divisão foram elaborados a partir do tema principal trabalhado pelo autor. Esta divisão, juntamente com os resumos de cada um dos artigos pode ser encontrada em MAHL, Marcelo Lapuente. *Em Busca da Tradição Paulista: A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Relatório de Iniciação Científica. Assis: FAPESP, 1995-1996

Estes sete grupos temáticos apresentam a seguinte proporção de publicações, entre os anos de 1894 e 1940:

Área	Nº de artigos	Porcentagem
Est. Históricos	259 artigos	51,59%
Est. Biográficos	87 artigos	17,33%
Geografia	43 artigos	8,56%
Linguísticos	29 artigos	5,77%
Rel. de Viagens	20 artigos	3,98%
Antropológicos	19 artigos	3,78%
Genealógicos	8 artigos	1,59% ⁴⁰

Antonio Celso Ferreira analisa atentamente cada uma das áreas descritas acima e sua pertinência no conjunto das revistas do Instituto⁴¹. Seleccionamos para o presente trabalho os textos que mais nos ofereciam subsídios para o estudo das questões raciais, destacando-se os textos de antropologia, etnologia e história. Entretanto, não desprezamos outros tipos de trabalhos, quando estes nos revelam importantes informações a respeito de nosso tema. Também trabalhamos com um número restrito de artigos, já que a produção total presente nas revistas do Instituto é demasiadamente extensa. Assim, procuramos seleccionar aqueles trabalhos que julgamos mais elucidativos e representativos.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ FERREIRA, Antonio Celso., op. cit.

O chamado pensamento racial do final do século XIX insere-se em questões que compreendem não só discussões acadêmicas ou científicas, mas também reflexões mais amplas que se relacionam com a própria utilização das questões raciais na formação dos Estados Nacionais⁴². É esse contexto histórico que estudaremos a partir de agora.

Bandeirantes e identidade cultural

Como observamos, a figura do bandeirante foi utilizada em um processo de construção simbólica, aos poucos identificando-se como imagem da elite econômica e política paulista, durante a Primeira República⁴³.

Nas revistas do IHGSP são vários os artigos que se referem ao bandeirante, sempre com o objetivo de dotá-lo de características com as quais a elite paulista gostaria de ser representada. E para que esse objetivo fosse plenamente alcançado era preciso estabelecer uma ligação entre um passado glorioso e os homens do presente. Tal relação é sempre confirmada nas revistas do Instituto, como na passagem extraída do artigo de José de Paula Leite de Barros:

⁴² Sobre as relações que envolvem as teorias raciais e as questões relativas à formação da nacionalidade ver: ANDERSON, Benedict Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Ática, 1989. Também sobre o assunto HOBBSBAWM, E. J. e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁴³ Essa posição política, de certa hegemonia no poder federal, não foi inquestionável durante os 41 anos de República Velha. Nos anos 10 já se apresentavam fissuras no quadro dominante federal, mas foi na década de 1920 que os conflitos se acentuaram. O movimento Tenentista e a própria Coluna Prestes representam tentativas de desestabilizar a predominância paulista no poder Federal. In: CARONE, Edgar. *A república Velha: Instituições políticas e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971

Dessa raça bandeirante de abnegados descendemos nós, velhos paulistas (BARROS,1927).

Nesse mesmo sentido, podemos observar as palavras de Plínio M. S. Ayrosa: *Paulista, herdeiro natural do arrojo de seus antepassados*(AYROSA, 1930)

Desse modo, o processo de construção da figura do bandeirante deu-se, entre outras formas, através do estabelecimento de relações entre os paulistas do presente e do passado. Estas relações buscavam sempre glorificar o passado para justificar o presente. Assim, o passado e a história seriam o elo de ligação entre o bandeirante de ontem e seu descendente do final do século XIX. A história torna-se tão importante para a consolidação da posição social paulista que Theodoro Sampaio⁴⁴ chega a afirmar: *Ella (a história⁴⁵) é a verdadeira religião da humanidade* (SAMPAIO, 1905).

Othoniel Motta também confirma a importância do passado e da história: (...) *Vivamos de nossa vida, recordemos o nosso passado, aprendamos de nossos ancestrales*(...) (MOTTA, 1904). Este passado, que deveria ser sempre lembrado, toma ares épicos no artigo de A . Piza:

⁴⁴ SAMPAIO, Theodoro Fernandes., Um dos mais importantes sócios do IHGSP, participou ativamente da instituição até sua morte, em 1937. Formado em Engenharia Civil, foi integrante da *Comissão Geográfica*, que trabalhou ativamente pelo interior, levantando dados sobre o território brasileiro. Theodoro Sampaio escreveu uma série de artigos nas revistas do Instituto, além de publicar vários livros, dentre os quais podemos destacar: *O rio São Francisco e a chapada Diamantina* (1938), *O tupi na Geografia Nacional* (1901), *Atlas dos Estados Unidos do Brasil* (1908) e *Dicionário Histórico Geográfico e etnográfico do Brasil* (1922)

⁴⁵ Parênteses do autor

(...) Honrosas tradições e saudosas memórias são tudo quanto resta daquellas brilhantes gerações, que foram objeto de admiração dos próprios estrangeiros que, como Saint Hilaire, se ocuparam com a história do Brazil, e ainda hoje quando queremos classificar a rija tempera de um robusto character dizemos: É um tipo do velho Paulista.

(PIZA, 1898)

A apropriação lendária do passado, que consolida a história heróica do povo paulista, é realizada pelos sócios da Agremiação seguindo critérios e métodos do chamado historicismo do século XIX.

Segundo Jacques Le Goff, o historicismo buscava encontrar leis explicativas da história e construir métodos científicos próprios, que pudessem tornar a história menos narrativa e literária e mais científica. Também afirmava que o historiador era o único capaz de revelar, a partir do estudo de documentos fidedignos, o que havia ocorrido realmente no passado⁴⁶. Os autores do Instituto tendem a utilizar-se da visão, tão cara ao século XIX, do documento escrito como o maior caminho para se compreender o passado; além disso, podemos perceber, nos textos publicados na revista, a crença na existência de uma verdade histórica, e que estes dois pressupostos teóricos podiam dotar a história de uma metodologia

⁴⁶ GOFF, Jacques Le., op. cit., p. 88 e 89

científica. No entanto, seus textos eram, na maioria das vezes, marcados por estilos literários, em que se usava e abusava da retórica e dos ornamentos⁴⁷. Esta concepção de história é demonstrada por Ernesto Guilherme Young, em 1896:

(...) E, consistindo o principal mérito do historiador na exactidão dos documentos de que elle se serve para haurir nas informações, é bem claro que elle deve ater-se o mais possivel á tradição firmada por documentos originaes, que elle deve consultar de preferencia, a fim de não arriscar-se a citar algum fato que não passe de produto da fértil imaginação de um historiador menos escrupuloso
(...)

(YOUNG, 1896)

O sócio Manoel Pereira Guimarães, no volume VII, também entende a história como o ponto fundamental na busca do conhecimento exato do passado:

(...) Precisar o conhecimento do passado, completar, por meio de novas sciencias auxiliares esse conhecimento; exhumar, sem preocupações de idéias próprias, os mortos, para exhibil-os , taes quaes foram; visar, de preferencia a tudo, a verdade; é o legitimo fim

⁴⁷ FERREIRA, Antonio Celso., op. cit.

*da história, é a cuspide a que deve alçar-se o espirito pesquisador,
enthusiasta de extinctas eras(...)*

(GUIMARÃES,1902)

A valorização da história relaciona-se com a própria função social do passado. Para o já referido Jacques Le Goff, a história age no sentido de dar ordem ao passado em relação às necessidades do presente⁴⁸. Desta forma, encontramos nos textos dos autores do IHGSP informações que constroem imagens que caracterizam os paulistas do presente como perpetuadores dos ideais heróicos dos paulistas do passado. Tais representações acabam servindo para justificar uma posição social privilegiada das elites paulistas na Primeira República. Qualidades estas que Affonso A. de Freitas Júnior, na revista número XXVII nos apresenta:

*(...) Rude, aspero, desabrido, era tambem o bandeirante
obstinado, pertinaz, perseverante e persistente. Ninguém como elle
para vencer os trabalhos exhaustivos das interminas viagens pelas
regiões desconhecidas, transpondo ipueiras perigosas, igapós
pestilentos e abrindo veredas pelas mattas virgens, onde
dissimuladamente se occulta em ciladas o inimigo vigilante e*

⁴⁸ GOFF, Jacques Le., op. cit., p. 26 e 213

implacável. Ninguém como elle para resistir àquellas terriveis doenças dos sertões, as terçans, as sezões, as camaras e as corrupções ou maculos, cujo remedio heroico era o tremendo caccatrapo. Ninguém como elle para supportar revezes, miserias e soffrimentos physicos e moraes Soffre-os e não se abate. Continua animoso, intrepido e resolutio. Audaz, ousado e temerario, vae sem trilho e nem trabalho, quando não tem rota demarcada, devassando serranias à cata dos fabulosos tesouros.(...)

(FREITAS Jr, 1929)

Ao descrever o bandeirante, com todas as características expressas no texto acima, os intelectuais do Instituto justificam suas afirmativas através do chamado *pensamento racial* tão em voga no Brasil no final do século XIX. Essas idéias raciais têm como ponto principal a afirmação de que as características culturais e sociais dos povos são definidas e direcionadas pelas heranças raciais das populações.

É extremamente difícil definir historicamente quando essas idéias nasceram. A filósofa alemã Hanna Arendt, em seu livro *Origens do Totalitarismo*⁴⁹, encontra as origens da discriminação justificada através de possíveis desigualdades raciais sugeridas já no século XVI na Europa. Todavia, a

⁴⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo , imperialismo e totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

autora também vê o século XIX como o período em que esse tipo de pensamento tomou grande impulso, principalmente devido ao imperialismo europeu. Sobre isto, afirma:

(...) O racismo surgiu de experiências e constelações políticas que eram desconhecidas e teriam sido completamente estranhas, até mesmo para ardorosos defensores da “raça” como Gobineau⁵⁰ e Disraeli⁵¹. Entre homens de idéias brilhantes e ágeis e homens de ações brutais e bestiais, existe um abismo que nenhuma explicação intelectual pode transpor. É provável que esse racismo tivesse desaparecido a tempo, juntamente com outras opiniões irresponsáveis do século XIX, se a corrida para a África e a nova era do imperialismo não houvessem exposto a população da Europa ocidental a novas e chocantes experiências. O Imperialismo teria exigido a invenção do racismo como única “explicação” e justificativa de seus atos, mesmo que nunca houvesse existido uma ideologia racista no mundo civilizado⁵².

⁵⁰ GOBINEAU. Diplomata e escritor francês (1816-1882). Principais obras: *Ensaio sobre a desigualdade dos homens* (1853-1855) e *Renascença* (1877).

⁵¹ DISRAELI, Benjamin. Estadista e escritor inglês (1804-1881). Principais obras: *Coningsby*(1844); *Sybil*(1845) e *Tancred*(1847)

⁵² ARENDT, Hanna., op. cit., p. 214

O discurso científico-racial não ficou restrito aos círculos políticos e sociais da Europa. Essas idéias também foram difundidas no Brasil e tiveram uma importância fundamental em todas as escalas intelectuais da sociedade brasileira entre o final do XIX e meados do século XX. É sobre o chamado pensamento racial e as suas adaptações ocorridas no Brasil que discorreremos a partir de agora.

As Ciências Naturais

Apesar de sabermos que o século XIX foi o período áureo do chamado pensamento racial, não podemos defini-lo como originário dessas idéias. Na verdade, a crença de que diferenças biológicas podem explicar as diferenças ou desigualdades sociais são abundantes a partir do século XV, quando o Velho Mundo se depara com a América. Este fato causou um enorme impacto cultural no homem europeu, introduzindo uma série de novas perguntas e questionamentos.

Segundo Michel Foucault, do século XVI até meados do século XVII não havia uma *História Natural* ou *Biológica*, mas *Histórias*. É a partir do final do século XVII que as ciências naturais vão cada vez mais se consolidar como meios que forneciam, através da classificação e da normatização da natureza, métodos explicativos das semelhanças e das diferenças entre os homens⁵³.

⁵³ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arquitetura das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Ed Brasiliense, 1987., p. 142 passim

A partir do momento em que as chamadas *Ciências Naturais* passam a ser fundamentais no processo de explicação histórica e que os seres humanos passam a ser divididos por critérios biológicos, temos a introdução de uma nova problemática. Que tipo de divisão se usaria para os homens? O critério que acabou sendo mais conhecido e que foi usado das mais variadas formas possíveis se apresenta a partir de uma palavra: *raça*. O termo, utilizado pela primeira vez no mundo científico-acadêmico por Georges Cuvier⁵⁴, levava em consideração principalmente as diferenças físicas entre os seres humanos⁵⁵. Essas diferenças físicas estão quase que ao mesmo tempo ligadas a diferenças culturais e sociais, o que acabou por dar margem a uma série de discursos que usavam as *ciências naturais* como meio de entender as desigualdades entre os homens⁵⁶.

Hanna Arendt afirma que, a partir do momento em que as explicações *científicas-biológicas-raciais* tornam-se fundamentais para o entendimento do homem, *não há praticamente uma única ciência cujo sistema não tenha sido profundamente afetado por cogitações raciais(...)*⁵⁷.

⁵⁴ CUVIER, George. Naturalista francês (1769-1832). Principais obras: *Quatro elementos da história natural dos animais*(1798); *Lições de Anatomia Comparada* (1800); *Discurso sobre as Revoluções da Superfície do Globo* (1815)

⁵⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz., op. cit., p. 44 passim

⁵⁶ Segundo Frota Pessoa o termo *raça* é utilizado hoje para definir *populações que diferem significativamente nas frequências de seus genes*. Ainda segundo o autor, as diferenças raciais entre os homens não podem ser negadas; porém é impossível se afirmar que existam diferenças intelectuais entre as diferentes raças humanas (sendo as três principais *caucasóide, mongolóide e negróide*) caracterizadas pela biologia moderna. PESSOA, Oswaldo Frota. *Raça e Eugenia*; In: SCHWARCZ, Lilia Moritz.; QUEIROZ, Renato da Silva. *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996., p. 29

⁵⁷ ARENDT, Hanna., op. cit., p. 189-190

Os questionamentos a respeito da origem das diferenças físicas entre os homens e suas possíveis relações com as diferenças culturais e sociais podem ser observados através do debate encaminhado entre dois grupos, a partir do século XVII: *Monogenistas e Polígenistas*.

Para os Monogenistas, a humanidade havia surgido através de um único centro criador. Estes - ligados principalmente ao pensamento católico – tendiam a pensar as diferenças físicas entre os homens como resultado de diferenciadores externos, como o clima, o relevo ou as características naturais dos ambientes. Essas forças seriam, para os Monogenistas, fatores que influenciariam diretamente na degeneração de certos povos; isto é, tornariam estes povos inferiores aos brancos europeus, e muitas vezes incapacitados biologicamente de chegarem a um grau mínimo de civilização. Um exemplo do pensamento Monogenista pode ser encontrado nos trabalhos do Inglês Edward Tyson (1649-1707)⁵⁸, um dos pioneiros da chamada *Anatomia Comparada*⁵⁹. Para ele, o clima era o fator diferenciador dos povos. Tyson responsabiliza o clima pela pele escura do homem negro. Entretanto, o autor não aprofunda questões relativas ao “atraso intelectual” do negro, deixando esta problemática para ser discutida por outros pensadores. De qualquer forma, a teoria climática de Edward Tyson vai servir de

⁵⁸ TYSON, Edward. Médico inglês (1649-1707). Principais obras: *Observações Anatômicas* (1680) e *O Orango-Tango, senhor Homo-Silvestre* (1699)

⁵⁹ Edward Tyson foi um dos primeiros a estabelecer uma relação entre os homens e os Símios e a partir disto elaborar uma hierarquia “evolutiva” entre os homens. In: POLIAKOV, Leon. *O Mito Ariano*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 134-135

modelo para um dos maiores arautos do pensamento racial: George Louis Leclerc de Buffon.⁶⁰

O naturalista Buffon entendia as diferenças culturais e sociais entre os homens a partir das divergências cronológicas entre negros, brancos e índios. Essas diferenças de tempo de evolução entre os homens seriam potencializadas pelas variantes climáticas ou do meio natural. Entre estes dois fatores de diferenciação, era o clima o maior responsável pela heterogeneidade dos povos:

Desde que o homem começou a mudar de céu, e que se espalhou de clima em clima, sua natureza sofreu alterações (...) as mudanças tornaram-se tão grandes e tão sensíveis que se poderia crer que o negro, o lapão e o branco formam espécies diferentes, se de um lado não houvesse certeza de que houve somente um homem criado, e de outro lado que este branco, este lapão e este negro, tão dessemelhantes entre si, puderam todavia unir-se e propagar-se (...) é certo que todos não são senão o mesmo homem (...) se o homem fosse obrigado a abandonar as regiões que outrora invadiu para voltar a seu país natal, reassumiria com o tempo seus traços originais, sua

⁶⁰ BUFFON, Georges Louis Leclerc. Naturalista francês (1707-1788). Principais obras: *História Natural Geral e Particular, com a descrição do Gabinete do Rei*; *Sobre a maneira de Estudar e Expor a História Natural*; *História do Homem*; *História dos animais quadrúpedes*.

*estatura primitiva e sua cor natural (...) mas talvez fosse necessário um grande número de séculos para produzir este efeito*⁶¹

Se o clima era o responsável pela diferenciação física entre os povos, o caráter cronológico seria o principal responsável pelas variedades culturais entre os homens. Para Buffon, os brancos eram mais “evoluídos” devido ao tempo maior que estes tiveram para desenvolver-se. Nesse sentido, apesar do autor entender que o sangue negro era um dos responsáveis pela *degeneração* dos povos, de certa forma admite que o negro poderia chegar a desenvolver-se, porém com a necessidade de ação do tempo após muitos séculos⁶².

Além de Buffon e Tyson, podemos destacar o Monogenista Cornelius de Pauw⁶³. Este acreditava que os brancos eram mais evoluídos que os outros grupos humanos e nutria poucas esperanças de que os negros ou os índios pudessem deixar seu estado de *selvageria*. Sobre o pensamento de De Pauw, afirma Roberto Ventura:

⁶¹ POLIAKOV, Leon., op. cit., p. 144

⁶² Sobre o assunto, escreve Leon Poliakov “(...) Foi Buffon um racista antes do tempo? De um lado, explica a degeneração dos negros pela “diferença de sangue”; de outro, parece convicto de que esta degeneração não é irremediável. Que se deve concluir? De fato, é a duração, isto é, a idade atribuída à terra, de que ele se ocupou muito, que parece indicar a linha divisória. Com efeito, uma degeneração de data recente é menos grave do que aquela que, estendendo-se a algumas dezenas de milênios, tem necessidade de igual tempo para ser reparada. Para reintegrar a natureza do homem, é necessário aos negros “um grande número de séculos”- ou a eternidade? In: POLIAKOV, Leon., op. cit., p. 144

⁶³ PAUW, Cornelius. Geógrafo Holandes (1739-1799). Principais obras: *Investigações Filosóficas sobre os Americanos* (1768) ; *Investigações filosóficas referentes aos Egípcios e aos Chineses* (1774); *Investigações Filosóficas sobre os Gregos* (1788)

(...) Acreditando na ação depravadora dos trópicos, De Pauw reduz os americanos a povos sem história, impossibilitados de sair do estado selvagem. Impõe-se, como nota Michèle Duchet, a imagem de um “vício radical” que impede o progresso, tema de maior destaque do que a denúncia da destruição dos índios pelos europeus: “antes de serem vítimas da crueldade dos conquistadores, os americanos o foram do clima, do solo, da imensidão do continente que desafiava a indústria humana”⁶⁴

O outro grupo que antagonizava com os Monogenistas era o dos Poligenistas. Estes contestavam as concepções de unidade do gênero humano através de idéias consideradas mais científicas que as argumentações daqueles.

Os Poligenistas acreditavam que, em algum momento da história natural do planeta, vários pontos de criação haviam se formado (provavelmente em regiões diferentes na América, na África, na Europa e na Ásia). Dessa forma, as diferenças entre os homens se explicaria pela origem diversa das várias raças humanas. Segundo Hannah Arendt os *Poligenistas*:

(...) acusando a Bíblia de ser um livro de piedosas mentiras, negavam qualquer relação entre as raças humanas; seu principal

⁶⁴ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 23

objetivo foi a destruição da idéia da lei natural como elo de ligação entre todos os homens e todos os povos. Embora sem estipular uma superioridade racial predestinada, o poligenismo isolou arbitrariamente todos os povos, resultado do profundo abismo gerado pela impossibilidade física da compreensão e comunicação humanas. O poligenismo, ao explicar porque “o Leste é o Leste e o Oeste é o Oeste, e nunca os dois se encontrarão”, ajudou a evitar casamentos inter-raciais nas colônias e a promover a discriminação contra indivíduos de origem mista, que, segundo o poligenismo, não são verdadeiros seres humanos, pois não pertencem a raça alguma; ao contrário, cada homem “misto” é uma espécie de mostro porque nele “cada célula é o palco de uma guerra civil”⁶⁵

Os Poligenistas foram os mais acirrados defensores de que a miscigenação entre povos diferentes seria um erro. E talvez ninguém tenha representado tão bem esta idéia quanto Gobineau. Este, apesar de ter idéias opostas que o encaminham ora para os Monogenistas e ora para os Poligenistas⁶⁶, era um crítico feroz da miscigenação.

⁶⁵ ARENDT, Hanna., op. cit., p. 208

⁶⁶ A respeito da ligação de Gobineau com o monogenismo e o poligenismo, escreve Leon Poliakov: (...) *Quanto às origens das raças, inferiores ou secundárias de cor, Gobineau, não querendo, parece, nem contradizer a velha tradição da Igreja, nem filiá-las à raça eleita branca, refugiava-se na incoerência. Admitia, de passagem, a existência de um “homem de criação primeira, o Adamita”, mas preferia deixar este personagem misterioso “fora da controvérsia”. Subsistia, nele, um abismo entre este “Adamita” e as raças negra e amarela, que acreditava serem*

Em seu livro mais importante, *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853), o conde Arthur de Gobineau afirma que a miscigenação estaria levando a “raça” humana para um fim catastrófico. Para ele, independentemente de qual fosse a mistura de sangues, a “pior” sempre predominava sobre a “melhor raça”⁶⁷. Esta visão negativa da miscigenação fica evidente no encerramento do *Ensaio*:

A espécie branca doravante desapareceu da face do mundo. Depois de ter passado pela era dos deuses, quando era absolutamente pura; pela idade dos heróis, quando as misturas eram moderadas em força e em número; pela era das nobrezas, quando as faculdades, ainda grandes, não eram mais renovadas por fontes exauridas, encaminhou-se mais ou menos prontamente, segundo os lugares, para a confusão definitiva de todos os seus princípios (...) A parcela de sangue ariano, já tantas vezes subdividida, que ainda existe em nossas regiões, e que sustenta sozinha o edifício de nossa sociedade, encaminha-se dia a dia para os termos extremos de sua absorção. Obtido este resultado, abrir-se-á a era da unidade...este estado de fusão, longe de ser o resultado do casamento direto de três grandes tipos tomados no estado puro, será apenas o caput mortuum de uma

respectivamente originárias da África e da América. Em suma, pode-se dizer que era monogenista em teoria, e poligenista na prática. In: POLIAKOV, Leon., op. cit., p. 218

⁶⁷ ARENDT, Hanna., op. cit., p. 203

*série infinita de misturas, e por conseguinte de fenecimentos; último termo da mediocridade em todos os gêneros, mediocridade e força física, mediocridade de beleza, mediocridade de aptidões intelectuais, pode-se dizer, quase um nada.*⁶⁸

As consequências dessas afirmações foram inúmeras, não só no próprio período em que Gobineau viveu mas também muitos anos após sua morte⁶⁹. Com os trabalhos do autor, os adeptos do racismo científico teriam argumentos em que podiam se basear ao propagarem a necessidade da manutenção da pureza racial.

Tanto Monogenistas como Poligenistas tiveram suas idéias influenciadas pela obra *A origem das espécies*(1859), de Charles Darwin⁷⁰. A principal teoria de Darwin que afetou diretamente os debates sobre as diferenças raciais entre os homens foi a chamada teoria da *evolução das espécies*.

Segundo as concepções científicas de Charles Darwin, a origem do homem na terra estava ligada a um mecanismo natural de evolução das espécies, isto é, os animais mais adaptados ao meio ambiente teriam melhores condições de sobreviverem na natureza. Esta adaptação ao meio ambiente ocorreria através de

⁶⁸ GOBINEAU, Arthur. In: POLIAKOV, Leon., op. cit., p. 219

⁶⁹ Hannah Arendt relaciona as concepções de Gobineau com as argumentações utilizadas pelos nazistas quanto à discriminação dos judeus na Alemanha, que levariam ao chamado *holocausto*. In: ARENDT, Hanna., op. cit., p. 202 passim

⁷⁰ DARWIN, Charles Robert. Naturalista inglês (1709-1882). Principais obras: *A Origem das Espécies através de meios Naturais de seleção ou a conservação das raças favorecidas na luta pela vida* (1859); *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais* (1872).

uma luta constante pela sobrevivência e aquelas espécies que fossem subjugadas por outras nesta disputa seriam aos poucos eliminadas. A este processo de desaparecimento das espécies menos adaptadas Darwin deu o nome de seleção natural.⁷¹

As teorias evolutivas Darwinistas causaram um grande impacto no século XIX, não só por seu rigor científico mas principalmente pelas supostas provas irrefutáveis trazidas por Darwin, que para muitos eram bastante contundentes para serem negadas⁷². Entretanto, muitos naturalistas, entre eles Cuvier e Louis Agassiz⁷³ continuaram durante algum tempo contestando as idéias de Darwin e defendendo teorias criacionistas⁷⁴.

Mesmo sendo alvo de críticas, as concepções evolutivas de Darwin galgaram um rápido caminho a sua incorporação pelas Ciências Sociais, originando o que conhecemos como *Darwinismo Social*. A respeito do Darwinismo Social afirma Marcel Blanc:

⁷¹ Na seleção natural (...)os reprodutores eleitos seriam aqueles que melhor se adaptassem às condições de existência do meio; em outras palavras, os mais aptos para sobreviver na luta pela existência (...) In: BLANC, MARCEL. *Os Herdeiros de Darwin*. Trad. Mariclara Barros. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1994, p. 49

⁷² Para Darwin, são 5 as provas da evolução: a) provas paleontológicas b) distribuição das espécies ao redor do planeta c) ordem e classificação das espécies apresenta caracteres evolutivos semelhantes d) existência de homologias na organização anatômicas das espécies e) as semelhanças embrionárias entre as espécies em seus primeiros estágios. In: Ibid.. p. 41 passim

⁷³ AGASSIZ, Louis Rodolphe. Naturalista suíço (1807-1873). Principais obras: *Estudo sobre as Geleiras* (1840); *Viagem ao Brasil* (1865) ; *Gêneros Seleccionados e Espécies de peixes que, em viagem pelo Brasil nos anos de 1817-1820, coligiu, cuidou, juntando-os, J. B. de Spix; elaborou , descreveu e ilustrou com ilustrações anatômicas L. Agassiz* (1829).

⁷⁴ Os criacionistas não ligavam a origem das espécies a nenhuma teoria evolutiva, mas sim a fatores incertos como a própria vontade divina

(...) De um modo mais geral, o darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. A vida na sociedade humana é uma luta pela vida, nem maior nem menor que a dos animais na natureza. É normal, porque natural, que os mais aptos vençam, ou seja, tenham sucesso na sua empreitada, enriqueçam-se, tenham acesso a postos administrativos, enfim, detenham as alavancas do poder social e político. E é normal e natural que os menos aptos ocupem cargos subalternos, contentando-se em serem executantes, etc.(...)⁷⁵

Dentre os vários pensadores darwinistas sociais deve-se lembrar os nomes do inglês Hebert Spencer⁷⁶ e o alemão Ernest Haeckel⁷⁷.

Para ambos, a seleção natural havia criado espécies mais aptas também entre os homens, o que explicaria não só as diferenças físicas mas também as diferenças sociais presentes na humanidade. Hebert Spencer defendia, por exemplo, que os Estados não deveriam investir em medidas sociais, os que representavam uma agressão ao movimento de seleção natural. Para ele, a seleção natural deveria agir sem a intervenção negativa do Estado, que construindo

⁷⁵ BLANC, MARCEL., op. cit., p. 183

⁷⁶ SPENCER, Herbert. Filósofo e Naturalista inglês (1820-1902). Principais obras: *Princípios de Biologia* (1864); *Princípios de Psicologia* (1865); *Princípios de Sociologia* (1876); *Princípios de Moralidade* (1892)

⁷⁷ HAECKEL, Ernst Heimich. Naturalista alemão (1834-1919). Principais obras: *Morfologia Geral dos Organismos* (1866); *História Natural da Criação* (1868); *Os Enigmas do Universo* (1899)

hospitais ou melhorando a vida dos mais pobres deixaria vivendo aqueles que foram escolhidos pela natureza a desaparecerem⁷⁸.

O Darwinismo Social deu um impulso enorme às teorias raciais. Não demorou muito para que surgisse uma variante de tal pensamento: a *eugenia*. Fundada primeiramente pelo primo de Darwin, Francis Galton⁷⁹, tinha como objetivo fundamental o aperfeiçoamento da raça. Os eugenistas acreditavam que as chamadas raças mais aptas ao desenvolvimento (as classes dirigentes) deveriam ao máximo evitar a miscigenação com as chamadas raças menos aptas (as camadas excluídas socialmente).⁸⁰

As teorias eugênicas relacionavam-se diretamente com a *craniometria*, a *antropometria*, a *frenologia* e a *antropossociologia*. Estas especialidades procuravam encontrar características físicas (tamanho do crânio, aparência do rosto, altura, etc) que poderiam estar ligadas a determinados tipos de comportamento. O ápice deste pensamento foi a chamada *antropologia criminal*

⁷⁸ BLANC, MARCEL., op. cit., p. 183-185

⁷⁹ GALTON, Francis. Estatístico e Antropometrista inglês (1822-1911). Principais obras: *Pesquisas de Faculdades Humanas e seu desenvolvimento* (1833); *Herança Natural* (1889) ; *Ensaio sobre Eugenia* (1909)

⁸⁰ O pensamento eugênico teve uma grande acolhida no Brasil, durante principalmente a República Velha. Ao responsabilizar questões de ordem física, principalmente relacionadas a desigualdades entre as raças, pelos males do país, os eugenistas iniciaram uma série de ações que tinham como interesse evitar no Brasil a continuação do *desastre da miscigenação*. A fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo é um exemplo da tentativa de aplicar as idéias eugênicas no Brasil. Sobre o pensamento eugênico ver: MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça – médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. Ver também: LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

de Cesare Lombroso⁸¹, que procurava características físicas que pudessem explicar a origem de comportamentos criminosos em determinados indivíduos⁸².

O pensamento eugênico também foi aceito pelo próprio Charles Darwin, que no final de sua vida afirmou: (...) *Os membros, tanto de um sexo como de outro deveriam abster-se de se casar em caso de inferioridade manifesta no corpo ou no espírito*(...)⁸³

Fica claro que não faltavam argumentos teóricos para aqueles que buscavam as respostas para a dominação e a desigualdade entre os povos através de questões raciais. Durante o século XIX estas teorias raciais estão no seu auge e sem dúvida nenhuma tornam-se um verdadeiro paradigma para as ciências sociais do período.

Todavia, muitos também refutaram as visões raciais da sociedade desde meados da era moderna. O principal representante neste sentido é Jean Jacques Rousseau⁸⁴ que entendia o homem a partir da idéia de *perfectabilidade*. Para Rousseau todos os homens, independentemente de qualquer coisa, teriam naturalmente as condições de desenvolver-se cultural e socialmente; embora Rousseau não entendesse que o modelo de civilização européia fosse um caminho obrigatório para todos os povos. Este pensamento contradiz totalmente as teorias

⁸¹ LOMBROSO, Cesare. Criminologista italiano (1835-1909). Principais obras: *Gênio e Loucura* (1864); *O Homem Delinquente em relação à Antropologia, à Jurisprudência e às disciplinas econômicas* (1876).

⁸² SCHWARCZ, Lília Moritz., op. cit.

⁸³ BLANC, MARCEL., op. cit. p. 185

⁸⁴ ROUSSEAU, Jean Jacques. Filósofo suíço (1712-1778). Principais obras: *Do contrato Social* (1762); *Émile ou Da Educação* (1762); *Cartas Escritas da Montanha* (1764).

raciais européias, que viam a sociedade branca européia como o ponto máximo da civilização humana.⁸⁵

Outra mente combativa às teorias raciais européias foi a do naturalista Alexander Von Humboldt⁸⁶. Para ele, herdeiro da tradição humanista de Rousseau, a questão das diferenças raciais como explicativas das diferenças sociais era só uma forma de manter a escravidão dos povos e perpetuar a hegemonia européia no mundo⁸⁷.

Também podemos citar as análises etnológicas vindas principalmente dos Estados Unidos, que davam mais importância a questões relativas à cultura do que a princípios biológicos ou raciais na análise das sociedades.

Apesar de entendermos a presença de idéias que refutavam as visões raciais da sociedade podemos afirmar que, entre os séculos XVIII e XIX, o pensamento racial foi um paradigma no mundo ocidental. Desde a tradição Poligenista dos séculos XVII e XVIII até o Darwinismo Social do século XIX, não faltaram argumentos para se entender a sociedade como um grande palco da luta entre os mais evoluídos e os menos evoluídos. Mesmo os países que eram diretamente afetados por estas idéias não puderam passar imunes a esse tipo de

⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva.(orgs.) op. cit.

⁸⁶ HUMBOLDT, Alexander Von. Naturalista alemão (1769-1859). Principais obras: *Ensaio Político sobre a Nova Espanha (1811)*; *Viagem às regiões Equinociais do Novo Continente*; *Cosmos: Ensaio de Descrição Física do mundo (1845)*.

⁸⁷ POLIAKOV, Leon., op. cit.

pensamento. O Brasil, com sua história marcada pela miscigenação entre os povos e por uma desigualdade social esmagadora também teve as idéias raciais como centro de discussão nos meios intelectuais nacionais, entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX.

As Teorias Raciais e o Brasil

As teorias raciais européias tiveram no Brasil uma grande repercussão. Muitos foram os nomes que, a partir do final do século XIX, dialogaram com as interpretações raciais e reapropriaram-se delas para tentar responder as indagações relativas à sociedade brasileira. Entre estes nomes podemos destacar os de Nina Rodrigues⁸⁸, Oliveira Vianna⁸⁹ e Euclides da Cunha⁹⁰. Apesar de muitas vezes possuírem idéias contraditórias a respeito da importância da raça na constituição de nosso país, estes três autores partiram do

⁸⁸ RODRIGUES, Raimundo Nina. Etnógrafo, criminalista, patologista e sociólogo, nascido na Bahia (1862-1906). Médico formado, tornou-se professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia em 1895. Destacamos como principais obras: *As raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* ; *Os Africanos no Brasil* e *O Animismo fetichista dos negros da Bahia*

⁸⁹ VIANNA, Francisco José de Oliveira. (1883-1951). Historiador e sociólogos, tornou-se Bacharel pela faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Suas principais obras: *Pequenos Estudos de Psicologia Social*; *Populações Meridionais do Brasil*; *Evolução do Povo Brasileiro* ; *Raça e Assimilação*

⁹⁰ CUNHA, Euclides da. (1866-1909) Escritor brasileiro. Fez o curso de artilharia na Escola Superior de Guerra e bacharelou-se em matemática, ciências físicas e naturais. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Em *Os Sertões*, escreveu sobre a revolta da Canudos a partir das impressões colhidas no local, como repórter, logo após os confrontos. A obra foi considerada uma das mais importantes da língua portuguesa, por seu estilo e conteúdo social. Como principais obras, além da já citada *Os Sertões* (1902) destacamos *Contrastes e Confrontos* (1907) e *Castro Alves e seu Tempo* (1907)

pressuposto de que a miscigenação brasileira era um problema que precisava ser resolvido.

O médico baiano Nina Rodrigues foi o primeiro intelectual brasileiro a estudar, de maneira pormenorizada, as manifestações culturais dos negros na Bahia.⁹¹ Entretanto, suas análises demonstram uma extrema afinidade com as teorias raciais européias. O autor sustentava, por exemplo, que as chamadas raças inferiores (negros, índios e mestiços) não podiam ser tratadas pelo código penal brasileiro da mesma maneira que os brancos pois estes, por serem mais desenvolvidos, teriam melhores condições de responderem sobre seus atos; enquanto que aqueles, por serem menos evoluídos, deveriam ser tratados como seres muitas vezes levados por suas incapacidades físicas e mentais.⁹² Nina Rodrigues dava uma especial atenção em relação aos negros, que para ele eram os grandes responsáveis pelo atraso brasileiro. Afirmo o autor:

A raça negra no Brasil, por maiores que a tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificados que sejam as sympatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exaggeros dos

⁹¹ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Biblioteca Pioneira do Livro, 1969., p. 215 passim

⁹² RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1946

*seus thuriferarios, ha de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo(...)*⁹³

Nina Rodrigues acredita tanto na inferioridade do negro e na superioridade do branco que vislumbrava uma possível divisão da sociedade brasileira entre o sul embranquecido e o norte miscigenado:

*Ao brasileiro mais descuidado e imprudente não pode deixar de impressionar a possibilidade da opposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do sul, donde o clima e a civilização eliminarão a raça negra ou a submeterão, de um lado; e, de outro, os estados do norte, mestiços, vegetando na turbulência estoril de uma inteligência viva e prompta, mas associada a uma decidida inércia e indolência, ao desanimo e por vezes á subserviência, e assim ameaçados de converterem-se em pasto submisso de todas as explorações de regalos e pequenos ditadores(...)*⁹⁴

⁹³ RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia. Editor Nacional, 1932. p. 17

⁹⁴ Ibid., p. 19

Outro intelectual que dialogava com as teorias raciais européias era Oliveira Vianna. Sócio do IHGSP, manteve contato com importantes membros da casa, como Theodoro Sampaio. Com uma visão extremamente parcial a respeito das diferentes etnias brasileiras, o autor afirmava, assim como parte de seus colegas da Agremiação Paulista, que a população de São Paulo seria superior intelectualmente e fisicamente ao resto do Brasil devido a pouca miscigenação de sua população.⁹⁵ Assim Oliveira Vianna observava na miscigenação brasileira um dos maiores problemas de nosso país. Para ele, o Brasil deveria ser liderado por uma raça de arianos vindos do Sul que, com a superioridade do sangue branco europeu correndo em suas veias, poderia em um tempo futuro embranquecer o povo e livrá-lo do sangue negro e índio.⁹⁶ Assim afirma Oliveira Vianna:

(...) Os elementos bárbaros que formam o nosso povo estão sendo, pois, rapidamente reduzidos: a) pela situação estacionária da população negra; b) pelo segmento continuo de affluxos arianos nestes ultimos tempos; c) por um conjunto de seleções favoráveis que asseguram, em nosso meio, ao homem de raça branca condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens de outras raças.

Esse movimento de aryanização, porém, não se limita apenas ao aumento do volume numerico da população branca pura; também

⁹⁵ LEITE, Dante Moreira, op. cit., p. 220 passim

⁹⁶ Ibid., p. 223

*as selecções ethnicas estão operando, no seio da própria massa mestiça, ao sul e ao norte, a redução do coefficiente dos sangues bárbaros. Isto é, nos nossos grupos mestiços o quantum do sangue branco cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça.*⁹⁷

Finalmente, temos de destacar Euclídes da Cunha, figura de extrema importância para a história do IHGSP. Tendo lido nas sessões do Instituto algumas partes de seu trabalho mais aclamado, *Os Sertões*, antes mesmo de sua publicação, os autores da Instituição espelharam-se em suas idéias sobre a positividade do isolamento racial, também utilizando-a em suas análises sobre os bandeirantes paulistas. Euclides da Cunha também carrega traços do pensamento racial europeu. Sua idéia sobre a superioridade dos sertanejos (que teriam ficado imunes a mistura de raças, principalmente em relação ao negro, devido ao isolamento) em contraste aos habitantes do litoral (onde a mistura de raças teria se dado sem controle) é claramente importada da condenação à miscigenação das teorias darwinistas sociais⁹⁸. Em uma passagem do livro *Os Sertões*, Euclides da Cunha apresenta claramente seu pensamento a respeito dos miscigenados:

⁹⁷ VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938, p. 206-207

⁹⁸ As idéias de Euclides da Cunha foram muito importantes para os escritores do IHGSP, principalmente quanto a teoria de isolamento do sertanejo. Mais tarde, os agremiados vão afirmar que um dos motivos da superioridade da raça paulista se deve principalmente ao isolamento dos bandeirantes em relação aos cruzamentos com os negros escravos. Esses também vão afirmar que o

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estágios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapeutica para êste embater de tendências antagônistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado. Não se compreende que após divergirem extremamente, através de largos períodos entre os quais a história é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições mentais

isolamento foi responsável pela manutenção das características culturais e sociais dos paulistas até meados do século XIX, quando estes se lançaram para dominar política e economicamente o Brasil.

*diversas, anulando em pouco tempo distinções resultantes de um lento trabalho seletivo (...).*⁹⁹

Apesar de aceitarem as teorias raciais, o traço fundamental da permanência destas idéias no Brasil foi a modificação, isto é, uma variação nas idéias vindas do exterior na tentativa de unir conceitos à realidade brasileira. Na prática, este debate de conceitos significou, segundo Roberto Ventura¹⁰⁰, em idéias que não eram iguais aos originais estrangeiros mas sim adaptações ou novas leituras que variaram de acordo com as posições intelectuais de cada autor¹⁰¹.

Essas adaptações nacionais das teorias européias devem-se principalmente a uma questão angular: a grande maioria dos pensadores raciais europeus via com péssimos olhos não só a mistura de raças mas, principalmente, a presença do negro como fator participante de tais miscigenações. A questão que se colocava era não só de teor científico mas sim sobre o próprio futuro do país. Nesse sentido, vários intelectuais buscaram pensar a miscigenação como algo positivo e esta idéia vai ser amplamente desenvolvida pelos sócios do IHGSP.

O debate a respeito das teorias raciais e suas implicações teóricas para o Brasil tem uma importância fundamental para a chamada *geração de*

⁹⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 90

¹⁰⁰ VENTURA, Roberto. op. cit., p. 66

¹⁰¹ Roberto Ventura estuda estas readaptações das teorias raciais européias a partir da crítica literária, dando destaque principal às obras de Silvio Romero. In: VENTURA, Roberto. op.cit., p. 71 passim

1870¹⁰². Esta geração estava envolvida em uma cruzada que tinha como objetivo consolidar a cultura brasileira em relação aos valores intelectuais importados. O que se queria era buscar nas características culturais, políticas, sociais e até raciais brasileiras um panorama que pudesse oferecer uma perspectiva para o Brasil distante o tanto quanto possível das imagens catastróficas de doenças, degeneração e atraso relacionadas a miscigenação.

Desse modo, a produção intelectual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo durante o período estudado neste trabalho (1894 e 1940) reflete muito bem o debate dos grupos letrados brasileiros, em especial os paulistas, em torno das teorias raciais européias e suas recontextualizações no Brasil.

Com base nos textos que serão analisados a partir de agora poderemos perceber não só como um determinado grupo social (a elite política, econômica e social paulista) via as teorias raciais européias, mas também como estes autores enfrentaram os problemas colocados ao Brasil a partir de análises raciais. Tais problemas, lançados pelos pressupostos teóricos europeus, foram resumidos por Oswaldo Frota-Pessoa. Para o autor, os adeptos das teses raciais tinham como afirmações principais:

¹⁰² MICELI, Sérgio. *Sexo, Poder e Letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977

a) A humanidade está dividida em raças, que se distinguem por traços hereditários, podendo alguns atingir freqüências de perto de 100% em uma raça e zero em outra;

b) Uma raça pura, que não sofreu miscigenação recente, é formada por pessoas que apresentam um bloco de traços hereditários físicos e psicológicos, ausente em outras raças;

c) As raças puras são superiores umas às outras e todas são superiores às miscigenadas;

d) Para o bem da humanidade, as raças superiores devem dominar as inferiores e usá-las para funções subalternas;

e) Deve-se incentivar a reprodução das pessoas das raças superiores e restringir ou anular a das pessoas das raças inferiores, para melhorar o patrimônio genético da humanidade;

f) As raças superiores não devem cruzar-se com as inferiores, para não introduzirem em sua descendência traços indesejáveis¹⁰³.

Ao mesmo tempo em que essas teorias raciais colocavam problemas para o estudo da sociedade brasileira, elas também eram fundamentais para a consolidação das idéias que os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo tinham a respeito do estado de São Paulo e sobre si mesmos.

¹⁰³ PESSOA, Oswaldo Frota., op. cit., p. 33

Os debates pautados na aplicabilidade (ou não), das teorias raciais no Brasil, acabavam por abrir caminho para duas idéias fundamentais, mas antagônicas: As mesmas teorias raciais que condenavam parte da população brasileira também eram fundamentais para se afirmar a existência de uma *raça paulista*. É a forma como os intelectuais do Instituto se inseriram nesta problemática que estudaremos a partir de agora.

Capítulo II– As Teorias Climáticas

As teorias climáticas, que entendiam o clima como um elemento modificador das condições históricas dos povos, e o chamado determinismo geográfico, que relacionava as condições físicas de uma região (relevo, vegetação, altitude etc) com determinadas características sociais e políticas, são componentes fundamentais do pensamento racial.

Essas idéias climáticas e geográficas, originárias da época moderna, têm sua história ligada à própria formação das teorias raciais, tornando-se parte constitutiva destes discursos no século XIX. Nesse sentido, podemos entender que o pensamento racial não pode ser analisado sem as questões suscitadas pelo determinismo geográfico e climático. Assim, vamos dar destaque a dois autores que desenvolveram especialmente essas idéias: Montesquieu e Buffon.

Montesquieu, em seu livro *O Espírito das Leis*¹⁰⁴, defende a importância dos aspectos climáticos para a análise política dos povos. O autor contrapõe principalmente, as regiões quentes às frias, estabelecendo uma visão positiva quanto a estas e negativa quanto àquelas. Sobre isto, escreve o autor:

*O ar frio encolhe as extremidades das fibras exteriores do
nosso corpo; isto aumenta sua elasticidade e favorece o retorno do*

¹⁰⁴ MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996

sangue das extremidades para o coração. Ele diminui o comprimento destas mesmas fibras; logo, neste sentido, aumenta sua força. O ar quente, ao contrário, dilata as extremidades das fibras e as alonga; logo, diminui sua força e sua elasticidade.

Temos, então, mais vigor nos climas frios. A ação do coração e a reação das extremidades das fibras são mais bem feitas, os líquidos estão em melhor equilíbrio, o sangue é mais determinado em direção ao coração e, reciprocamente; o coração tem mais potência. Esta força maior deve produzir muitos efeitos: por exemplo, mais confiança em si mesmo, ou seja, mais coragem; mais conhecimento de sua superioridade, ou seja, menor desejo de vingança e opinião mais segura sobre sua segurança, ou seja, mais franqueza, menos suspeitas, política e astúcia.(...) Os povos dos países quentes são tímidos assim como os velhos; os dos países frios são corajosos como os jovens.(...)¹⁰⁵

A força do clima que relaxa as fibras musculares dos povos nos países quentes, tornando-os mais fracos, e que aumenta a força das fibras nos climas frios, explica para Montesquieu o estado primitivo dos povos pertencentes aos climas tropicais. Esta diferenciação determinada pelas temperaturas também

¹⁰⁵ MONTESQUIEU, op. cit., p. 240

explica, para o autor, a facilidade com que os povos dos climas quentes são escravizados:

Já dissemos que o grande calor cansava a força e a coragem dos homens e que nos climas frios certa força de corpo e de espírito tornava os homens capazes de ações longas, penosas, grandes e arriscadas. Podemos observar tal coisa não só de nação a nação, mas também no mesmo país, de uma parte para outra. Os povos do norte da China são mais corajosos do que os do sul; os povos do sul da Coréia não são tanto quanto os do norte.

Portanto, não nos devemos espantar de que a covardia dos povos dos climas quentes os tenha quase sempre tornado escravos e a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido em liberdade. É um efeito que deriva de sua causa natural.¹⁰⁶

A escravidão e o pouco desenvolvimento dos povos dos climas quentes são, para Montesquieu, derivações de causas naturais. Entre essas, além da questão do clima e do relevo, está a prodigalidade do solo. Para o autor, nos locais em que o homem é obrigado a cultivar o solo sob condições desfavoráveis, os atributos de força e perseverança são desenvolvidos; enquanto que onde a natureza

¹⁰⁶ MONTESQUIEU, op. cit., p. 285

tudo oferece, os povos não têm estímulos para o trabalho, ficando entregues ao arbítrio das paixões e do ócio. Assim:

*A esterilidade das terras torna os homens industriais, sóbrios, persistentes no trabalho, corajosos, próprios para a guerra; é preciso que obtenham o que a terra nega. A fertilidade de um país proporciona, com o conforto, a indolência e certo amor à conservação da vida.*¹⁰⁷

Especificamente sobre a questão do solo na América, Montesquieu afirma:

O que faz que existam tantas nações selvagens na América é que a terra produz sozinha muitas frutas com as quais nos podemos alimentar. Se as mulheres cultivarem em torno da cabana um pedaço de terra, o milho vem primeiro. A caça e a pesca acabam de dar aos homens a abundância. Além do mais, os animais que pastam, como os bois, os búfalo, etc., se dão melhor ali do que os animais carnívoros. Estes sempre tiveram o império da África.

¹⁰⁷ MONTESQUIEU, op. cit., p. 295

*Penso que não teríamos todas estas vantagens na Europa se deixássemos a terra inculta; só nasceriam florestas, carvalhos e outras árvores.*¹⁰⁸

Definitivamente, para Montesquieu, o clima quente aliado às condições favoráveis do solo teria inclinado os povos da América à escravidão, à falta de coragem, à preguiça, à falta de vontade e ao pouco desenvolvimento material. Estas concepções vão servir de referência para os pensadores raciais entre o século XVIII e o século XX, principalmente para Buffon e Gobineau¹⁰⁹. Entretanto, não podemos nos esquecer que Rousseau e Alexander Von Humboldt refutam as visões negativas sobre a América, servindo como contraponto para as análises pessimistas vindas do pensamento racial e climático.

As questões levantadas pelo pensamento climático sobre a América geravam posições antagônicas a este respeito. Na análise das influências do meio físico sobre os homens e as sociedades, podemos apontar principalmente dois tipos de interpretação do pensamento racial europeu. A primeira, representada por Montesquieu e Buffon, afirma que a natureza e o clima da América não propiciaram o desenvolvimento de seus povos. A segunda vertente, representada principalmente pelo naturalista Alexandre Von Humboldt, tem uma visão positiva

¹⁰⁸ MONTESQUIEU, op. cit., p. 298

¹⁰⁹ As idéias centrais do pensamento de Buffon e Gobineau já foram analisadas no capítulo 1 do presente trabalho.

sobre o mundo natural americano, não responsabilizando a natureza pelos problemas sociais encontrados no continente.

Um exemplo da visão negativa sobre a natureza e o clima do Novo Mundo pode ser encontrado em Buffon. Aceitando as idéias de Montesquieu sobre o clima e o solo americano, o autor entendia que a América (mais úmida), ao contrário da Europa (mais seca), ainda estava em processo de evolução física. Isto explicaria a existência de animais de menor porte, de muitos insetos e de um clima mais quente. O naturalista afirmava também que a natureza das zonas tropicais impediria qualquer tentativa do homem americano de se aperfeiçoar.

Assim como Montesquieu e Buffon, outro adepto das teorias climáticas que tinha uma visão extremamente negativa sobre as zonas tórridas, era o britânico Henry Thomas Buckle¹¹⁰.

Essas concepções vão contrastar com as idéias de Rousseau e de Humboldt, que percebiam a natureza e o homem americano com um olhar mais amplo e positivo. Esses dois modelos de análise para a América são amplamente discutidos no século XIX no Brasil, já que este é o momento em que se efetiva em nosso país um amplo debate sobre o *caráter nacional brasileiro*, principalmente quanto à inferioridade dos povos miscigenados em relação aos povos europeus.

Ao se discutir sobre a formação racial do Brasil, as questões climáticas e naturais de nosso país vão ser fundamentais, já que estas

¹¹⁰ BUCKLE, Henry Thomas. Historiador inglês, nascido em 1821, foi um dos maiores representantes do chamado determinismo geográfico. Sua obra máxima foi *História da civilização na Inglaterra* (1857).

características são entendidas como definitivas para o desenvolvimento do homem brasileiro. Segundo Roberto Ventura, os intelectuais do final do XIX entendiam a nação como uma interação entre as características físicas (principalmente clima e relevo) e raciais¹¹¹. Se as visões apresentadas pelo pensamento climático e racial europeu não são positivas, então estes mesmos intelectuais buscaram alternativas para a análise da sociedade brasileira, tanto nas questões relativas às características físicas quanto às características raciais.

No que diz respeito ao IHGSP, seus intelectuais buscavam saídas para a visão negativa da natureza e do clima no Brasil, propagadas principalmente por Montesquieu, Buffon e Gobineau, em momentos diferentes. Esta releitura era fundamental, pois não seria possível afirmar-se sobre a existência de um tipo racial especial, o paulista, descendente dos antigos bandeirantes, tendo-se ao fundo uma série de idéias que desabonavam o meio físico que os envolvia. Em suma, uma raça superior precisava necessariamente de uma natureza que possibilitasse o seu desenvolvimento, tanto físico quanto cultural.

Assim, os autores do Instituto buscaram dois caminhos para escapar à armadilha climática apresentada pelos pensadores raciais europeus. A primeira, e mais aceita, era a de que o clima, o relevo e a natureza encontrados pelos bandeirantes não eram propícios aos primeiros colonizadores, dificultando o processo de povoamento do Brasil. Porém, a própria negatividade dos fatores

¹¹¹ VENTURA, Roberto., op. cit., p. 37

ambientais e naturais é observada como um estímulo ao homem paulista, que na luta contra as adversidades desenvolveu características físicas e culturais especiais, que acabariam por diferenciar o povo bandeirante dos demais brasileiros. Em outras palavras, o homem e a história de São Paulo seriam definidos pela luta contra as dificuldades que a natureza impunha. Esta concepção não negava a visão climática que desqualificava a natureza americana mas sim, acrescentava-lhe um potencial transformador e regenerador que impulsionaria a raça ao caminho do desenvolvimento.

Uma segunda vertente, também presente nos artigos, tendia a valorizar, em meio aos debates relacionados às teorias climáticas européias, uma visão mais otimista e positiva em relação à natureza brasileira. Assim, a superioridade cultural e física do bandeirante ligava-se à própria superioridade natural das terras tropicais. As análises são sempre feitas dando-se destaque às regiões paulistas ou a ambientes relacionados à história dos bandeirantes. Muitas vezes, o clima e o relevo das terras bandeirantes são colocados em oposição a outras regiões do Brasil, tanto no que diz respeito à valorização da natureza paulista e seu clima, quanto em relação à demonstração de que outras regiões possuíam melhores condições que as encontradas em São Paulo. De qualquer forma, os sócios percebiam que as questões ligadas ao clima, à natureza e ao relevo eram fundamentais para se entender a formação da “raça paulista”.

Olhares negativos sobre a natureza paulista

A visão mais recorrente entre os autores da Agremiação Paulista era a de que a natureza, o clima e a própria geografia não facilitaram a vida dos primeiros colonizadores do Brasil. Esses artigos possuem em suas idéias muitos traços do pensamento climático, que tendia a desvalorizar o mundo natural Americano. A visão definida por Montesquieu, de que o clima quente prejudicaria o desenvolvimento da civilização, é aceita em vários momentos pelos sócios do Instituto. Um artigo especialmente sugestivo sobre o tema foi escrito por Theodoro Sampaio, na revista publicada no ano de 1900:

Se, a guiarmo-nos pelos ensinamentos da historia, o progresso da humanidade é uma funcção da raça, com é a de uns poucos gráus de calor a mais ou a menos na temperatura do ambiente, e se, para a maior expansão da especie, o clima é o factor preponderante, se o nosso destino historico, a nossa acção entre os povos do Novo Mundo tem de pautar-se pelo meio climatologico, uma vez que dos povos vizinhos nos não separam grandes diferenças ethnicas, então ainda que isso melindre algum tanto ao nosso amor patrio, tão caro, tão legitimamente sensivel, é força convir que, nessa partilha do continente, não foi o quinhão mais bem situado o que coube aos descendentes dos lusitanos.

A terra que coube em sorte, entre o Equador e o Tropico, tinha todos os encantos para seduzir mas os ares neste clima torrido, a despeito do dizer ingenuo de Pero Vaz de Caminha, não eram por certo “asy frios e temperados como os dentre Douro e Minho”

Nesta zona genesiaca dos Tropicos, o calor sem intermitencias reparadoras, fermentando o sangue, dissolvia as energias da raça. O colono europeu no littoral resistia ao paludismo protheiforme, mas sentia-se perecer lentamente.

(SAMPAIO, 1900)

Fica claro, a partir da leitura do texto, que Theodoro Sampaio entendia que o clima quente trouxera dificuldades aos primeiros colonizadores. Entretanto, o autor também afirma, na continuidade do artigo, que o português pôde resistir às adversidades do clima e iniciar a construção do que viria a ser a raça paulista.

O determinismo climático é encontrado também em um artigo de Sergio Milliet. Neste trabalho, o intelectual procura levantar as principais diferenças entre o Nordeste e os estados do Sul, e apresenta a questão climática como uma das responsáveis pelo que nomeia de “malefícios da monocultura”:

O clima ainda contribuia para diferenciar as regiões, o calor do norte amolecendo a indole dos conquistadores, na fartura e no

luxo, e o frio do sul instigando o habitante para a aventura e o nomadismo. Em summa, os malefícios da monocultura da canna podem em grande parte ser imputados ao clima.

(MILLIET, 1937)

Outro exemplo do determinismo climático nas revistas do Instituto encontra-se no artigo de Domingos Jaguaribe. Ao analisar a história do estado de Minas Gerais, o autor apresenta o clima ameno da região como um dos motivos de seu desenvolvimento econômico:

Minas Geraes, onde o clima ameno e a altitude das serras dão ao homem uma robustez e vitalidade que lhe imprimem o sangue puro e oxygenado nas veias, por isso mesmo que era o lugar mais próspero, também foi o mais explorado

(JAGUARIBE, 1898)

Além do clima quente, a natureza dos Trópicos também era considerada um problema para os bandeirantes. Em outro artigo, Theodoro Sampaio nega a pujança do solo brasileiro:

Essa terra do Brasil que os primeiros exploradores se exhibira como uma terra pobre, ainda que ostentando galas de uma

natureza incomparavel, valia, de facto, ainda menos que a própria África, adusta e inhospita.

(SAMPAIO, 1896)

Esta visão, que afirma o caráter maléfico da natureza brasileira, é compartilhada por José de Paula Leite de Barros. Em trabalho publicado na revista, no ano de 1927, o autor apresenta sua visão sobre o mundo natural que envolveu o povo paulista:

O exame ainda que perfunctorio da geographia topographica e geologica de São Paulo, mesmo ao mais mediano observador, demonstra que a natureza, na formação desta parte do continente, foi pouco prodiga, para não dizer-se mesquinha, quiçá hostil, aos futuros habitantes da zona collocando a margem do oceano, a poucos kilhometros da praia a grande cordilheira, a conhecida serra do Paranapiacaba, que corre de norte a sul em toda a extensão de seu territorio, de varias centenas de metros de altura, ingreme, de difficil accesso para ser transposta ao galgar-se o planalto superior, que deu origem a um systema topographico sui generis, todo especial, que modificou o curso natural dos rios fazendo-os correr da proximidade do mar em demanda ao interior do paiz.

Parece que a natureza assim procedeu mui de proposito levantando barreiras e empecilhos com o fito de tirar a prova do valor, da resistencia dos filhos de São Vicente, oppondo difficuldades e grandes obstaculos para o lado do mar, de certo modo isolando, denunciando vontade de segregar o habitante do interior do convivio civilisador das outras gentes, que, mais felises, teem facil communicacão maritima.

Mas, por isso mesmo, os proprios obstaculos como que aguçãram os desejos, estimularam para a luta os filhos de Piratininga, essa raça forte que, por determinismo histórico, e não mero acaso, tinha uma missão a cumprir.

(BARROS, 1927)

Esta é a questão central para os autores que entendem o meio natural paulista através de sua negatividade: O paulista teve que lutar contra o clima, o relevo e a natureza; e para tanto, precisou desenvolver a coragem, a perseverança, a força e a robustez que acabariam por se tornarem atributos fundamentais do caráter bandeirante. Tais características são retomadas pelo sócio Artur Orlando, que relaciona o ambiente encontrado pelos bandeirantes com a história dos Gregos Antigos, apresentando uma visão bastante peculiar sobre o tema:

A natureza tinha para os filhos da Helade a doçura e suavidade das caricias e afagos maternos.

Mais admirador do belo que do util, da plastica que da força, da eloquencia que da ação, o grego se preocupava menos com as necessidades da vida que com os gozos do espirito.

Mais do que tudo bem humorado e imaginoso, revestia de encantos os seus bosques, enchia de ninfas as suas fontes, povoava de sereias os seus mares.

Muito diferente era a condição do bandeirante em luta com a natureza rude e selvatica, com os troncos colossais das arvores e com o tecido inextricavel das lianas.(...)

Contra o bandeirante conspiravam todos os obstaculos da natureza, todas as monstruozidades físicas, todos os acidentes geograficos

A mata faz o espirito humano sombrio como ella. O homem da floresta não póde ter a mesma imaginação risonha que o da zampina coberta de relva ou o do litoral movimentado pelo mar

(ORLANDO, 1909)

Para Arthur Orlando, os paulistas conquistaram, através da luta e da coragem, a natureza, definindo assim seu caráter e sua própria cultura. As características nada idílicas encontradas nas terras habitadas pelos bandeirantes

não prejudicaram a raça paulista, mas sim contribuíram para a sua formação. Por outro lado, nem todos os sócios aceitaram essas visões, preferindo atribuir ao mundo natural, que cercava os bandeirantes, características bem mais positivas do que a dos autores apresentados. Porém, a natureza, tanto para o bem quanto para o mal, havia moldado uma raça bandeirante superior.

O novo paraíso tropical

Um segundo grupo de artigos nos apresenta um outro tipo de entendimento da natureza encontrada pelos bandeirantes. São textos que recuperam, de certa forma, a tradição romântica do século XIX, ao representarem o mundo físico brasileiro como harmonioso e belo, inspirando assim o desenvolvimento dos melhores sentimentos humanos.

Os autores que acreditavam na afabilidade da natureza encontrada em solo bandeirante ligavam essa riqueza ao desenvolvimento do próprio povo paulista. De certa forma, a idéia era a de que os traços de força, obstinação e amor pela aventura encontrados nos bandeirantes eram uma consequência quase que inevitável em meio a um ambiente tão inspirador.

Pedro Dias de Campos, em artigo publicado em 1929, descreveu a natureza encontrada em São Paulo da seguinte forma:

Donos da mais rica região do globo, tinham os paulistas o dever de se tornarem fortes pela luta e fortes pelo retemperamento da alma, afim de serem dignos do grande thezouro que lhe estava confiado - este rico e admiravel Brazil.

(CAMPOS, 1929)

Essas mesmas características naturais podem ser encontradas em um relatório de viagem, publicado em duas partes pelo Instituto nos anos de 1906 e 1907. Traduzido por Alberto Lofgren, o texto do viajante sueco Gustavo Beyer apresenta uma visão extremamente positiva da natureza paulista e da região em que se encontra a cidade de São Paulo:

Além da sua posição favorável e salubre, S. Paulo tem em si mesmo em abundância tudo quanto é necessario para o bem-estar e pode-se ter a certeza de que onde existem necessidades é isso devido á falta de vontade para trabalhar e não de ocasião para ganhar e adquirir todas as commodidades da vida.

Em todo o continente americano não se conhece lugar mais saldavel A media do termometro está entre 20 e 27graus. Nem chuvas extraordinárias, nem trovoadas se produzem e as noites são de modo a tornar necesssario vestir um sobretudo.

(LOFGREN, 1907)

A São Paulo descrita por Gustavo Beyer é um lugar salubre, com uma temperatura agradável, muito próximo das temperaturas amenas da Europa. Não podemos nos esquecer que o clima quente dos trópicos é tido como um problema para os adeptos das teorias climáticas. Assim, muitos autores procuram abrandar o clima das terras em que os bandeirantes viveram e desenvolveram-se.

Outros membros do Instituto fizeram críticas mais contundentes às teorias climáticas tão em voga no período. Entretanto, muitos dos artigos que buscavam criticar essas teorias apresentam contradições que nos mostram como o debate em torno dessas questões era acirrado.

Podemos apresentar um texto publicado na revista de número XXX, do ano de 1931. O autor, Affonso A de Freitas, ao analisar a geografia física do estado de São Paulo, apresenta uma série de comentários a respeito do já citado livro de Buckle, *História da civilização na Inglaterra*.

Comentários estes que criticam, embora sempre com um tom extremamente respeitoso em relação ao pensador alemão, a idéia de que a natureza exuberante do Brasil não deixou espaço para o desenvolvimento de uma grande civilização.

(...) Entre esta pompa e o esplendor da natureza, é ainda Buckle que o diz, nem um lugar foi deixado para o homem! Elle é reduzido á insignificancia pela majestade que o cerca. As forças que se lhe oppõem são tão formidaveis que elle nunca foi apto a lhes fazer frente,

nunca foi capaz de resistir á sua accumulada pressão. Desta arte as energias da natureza encadearam o espírito do homem. Em nenhuma parte é tão penoso o contraste entre a grandeza do mundo externo e a pequenez do interno. O pensamento intimidado por esta luta desigual não só tem sido incapaz de avançar, como sem o auxilio estrangeiro teria indubitavelmente recuado.

Há visível exagero nas generalidades de Buckle: a exuberancia da vida vegetal no Brasil, si diminue as energias do homem, felizmente não as aniquila como acreditava o brilhante e notavel pensador britannico.

É verdade que o paulista mais facilmente venceu a natureza do seu torrão patrio transformando-o no centro de civilização apurada que já é, do que o brasileiro, e só o brasileiro, totalmente, corrigindo-as e adaptando-as ao livre desenvolvimento da acção humana, e essa será a mais convincente das provas de que, si tudo é grande no Brasil, “menos o homem” este, entretanto, não é tão pequeno como se apregoa e como pareceu a Buckle.

(FREITAS, 1931)

O artigo do antigo presidente do Instituto nos permite perceber como as questões climáticas faziam parte da realidade desses intelectuais paulistas. Mesmo discordando das idéias do escritor europeu, Affonso A de Freitas não

consegue apresentar uma ruptura significativa, aceitando a importância da natureza como uma questão fundamental para o entendimento do país.

Um outro exemplo representativo da dificuldade encontrada por muitos desses escritores, que queriam contrapor-se às idéias climáticas, foi escrito no ano de 1906 por M. Pio Correa. Ao mesmo tempo em que o autor afirma que as questões relacionadas com o mundo cultural e econômico são fundamentais para se definir as origens da pobreza de um povo, ele usa um argumento, típico das teorias climáticas, de que as bruscas alterações de temperatura e o clima quente podem prejudicar a saúde do ser humano:

Não basta acusar de indolencia determinada fracção de um povo; é preciso verificar si o meio lh'a não acoroçôa, como se observa aqui, onde, por um lado, a facilidade de alimentar-se e, por outro, a degradante remuneração concedida ao trabalho, levam o homem a nada fazer mais do que o strictamente indispensavel para garantir-lhe a conservação da existencia

Poderíamos agora entrar em considerações de ordem ethnologica e climatologica; abstemo-nos, porém, de o fazer, para não alongar demasiado este estudo. Convem, todavia, frisar que, no verão, a temperatura média, tomados os ultimos oito annos, foi de 21 graus centigrados, não excedendo de 15 graus a oscillação diária, quando, em alguns logares da Europa, ella chega a ser de 45 graus. Assim,

pois, nem a zona tem as oscillações elevadas e brutaes que tanto prejudicam a saude publica, nem tampouco o calor excessivo, que enerva o individuo, inabilitando-o para o trabalho.

Verifica-se, portanto, que os factores da indolencia são os que primeiro mencionamos, e independem da climatologia.

(CORREA, 1906)

Podemos observar neste artigo que, mesmo para aqueles que não aceitavam incondicionalmente as idéias climáticas, estas ainda era suficientemente importantes para serem negadas totalmente. Contudo, uma parte dos sócios pensava, a despeito das idéias vindas do exterior, que o mundo natural encontrado na América, ou especialmente no estado de São Paulo, não seria capaz de dificultar, ou mesmo impossibilitar, o desenvolvimento de um povo, como afirmavam Montesquieu, Buffon e Gobineau.

Uma síntese para o entendimento do mundo natural

Os textos que apresentamos neste capítulo mostram formas de reapropriação encontradas pelos autores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para escapar das armadilhas deterministas vindas da Europa, que foram motivos de debates e discussões em todos os campos intelectuais nas primeiras décadas do século XX no Brasil.

Tanto os que aceitavam parcialmente as idéias deterministas, que julgavam a natureza e o clima encontrados na América como fatores que dificultaria o desenvolvimento, quanto aqueles que se contrapunham a esta visão, apresentando argumentos que entendiam as características físicas com melhores olhos, tinham como objetivo final apresentar um percurso claro de como o meio ambiente que envolveu o povo paulista não impossibilitou sua formação e sua evolução superior.

Para aqueles que apresentavam a natureza e o clima encontrados pelos precursores da “raça bandeirante” como hostis, as dificuldades teriam sido um fator de superação para se vencer os obstáculos colocados em seu caminho. A coragem, a obstinação e o espírito aventureiro, tão exaltados pelos sócios do Instituto como as principais características dos bandeirantes paulistas, teriam sido moldadas pela natureza e marcadas com o sangue dos desbravadores paulistas.

Já para aqueles que se referiam à natureza e ao clima da América positivamente, o bandeirante era superior moralmente, intelectual e fisicamente porque ele foi formado em um ambiente naturalmente harmonioso, belo e exuberante. O meio ambiente é visto pelos sócios do Instituto com um ar jovial, sendo desbravado e associado, no mais positivo dos sentidos, ao caráter do povo paulista.

Outro ponto importante que deve ser destacado é que esses sócios, que tendiam a qualificar de uma maneira negativa a natureza em que se forjou a

raça paulista, anteciparam de certo modo uma visão modernista sobre o meio físico brasileiro.

Antonio Cândido, em seu livro *Literatura e Sociedade*¹¹², afirma que uma das características principais do movimento modernista da década de 20 foi o de negar a visão romântica da natureza tropical idílica e se afirmar um caráter mais rude e selvagem das selvas e do clima brasileiro. Sobre isso, afirma Antonio Candido:

Na nossa cultura há uma ambigüidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural européia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambigüidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização. Assim, o índio era europeizado nas virtudes e costumes (processo tanto mais fácil quanto desde o século XVIII os nossos centros intelectuais não o conheciam mais claramente); a mestiçagem era ignorada; a paisagem, amaneirada. No período 1900-1920, vimos que o caboclo passou por um processo de idealização; no plano sociológico, Oliveira Viana elabora a partir de 1917 a sua

¹¹² CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000

ridículo teoria das elites rurais, arianas e fidalgas, como foco de energia nacional.

O Modernismo rompe com este estado de coisas. As nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades(...) Não se precisa mais dizer e escrever, como no tempo de Bilac ou do conde Afonso Celso, que tudo aqui é belo e risonho: acentuam-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais de empecilho à elaboração da cultura. Isso, na literatura, na pintura, na música, nas ciências do homem¹¹³.

É do caráter problemático e muitas vezes sinistro que se lançam as bases para a superação das dificuldades impostas pelo meio, possibilitando assim a formação de um tipo novo, revigorado e forte: o bandeirante. Assim, os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico prenunciavam algumas teses modernistas que se referem principalmente à consolidação de uma determinada imagem sobre o bandeirante, tendo ligações e interesses claros com os aspectos econômicos e sociais da elite dirigente paulista do período.

¹¹³ CANDIDO, Antonio. op. cit., p. 110

Além de renunciarem as questões modernistas, buscando nas próprias visões negativas uma reconstrução fortalecedora da nacionalidade brasileira, através do mito bandeirante, parte dos autores do Instituto também buscou nas questões raciais, principalmente nas relativas ao miscigenado paulista, uma revisão extremamente genuína das concepções raciais européias. Estabelecendo um diálogo com o pensamento europeu, os intelectuais do Instituto conseguiram refletir sobre diferentes formas de se entender as questões raciais, levando a discussão sobre o caráter racial brasileiro a novos caminhos.

Capítulo III - A questão racial na Agremiação

A busca de uma identidade cultural e racial própria empreendida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo através de suas revistas apresenta um caráter de continuidade, isto é, esses novos bandeirantes se achavam o prolongamento natural dos antigos habitantes paulistas. Este sentido de continuidade, e os próprios referenciais teóricos utilizados como base para as suas conclusões sobre a raça paulista, foram fundamentadas nas teorias raciais vigentes no período.

O que vamos buscar entender agora é como os intelectuais da Agremiação Paulista trabalhavam com as teorias raciais. Para tanto, será necessário reafirmar uma importante idéia: Eles estavam envolvidos em uma discussão que buscava entender a pertinência das chamadas teorias raciais para a compreensão da realidade brasileira. Tais debates apontavam para dois principais caminhos: ao mesmo tempo em que as teorias raciais fundamentavam a existência de uma “raça bandeirante”, elas também em muitos pontos depreciavam determinadas condições existentes no Brasil. É em meio a essa contradição que os autores do Instituto estão produzindo seus trabalhos.

Houve assim um processo de readaptação das idéias raciais presentes em parte do pensamento europeu. Todavia, podemos perceber que o pensamento dos intelectuais do Instituto estava tão arraigado às concepções raciais, que seus trabalhos não conseguiram apresentar uma ruptura completa.

Assim, tais teorias eram readaptadas à realidade local, mas seus fundamentos básicos continuaram a ser alvo de debates durante todo o período estudado (1894-1940).

Retomando o primeiro capítulo deste trabalho, podemos afirmar que a produção intelectual dos membros do Instituto entre os anos de 1894 e 1940 está inserida em um contexto de discussão e de aceitação parcial do pensamento racial europeu. Tal aceitação passava, obviamente, por uma readaptação dessas idéias pela intelectualidade brasileira.

Observamos a relevância de tais teóricos em muitos artigos das revistas do Instituto. Tanto os que aceitavam o pensamento racial europeu quanto aqueles que faziam críticas demonstravam conhecimento dos seus principais autores. Na revista número XXVI, publicada em 1928, o sócio Jorge Bertolaso Stella cita como referencia os teóricos raciais *Ernesto Haeckel* e *Luiz Agassiz*¹¹⁴. Já o discurso feito por Plínio de Barros Monteiro no volume XXXVI, publicado em 1939, há referencias aos trabalhos de *Renan*, outro pensador racial.

Aceitando ou não suas idéias, podemos perceber que os sócios do Instituto estavam inseridos nas discussões e conheciam os trabalhos dos principais teóricos raciais europeus.

¹¹⁴ Apesar de serem dois autores que possuem trabalhos com importâncias e referencias teóricas diferentes, ambos aceitavam a idéia da inferioridade da América e de seus habitantes, em relação ao Velho mundo.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a grande atenção dada pelos intelectuais do Instituto aos trabalhos de antropometria e craniometria¹¹⁵. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Ricardo Krone, publicado na revista de 1902. Neste artigo, o autor descreve com o vocabulário próprio da craniometria, as características físicas de índios paulistas, após estudar um conjunto de sambaquis:

Certos caracteres anatomicos não deixam duvida que este craneo pertenceu a um individuo do sexo masculino que, visto o adiantamento de consolidação da sutura sagital, deverá ter alcançado a idade de 45 annos aproximadamente.

Falta neste craneo o pavimento interior de ambas as orbitas, assim como o superior da orbita direita, estando quebrada parte do sphenoide e ethmoide com sua apophyse mediana. Acha-se tambem quebrada a arcada jygomatica direita.

(KRONE, 1902)

Também Alfredo Ellis Júnior, em artigo publicado na revista número XXIX, usa os estudos craniométricos para descrever os índios brasileiros:

¹¹⁵ Como já foi dito anteriormente, a craniometria e a antropometria buscava, através de medições feitas no crânio ou em outras regiões do corpo, as características físicas que pudessem apontar suas respectivas consequências psíquicas ou morais. Um dos mais conceituados craniometristas foi o médico francês Paul Broca, fundador da Sociedade Antropológica de Paris (1859). Sobre o assunto, ver: DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque*. Trad. Regina Grisse de Agostinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

Como sabemos, os índios brasileiros podem ser divididos, quanto aos seus typos anthropologicos, em brachycephalos, mesaticephalos e dolicocephalos, cada um dos quaes correspondendo a uma maior ou menor influencia das raças formadoras primitivas. Assim, o brachycephalo representa uma maior porcentagem de sangue mongolico, no cruzamento que se effectuou em idades remotissimas na America do Sul, pois que reproduz, intensamente, os caracteres physicos das raças derivadas dos tartarus, malayus e articus.

(ELLIS, Jr. 1932)

Percebemos que a problemática da raça era fundamental no Instituto Paulista, e suas concepções nela estavam embrenhadas. As obras dos teóricos raciais eram conhecidas entre eles, e suas idéias eram discutidas nos artigos das revistas. É importante salientar a maneira extremamente conflitante com que os letrados paulistas trabalham com tais questões. Não é correto afirmar, no caso dos artigos publicados nas revistas do Instituto, que houve uma única maneira de interpretar as idéias raciais. O importante é perceber como tais teses eram debatidas por eles, e de que maneira elas acabaram por fornecer subsídios que evidenciavam a existência da chamada raça paulista.

A representação do mameluco paulista

É certo que a intelectualidade do Instituto aceitava a existência da chamada raça paulista, que seria fruto da mistura entre o branco europeu e o índio brasileiro, os quais ao se fundirem teriam formado, com a influência do meio ambiente¹¹⁶, um tipo racial novo, o bandeirante. Obviamente, parte da elite representada nos quadros associativos do Instituto Paulista procurava vincular-se genealogicamente aos antigos bandeirantes, a quem se atribuíam características de coragem, força e liderança. Esta imagem, por sua vez, ajudou a consolidar um papel de liderança política dos paulistas durante a Primeira República.

Sabemos que as teorias raciais desenvolvidas no estrangeiro condenavam a miscigenação. Assim, muitos membros da Agremiação negavam o caráter maléfico da miscigenação, discordando parcialmente das afirmações raciais. Parcialmente porque observamos muitos artigos que aceitavam a idéia segundo a qual a miscigenação deveria ser evitada.

No volume XVII da revista publicada em 1912, Domingos Jaguaribe afirma a respeito dos Incas:

O povo não era mestiçado. A raça pura faz a grandeza de um

povo

¹¹⁶ Analisamos no capítulo 2 deste trabalho a maneira como se entendia o meio ambiente que influenciou na formação do tipo paulista.

(...) Com razão diz o sabio sociologo Gustavo Le Bon serem as raças mestiças ingovernáveis.

Da resultante da raça mestiça do branco com o indio e do branco com o negro, conforme provou Quatrefages, no seu livro “raças humanas” esta ultima é inferior á outra.

(JAGUARIBE, 1912)

Uma descrição negativa dos miscigenados também pode ser encontrada no artigo de Joaquim Floriano de Godoy, que descreve os miscigenados do início da história do Brasil como:

Os mamelucos constituíam uma raça pervertida, sem as noções do justo e do honesto, e apta para o desempenho dos mais abomináveis commettimentos, uma vez que recebessem a competente esportula; viviam discricionariamente pelos campos, sem obediencia ao governo e mantendo-se da rapina

(GODOY, 1913)

Apesar de exemplos como este existirem, a visão mais recorrente nos artigos é a valorização da miscigenação e a negação da superioridade das raças

puras. Em 1912, M de Oliveira Lima¹¹⁷ tece claramente uma crítica aos teóricos raciais que preconizam a existência de tipos raciais puros. Ao comparar as sociedades européias às da América, o autor apresenta uma visão do tipo culturalista, subtraindo das características físicas a responsabilidade pelas origens culturais e econômicas de cada povo:

Fala-se muito embora em “instincto” patriótico: é tão imaginario quanto a famosa “voz do sangue”, de que se inspiraram numerosos melodramas antes de resvalar nas ineptias da farça theatral. Um filho de allemão ou de francez nascido no Brazil, é tão brasileiro quanto um filho de portuguez, e como seria diversamente se seus proprios pais se deixam pela maior parte prender á terra de adopção por uma tão real affeição? O contraste torna-se mais frisante quando o typo phisico é mantido em virtude da lei de hereditariedade, envolvendo um novo espírito onde entram mesmo os aspectos menos importantes e até os defeitos que possue cada variedade humana.

Existirão aliás raças puras no planeta, ou não será a humanidade antes uma mistura de raças? Sabeis todos que os

¹¹⁷ LIMA, Manoel de Oliveira. Diplomata e historiador. Um importante colaborador das revistas do Instituto, sendo também um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Foi diplomata em vários países da Europa, Oriente Médio e América. Dentre sua vasta obra, destacamos: D. João VI no Brasil (1909) e O Reconhecimento do Império (1902). Sobre o historiador, ver: MALATIAN, Teresa Maria. *Oliveira Lima: historiador e diplomata (1867-1913)*. Tese de Livre Docência, Franca: Unesp, 1999.

francezes, que representam em summo grau a cultura latina teem mais sangue germanico nas veias do que sangue romano, e que as invasões bárbara de além rheno, sobretudo as dos francos, se sobrepuzaram á população gauleza, a ponto de restabelecerem em seu proveito a unidade perdida da Gallia, refeita por Clodoven e mais tarde por Carlos Magno (...)

Esta união bem combinada de esforços de origens diversas prova, pois, perfeitamente o que afirmei: que a solidariedade humana, apesar dos desmentidos crueis que lhe são infligidos, não é uma van palavra, uma formula para uso de agapes e de congressos internacionaes, e que as distinções e mesmo as diferenças entre as nações não são obra senão das circunstancias accidentaes, historicas, geographicas ou políticas.

(LIMA, 1912)

Podemos também indicar um dos principais defensores da miscigenação entre os sócios do Instituto. Trata-se do já mencionado Alfredo Ellis Júnior que, apesar de em muitos pontos defender idéias típicas dos mais ortodoxos pensadores raciais, como por exemplo aceitar a inferioridade do negro e do mulato, foi um defensor das características positivas da miscigenação¹¹⁸. Adepto

¹¹⁸ Um trabalho específico sobre o envolvimento de Alfredo Ellis Jr. com o pensamento racial brasileiro e a formação da raça bandeirante pode ser encontrado em: MONTEIRO, John Manuel.

do evolucionismo e de suas vertentes Darwinistas Sociais, Alfredo Ellis Júnior escreve em 1932 sobre as características positivas da miscigenação ocorrida em São Paulo:

Assim, pois, o cruzamento dos typos ibero e americano, effectuado nos século XVI e XVII, no planalto, muito longe de ter sido funesto, esteril, etc, como quis ver Lapouge em todos os cruzamentos de raças, indistinctamente, consegui se perpetuar com uma vitalidade assombrosa e uma fecundidade fóra de commun, não só nos primeiros cruzamentos de quaesquer dos typos ancestraes com o mameluco, de primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto sangue, ou nas conjugações entre si, desses mestiços, quer entre individuos de primeiro sangue como nos de segundo, terceiro, quarto, quinto, etc., entre si, de tal maneira a apresentar sempre um manifesto desmentindo ás palavras de Lapouge¹¹⁹ a propósito de infecundidade das raças mestiças, enquadrando-se na classificação de Broca, chamada eugenetica

(ELLIS, Jr. 1932)

Caçando com gato – raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. In: Novos estudos CEBRAP, volume 38, São Paulo: 1994

¹¹⁹ LAPOUGE, Jorge Vacher de. Antropólogo francês, nascido em 1854. Estudou também advocacia, medicina e letras orientais. Um dos maiores defensores da superioridade racial do ariano germânico e defensor radical da supremacia racial dos europeus no mundo. Entre uma vasta obra, destaca-se: *A antropologia e a ciência política* (1887) e *As leis fundamentais da antropológica* (1897)

Além de defender a miscigenação, que para ele tinha se dado em S. Paulo entre o índio e o branco português, sem a presença do negro, Alfredo Ellis Júnior também afirma que não só os mestiços são fecundos, como também que não existem raças puras no planeta. Segundo o autor: *Não há raças puras, e sim mestiças que reflectem mais ou menos nas suas porcentagens os caracteres dos typos dos quaes provem.* (ELLIS, Jr. 1932)

Afirmar que também na Europa todos eram miscigenados pressupõe, para o autor, que uma raça, fruto da miscigenação na América a partir de condições especiais (sem a presença étnica do negro), tinha tanto valor a européia. Assim, Alfredo Ellis Júnior propõe uma outra visão sobre o problema racial, não aceitando a suposta homogeneidade biológica das sociedades européias, mas continuando ainda vinculado às premissas raciais, ao usar como parte de suas argumentações um discurso fundamentado na importância da formação racial para o desenvolvimento de um povo.

Dessa forma, ao valorizarem a miscigenação, negando seu caráter nefasto apontado pelos teóricos raciais europeus, a maioria dos intelectuais do Instituto podia reafirmar a formação híbrida da raça paulista. Nesse sentido, abundam os exemplos.

Já no quinto volume da revista da agremiação paulista, Theodoro Sampaio escreve sobre a formação do tipo paulista:

Formara-se nella uma sub raça pela acção do cruzamento. Os mestiços, os mamelucos como se os tratavam ao modos dos índios, avultavam já; e esses mestiços, eram o que se podia chamar os homens de acção, os nervos dessa população nova que vinha depositando com os caracteres da independencia, da audacia e do amor pelas aventuras em terras distantes.

(SAMPAIO, 1899)

O artigo de Theodoro Sampaio pode ser um modelo para nossa análise. É uma constante a valorização do mestiço e a sua ligação com o sangue índio. O mesmo sentido pode ser encontrado no artigo escrito por Damasceno Vieira. Nele a questão da ligação entre brancos e índios, dando origem a raça paulista, fica mais evidente:

Filhos de portuguezes com mulheres indígenas, a mescla do sangue europeu com o sangue americano formou-lhes como que uma nova raças, cheia de força e arrebatada pela febre dos grandes empreendimentos. Sim! Foram os mamelucos paulistas, que, revolvendo os invios sertões, abriram e excavaram o sólo e deslumbraram o mundo, exhibido-lhe punhados de ouro, de esmeraldas e de diamantes, tornado uma realidade as phantasticas jóias brotadas pela maravilhosa lampada de Aladino! Foram elles que

alargaram o perimetro do território nacional! Foram elles que obstaram predominassem as conquistas hespanholas no enorme losango brasileiro!

(VIEIRA, 1904)

A questão da natureza racial do bandeirante nunca é vista em um sentido isolado, mas está sempre ligada aos fatos grandiosos que a formam. São os grandes atos dos bandeirantes que provam que os miscigenados paulistas chegaram a um estágio evolutivo satisfatório. Para a quase totalidade dos membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo os bandeirantes do passado e seus descendentes eram a prova viva de que as teorias raciais, pelo menos no que se refere à impossibilidade de desenvolvimento dos miscigenados, estava errada.

No artigo de João Wetter, publicado na revista XIX, com o título *A raça luso brasileira*, também podemos observar uma defesa clara da miscigenação:

Quantos aos seus cruzamentos com elementos de cultura superior, é opinião corrente entre grande numero de anthroposociologos que o produto será invariável e infallivelmente inferior, em qualidades psychicas pelo menos, ao progenitor de cultura mais elevada. Por outro lado, porém, convém termos sempre presente que nada de bem positivo ainda sabemos do complicado

mecanismo intimo não tanto da procreação como justamente do processo especial da transmissão virtual de funcções e qualidades, apesar das numerosas theorias já formuladas a respeito e que não passam, comumente, de engenhosas hypoteses tomadas, decorrido algum tempo, por factos de verdade inconcussa! Como pretendem explicar e provar que haja sempre e exclusivamente transmissão virtual de maior número de característicos da parte inferior apenas? Não poderão com egual fundamento affirmar outros que , por via de regra, transmite-se maior proporção das qualidade da parte superior dos procreadores? Porque constituiria este ultimo phenomeno a excepção justamente? Effectivamente, não são muito raros os exemplos de não ter a mescla de sangue impedido a eclosão e manifestação de capacidades de linhagem pura, accrescendo a desfavoravel circumstancia de que, muitas vezes, o meio exerce influencias tão desastrosas, deleterias e perniciosas que são neutralizadas, invertidas ou estragadas as melhores disposições e que até constituições pysicas excepcionalmente robustas, com grande esforço apenas conseguem affirmar-se e conservar-se illesas.

(WETTER,1914)

Podemos a partir deste artigo refletir sobre um ponto importante. O autor percebe que a miscigenação não deve ser vista como uma desgraça, mas ao

mesmo tempo ele admite a existência de raças superiores e inferiores e é exatamente isto que se deve indicar como uma constante entre os sócios do Instituto. Para eles, haviam diferenças físicas e intelectuais entre as raças, mas a mistura delas, em alguns casos específicos, poderia trazer o melhor de cada uma e criar um tipo físico novo e com condições de desenvolvimento.

Mais um exemplo ilustrativo pode ser encontrado no artigo de Manoel de Oliveira Lima, também na já citada revista de número XVII. Nele, o autor mostra uma tese apoiada pela maioria absoluta dos escritores agremiados: a não presença de negros como contribuintes para a formação da raça paulista:

Foram essas expedições arrojadas que, na sua inconsciência heroica, conquistaram o Brasil. Uma raça – tomamos o termo no seu sentido mais vulgar e menos científico – formara-se pouco a pouco no sul, pelo cruzamento dos primeiros colonos com os indígenas, pois os negros só vieram mais tarde e foram sobretudo expedidos para os engenhos de assucar do norte. É a essa população, especial e já nacional que é devida uma tal obra. Seu primeiro posto avançado foi São Paulo, a soberba cidade de agora, sobre o fresco e brumoso platô que corôa a serra de Cubatão.

Os Portugueses, misturando-se com os índios, produziram uma raça igualmente valente e fundamentalmente emprehedora, a quase é sobretudo devida a conquista do interior do Brasil(...)

(LIMA, 1912)

Mais uma vez podemos perceber que a questão da miscigenação, para a grande maioria dos autores, podia ser explicada de forma diferente das apresentadas pelas teorias raciais européias. Ela é alvo de debates e discussões, porém em todas as modalidades de discurso encontradas nas revistas dos Instituto, nenhuma consegue romper com uma das bases do pensamento racial europeu: a certeza da *inferioridade* do negro. Os intelectuais do Instituto, que aos poucos vão construindo nas revistas uma visão ideológica e simbólica sobre o bandeirante, não conseguiram se distanciar da concepção de que o negro era intelectual e fisicamente inferior. Assim, veremos como os intelectuais paulistas entendiam a formação da raça bandeirante e a figura do negro.

Os vários olhares sobre a miscigenação

A miscigenação para os autores do IHGSP seguia uma lógica determinada. Os argumentos a respeito da união de brancos e índios, que teriam formado a raça paulista não foram desenvolvidos de forma aleatória. Tanto portugueses como indígenas foram tipos construídos ideologicamente para poderem constituir-se como matrizes raciais do que se acreditava ser a raça bandeirante.

Primeiramente, eles trataram de dotar os portugueses colonizadores de características positivas, já que os brancos seriam o sangue “mais forte” na formação do bandeirante.

No volume III da revista, publicado em 1898, Theodoro Sampaio assim descreve os portugueses descobridores do Brasil:

Do fundo de sua alma céltica, cujos intimos impulsos os cruzamentos ethnicos de todo não apagaram o portuguez no extremo occidental da Europa, onde a terra acaba e o mar começa do alto das suas montanhas onde se fez invencivel com Viriato e onde se familiarisou com os largos horizontes do mar, com o rugido das vagas nos dias de tempestade, o olhar alongado para o Occidente, reconhece que nas lidas do Oceano esta a verdadeira orientação do seu instinto audacioso e, calmo que trabalhado por várias esperanças e por esse sentimento indefinível, que leva os povos como os indivíduos ao implemento dos seus destinos(...)

O amor do maravilhoso, a paixão do desconhecido, a intrepidez, a independencia em fundo religioso quase mystico; tais são as características dos heróes do oceano ignoto.

(SAMPAIO, 1898)

É o português, descrito por Theodoro Sampaio como corajoso, audaz e cumpridor de seu destino, que forneceria as bases para a formação da raça paulista. Lançando-se às descobertas ultramarinas, o Brasil parece ser o destino final de um povo que, segundo o geógrafo, nasceu preparado para desvendar o desconhecido.

Da mesma forma, Joaquim Floriano de Godoy descreve os portugueses que inicialmente se fixaram nas terras paulistas:

(...) A raça branca, representada por colonos e suas famílias vindos na armada de Martim Affonso, que foram os primeiros colonizadores de S. Vicente, Santos e Piratininga; colonização esta que muito avultou posteriormente, com especialidade no domínio hespanhol. A maxima parte destes colonos eram de origem limpa, pertencendo muitos á melhor nobreza de Portugal e Hespanha. Estes colonos formavam, para assim dizer, uma sociedade a parte, não se confundindo com os naturaes da terra e nem com os mamelucos.

(GODOY, 1913)

Neste artigo, Joaquim Floriano de Godoy trata da suposta existência de uma elite branca portuguesa que não participou de maneira indiscriminada do processo de miscigenação, mantendo-se isolada e conseguindo assim preservar o

sangue branco, admitindo somente pequenas misturas. Para o autor, estes foram os primeiros membros da verdadeira raça de bandeirantes paulistas.

Já Alfredo Ellis Júnior, no artigo intitulado *Os primeiros troncos paulista e o cruzamento euro-americano*, publicado na revista do Instituto em 1932, tenta fazer o que ele chama de *reconstituição da marcha biosociológica do homem do planalto piratiningano*.

O autor analisa o que chama de raça *Ibero-Insular*, que seria o tipo racial português, colocando-o em pé de igualdade com os demais tipos raciais europeus e ainda afirmando, como ascendentes diretos dos portugueses, os *celtas*, *phenicios* e *carthaginenses*.

Uma vez definida as características nobres da matriz branca portuguesa, acadêmicos paulistas buscaram, mais uma vez, descrever o segundo formador da raça bandeirante: o índio.

A maneira como eles descrevem os índios da região é menos unívoca do que o modo como caracterizam a raça portuguesa. De certa forma, a figura do branco não levantava sérias questões quanto à possibilidade de evolução biológica, cultural e econômica, apesar das teorias raciais européias fazerem certas ressalvas quanto à chamada raça *Ibero Insular*. Assim, muitos autores do Instituto buscavam valorizar os feitos portugueses, constituindo-se assim mais uma vez a readaptação dessas idéias. Já em relação aos indígenas, as discussões sobre suas qualidades raciais e evolutivas estendem-se em debates que podem ser encontrados desde o descobrimento da América. Por esse motivo, as questões relativas às

matrizes indígenas da raça paulista vão ser extremamente diversas, e os escritores do Instituto não tinham uma idéia homogênea sobre as características dos índios que teriam feito parte das primeiras famílias paulistas.

Os intelectuais da agremiação readaptam as teorias raciais e evolutivas do período, mas ainda aceitavam que os índios brasileiros estavam em uma etapa evolutiva diferente e inferior à do branco na época do descobrimento. Além disso, entendiam que os vários povos indígenas brasileiros apresentavam características raciais distintas, aceitando a existência de diferentes etapas evolutivas entre os seres humanos.

No artigo intitulado *Chronologia prehistorica*, publicado em 1909, Ermelino A. de Leão faz algumas afirmações a respeito das tribos indígenas brasileiras:

(...) a pluralidade do período chronologico prehistórico do homem brasileiro, encontra contra si:

a) a pluralidade das raças indigenas, que habitavam o Brasil

b) a differenciação das raças entre si quanto á escalada evolutiva, phenomeno que ainda hoje se observa neste estado

(LEÃO, 1909)

Cabe ressaltar a afirmação do autor que entende as supostas diferenças raciais existentes entre os povos indígenas brasileiros como negativas,

pois tal fato facilitou a mistura de raças que não era bem vista em todas as situações. De qualquer forma, essa diversidade racial citada é aceita por todos os sócios como certa.

Posta a questão da diversidade e das diferenças raciais, e afirmando de certa forma a inferioridade dos índios brasileiros em relação aos povos europeus, os escritores do Instituto buscaram em um grupo específico de índios, os chamados Guayanases¹²⁰, as matrizes que, junto com os portugueses teriam formado a raça paulista. Tais índios seriam uma tribo que habitavam a região em que se estabeleceram os primeiros moradores das terras paulistas. Entretanto, a existência desta tribo foi posta em dúvida em diversos momentos, em vários artigos do Instituto.

Desse modo, houve na Agremiação, durante os anos de 1894 e 1940, um debate acirrado sobre qual grupo indígena habitava as terras paulistas no início da colonização. A questão girava em torno do seguinte dilema: alguns autores, como Capistrano de Abreu, afirmavam que os primeiros habitantes das terras paulistas foram índios tapuias. Todavia, os tapuias eram considerados índios pouco evoluídos cultural e intelectualmente, o que representava um ponto negativo na formação da raça bandeirante.

Por outro lado, sócios como Alfredo Ellis Júnior defendiam a idéia de que os primeiros habitantes das terras paulistas foram os Guayanases,

¹²⁰ A grafia *guayanazes* também é encontrada nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, durante o período estudado, das seguintes maneiras: *guayanis*, *guayanãs*, *guayanás* ou *guayanazes*

descendentes dos *Tupis*. Sem descendentes diretos vivos no século XIX, eram tidos como pacíficos e bondosos, e se enquadravam mais nos interesses dos defensores da raça paulista.

Esse debate foi estudado por John Manuel Monteiro, em seu artigo *Tupis, Tapuias e a história de São Paulo*¹²¹. De todo modo, a questão, apesar de ser discutida atentamente nas revistas do Instituto, teve como desenlace final uma vantagem para os que defendiam a origem Guayana dos primeiros indígenas de São Paulo. Ao excluir outros grupos indígenas como formadores da raça paulista, como os Kaingangs¹²², os autores reafirmavam suas preocupações raciais e evolutivas.

Os Guayanases eram descritos como índios pacíficos e que aceitaram com total submissão as investidas dos colonizadores em São Paulo. Theodoro Sampaio e Orville A Derby, em artigo escrito conjuntamente, assim os descrevem:

Os Guayanãs da Capitania de São Vicente tinham por habitat os campos de cima da Serra, os mesmos campos de Piratininga que o chronista Vasconcelos chamou paraíso da gentilidade.

(SAMPAIO; DERBY, 1896)

¹²¹ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e a história de São Paulo*. In: Revista Novos Estudos-Cebrap, n° 34, São Paulo: 1992

¹²² A grafia *Kaingang* também é encontrada nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo na seguinte forma: *Caingang* ou *Caigangs*

Já Gentil de Assis Moura prefere destacar a atitude hospitaleira dos referidos índios:

João Ramalho e Antonio Rodrigues casando com as suas princesas e predominando sobre Tibyriça e Piqueroby e o bacharel de Cananea dispendo com grande ascendencia dos indios em cujo meio vivia, são factos inconcussos e demonstrativos da mais franca hospitalidade.

(MOURA, 1909)

Outro estudioso do assunto, Adolpho Augusto Pinto, também destaca a docilidade do povo Guayana, descrevendo Tibiriçá, um dos líderes desses índios da seguinte forma: *Entre todos o que deu mostra de maior valor e lealdade foi o índio chamado em seu gentilismo de Tibiriçá, principal de Piratininga.* (PINTO, 1925)

Uma descrição bastante ilustrativa dos índios Guaianases é encontrada no texto de Affonso A. de Freitas¹²³, publicado no ano de 1914. O

¹²³ FREITAS, Affonso A. de. Um dos mais ativos participantes do IHGSP, publicando até sua morte (em 1930) mais de 40 artigos. Sócio do Instituto a partir de 1909, tornou-se sócio benemérito em 1918 e foi eleito presidente do mesmo em 1921. Participante do movimento abolicionista, colaborou como jornalista em vários periódicos, como no *Diário Paulistano*. Além de vasta produção em revistas, publicou alguns livros, como *Geographia de S. Paulo* e *Diccionario Histórico, Topográfico, Ethnographico Ilustrado do Município da Capital*.

autor reafirma serem tais índios as matrizes da raça paulista e descreve este povo com vários adjetivos elogiosos:

Os Guayanás habitavam de preferencia o valle dos Pinheiros, do Geribatyba dos indigenas, situando suas maiores aldeias ao longo desse rio, mas estendiam-se também pelo interior tendo em muito contribuido, conjunctamente com os Carijós e com os Guayanis do Paraguay, para a formação do imperio do Guayra.

Mansos e amoraveis os Guayanis de Piratininga, fieis á observancia tradicional dos habitos dos seus maiores, não haviam contrahido nenhuma das barbaras usanças dos autochtones das quais, inquestionavelmente, tinha conhecimento atravez do retrocesso em civilização dos Tamoyos, seus vizinhos.

(FREITAS, 1914)

Além os descreverem como pacíficos, hospitaleiros e favoráveis à civilização, alguns artigos também apontam outra característica importante para a consolidação de uma idéia favorável em relação à mistura entre portugueses e Guayanases: a suposta pureza racial destes índios. Já vimos que a miscigenação é vista pelos autores do Instituto de maneira contraditória. Ora a aceitam e ora a negam. No caso dos índios brasileiros, o grande número de “raças” existentes no Brasil é visto como um problema. A partir disso, alguns sócios afirmam que os

Guayanases eram aptos racialmente para constituírem a raça paulista, e isto se confirma principalmente devido a sua suposta pureza racial.

No artigo *Os guayanazes de Piratininga*, publicado em 1908, Affonso A de Freitas analisa os despojos de Tibiriçá: um líder indígena do início da colonização de São Paulo e considerado um representante legítimo da matriz racial paulista:

Segundo a medição feita por mim dos ossos do chefe Tibiriçá, de accôrdo com a tabella de Orfilla, o patriarcha de S. Paulo tinha a altura de cerca de 1 metro e 65: tratando-se do mais nobre individuo de uma raça pura ou, se quizerem, mixta de duas outras originarias de um tronco commum, de caracteres physicos perfeitamente identicos, esta seria, pouco mais ou menos, a estatura geral dos primeiros povoadores indigenas da cidade de São Paulo de Piratininga

(FREITAS, 1908)

Em outro artigo, publicado em 1914, o mesmo Affonso A de Freitas reafirma suas convicções:

Não eram botocudos e, guayanis puros, seu physico apresentava a mesma compleição do destes povos orçando sua estatura pela estatura média delles, como tivemos ensejo de verificar

medindo os ossos do velho chefe tibiriçá, os quaes, pela tabella de Orfilla, confere ao patriarcha de S.Paulo a altura de 1 metro e 65.

(FREITAS, 1914)

A crença do Guayana como base da árvore genealógica do bandeirante consolidou uma idéia a respeito da constituição da raça paulista. Assim, a união do português (apresentado como o branco arrojado e destemido, respaldado pela superioridade conferida a ele pelo pensamento racial), com o indígena (visto como manso, servil, hospitaleiro e puro racialmente), fundamentou a base étnica para a construção do homem bandeirante. Esse novo homem, que havia deixado seus descendentes no interior da elite paulista na virada do século XIX, justificava racialmente, culturalmente e politicamente o papel de hegemonia do estado de São Paulo na federação.

Essa idéia, presente na maioria dos artigos do IHGSP, apresenta-se claramente no trabalho genealógico publicado em 1927, por José de Paula Leite de Barros:

Quando Martim Affonso de Souza, em sua arribada de volta da digressão aos mares procelosos dos pampas, ao entrar na bahia a que dera o nome de São Vicente, a Engá-guassú dos aborígenes, no anno de 1532, com o propósito firme e deliberado de nessas plagas dar começo a uma povoação que servisse de nucleo a futura colonia,

já encontrara ahi morando a bastantes annos João Ramalho e Antonio Rodrigues, naufragos ou degredados, ou cousa que o valha, casados , o primeiro com Bartira, filha de Tibiriçá, maior al ou cacique de Piratininga, e o segundo com filha de Piqueroby maior al tambem mas de Tumiarú, fronteiro a S. Vicente e ambos com grande numero de filhos. Dentre os componentes da primeira turma de collonos trazidos pelo Capitão Mór Martim Affonso vieram, alem de outros, João do Prado e sua esposa Filippa Vicente acompanhados também de filhos. Estes ligaram-se pelos laços de matrimonio aos meios sangues filhos e filhas de Isabel Dias casada com João Ramalho, e de Antonia Rodrigues mulher de Antonio Rodrigues, deixando grande e robusta prole, conhecida em nossa historia pelo cognome de mamelucos, gente forte, audaz, sem temor, que pelo entrelaçamento com os novamente chegados de Portugal foram os ancestraes dos valentes, invictos bandeirantes, os verdadeiros descobridores desta terra, que fizeram o maior Brasil, e que, sem noção do perigo, em luta com o índio bravio, e com o desconhecido que é o maior dos perigos, arrostando as intempéries,prehenderam sobrehumanas emprezas que parecem insuperáveis aos mais energicos povos de nossos dias, empurrando para alem os inimigos hespanhoes, e plantando na raiz dos Andes e nas margens do rio da Prata as lindes de nossa pátria, annullando irrevogavelmente as clausulas do tratado de Tordesilhas.

Desse tronco pujante de seiva, vigoroso, enrijado pela acção que se chama – Bandeirantismo – ramificam-se as antigas famílias paulistanas.

Desses indomáveis guerreiros e sertanistas de escol, descendem os não menos indomitos filhos Cubas, Pretos, Tenorios, Cunha Gagos, Jorges Velhos, Raposo Tavares, Zunegas, Ponces de Leon, Vaz de Barros, Araujo Ferraz, Pires de Campos, Arrudas Botelho, Falcão, os Lemes, Camargos, Borbas, Cabeças de Vacca, Martins Bonilha, Amador Bueno o aclamado, Bartholomeu Bueno da Silva – o Anhanguera e um sem numero de outras iguaes, que seria fastidioso innumerar; uns, caçadores de indios, outros, faiscadores do ouro e descobridores de minas, e todos dilatadores desse immenso territorio que é hoje o Brasil.

(BARROS, 1927)

Do ponto de vista racial, os intelectuais do Instituto ao mesmo tempo em que negavam determinados conceitos raciais e evolucionistas do período, buscavam não fugir totalmente deles, procurando menos polêmica em uma concepção de povo fundamentada na união de brancos e índios. Isto evitava a dúvida e o perigo que seria apresentar uma formação racial que levasse em consideração uma possível contribuição negra, e nos demonstra como o paradigma racial estava arraigado no pensamento da elite letrada de São Paulo. O relativo

isolamento conferido às famílias tradicionais paulistas era apresentado como uma verdadeira realidade eugênica, afirmando-se que essa raça recém formada manteve sua superioridade justamente por ter se livrado da miscigenação descontrolada.

Ao escolherem alguns grupos étnicos (brancos portugueses e índios guaianases) como as matrizes de uma raça, tais intelectuais deixaram para trás os excluídos do processo, isto é, aqueles grupos sociais que não se encaixavam ou simplesmente não eram admitidos pelo pensamento racial do período. É para esses excluídos que voltaremos nosso olhar a partir de agora.

Capítulo IV – As diferenças proclamadas

No processo de construção intelectual da raça bandeirante, os membros do Instituto Paulista tiveram de buscar um ponto de equilíbrio entre as teorias raciais aceitas por grande parte dos intelectuais brasileiros no início do século XX e as realidades étnicas encontradas no Brasil.

Ao desenvolverem idéias que afirmavam a formação em São Paulo de uma raça com características físicas e culturais únicas em relação ao resto do Brasil, eles buscaram a valorização de determinadas características que não apresentavam rompimentos absolutos com as teorias raciais européias. Dessa forma, ao analisarmos os artigos das revistas que discutiam a formação da raça paulista, podemos perceber que as abordagens presentes, em relação a determinados grupos étnicos - como os negros, os mestiços, determinados grupos indígenas ou mesmo os asiáticos - estavam totalmente impregnadas de posturas excludentes, presentes nas tensões intelectuais geradas pelo pensamento racial europeu nos primeiros anos do século XX.

Os intelectuais paulistas do Instituto pensavam que a chamada raça bandeirante fora formada pela união dos pioneiros portugueses com os índios preponderantemente Guayanases. Para isto devemos retomar o debate ocorrido sobre a origem indígena da raça paulista. Alguns escritores defendiam que os índios Kaingangs, de origem tapuia, teriam sido os verdadeiros habitantes da região e principais contribuintes para a formação da raça paulista. Dentre aqueles

que defendiam esta idéia, podemos destacar Paulo Ehrenreich, Ihering Von Hermann e Capistrano de Abreu. Entretanto, tais índios não eram vistos positivamente para serem tomados como matrizes raciais. Além de serem reconhecidos como antropófagos, incivilizáveis e arredios ao encontro com o branco, os Kaingangs haviam sobrevivido até o século XX, resistindo aos novos colonizadores no processo de desbravamento do noroeste paulista, defendendo suas terras¹²⁴. Assim, representavam um problema imediato para o governo paulista, e essa tensão política e econômica apresenta-se também através da não inserção deles como parte constitutiva da história racial paulista.

O artigo de J. C Gomes Ribeiro, em 1908, os apresenta com as seguintes características:

Sua ferocidade quasi indomavel, patente até no olhar e reconhecida pelos próprios missionarios, como frei Luiz de Cimitille e padre Chagas, por si mesma, está indicando que elles se distinguem radicalmente dos antigos indigenas de Piratininga, tão dóceis para os jesuitas e tão amigos dos Europeus.

(...) Como afirmar-se, pois, que estes barbaros, refractarios a todos os meios de pacificação ou alliança, sejam os descendentes dos indigenas, que acolheram João Ramalho, Antonio Rodrigues e

¹²⁴ A questão dos Kaingangs nas revistas do Instituto e suas motivações políticas podem ser encontradas In: MONTEIRO, John Manuel., op. cit.

Martim Affonso, com demonstrações de agrado, e procedam de Tibyriçá, Cayuby e Piqueroby, que tanto se prestaram á grande obra catechista dos jesuitas e ás explorações remotas dos Bandeirantes?

(...) Os costumes dos Caingangs, ferozes e refractarios a todo contacto com os civilizados, estão indicando a sua origem tapuia.

(RIBEIRO, 1908)

No mesmo texto, o autor contradiz o historiador Capistrano de Abreu, para quem os primitivos habitantes das terras paulistas eram os Kaingangs. Referindo-se ao conhecido historiador como mestre, J. C. Gomes Ribeiro termina propondo o que vai manter-se como tendência principal do pensamento dos sócios do Instituto:

Em suma, pensamos continuar de pé a tradição paulista sobre a precedencia dos Goyanãs e sua origem Tupi, e sobre a primazia de Tibiriçá, como chefe supremo da confederação Goynã attento o seu proprio significado – maioral da terra

(RIBEIRO, 1908)

Podemos também entender melhor a imagem que a maioria dos acadêmicos paulistas tinha sobre os Kaingangs a partir do artigo de Marcelo Piza, publicado na revista XXXV:

Não respeitavam hora para coisa alguma. Dormiam tanto de dia como à noite (cutê) caçavam e pescavam mais ou menos nas horas próprias, não tendo, para fixar o horário das refeições, senão o imperativo do estômago.

(...) Comiam com as mãos, arrancando os pedaços, que se desprediam facilmente das carcassas.

(..) A caça grande era moqueada em fornos, isto é , dentro de grandes buracos em que haviam feito fogo. Aquecido o forno, dentro deitavam o animal, sem qualquer trabalho preliminar de limpeza, cobrindo-o, depois, com folhas, ramos e terra. Terminada a operação, desenterrava-se o petisco e procedia-se ao arrancamento dos pedaços. Enlambuzavam-se todos como se enlanbuzavam ao comer o mel de pau, o que faziam cuspidando continuamente as abelhas, que não se davam ao trabalho de catar, e a cera, depois de mascada.

(...) A dança dos Caingangs era primitiva, de fundo religioso, ritual. Sapateando, bamboleando, numa fila, formavam uma roda ondulante. monossílabando, com exclamações guturais, dansavam, arfavam, cambaleavam até quasi cair, continuamente instigados pelo mulhierio. Bebião da zurrapa preparada especialmente para a festa, e ,eram de tempos em tempos, refrescados por cuiadas d'água, que as mulheres lhes deitavam nas cabeças. Ao som do batuque,

compassadamente batido em paus secos, a dansa reproduzia a dos pretos e a de todos os selvagens das ilhas dos mares do Sul

(PIZA, 1938)

Os dois artigos apresentados nos dão uma idéia de como os Kaingangs eram vistos pelos sócios do IHGSP. A exclusão deles deve-se, além dos aspectos econômicos, políticos e sociais já apontados, muito em razão ao pensamento vigente, que tendia a observar os grupos étnicos, ou o que se pensava serem raças distintas, como formações estanques, incapazes de transformações culturais em virtude de suas origens físicas ou biológicas. Assim, tais índios eram tidos como ferozes, incivilizáveis e incapazes de unirem-se aos brancos tanto por questões raciais e culturais, quanto por uma visão determinista que conferia a determinados grupos sociais o desenvolvimento e a outros a sua simples subordinação. Eram, portanto, incompatíveis com o modelo civilizador que estava sendo construído juntamente com a figura do bandeirante.

Assim como os Kaingangs foram excluídos da história do povo e da raça paulista, os acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo também tiveram de lidar com um outro grupo: o negro.

A presença dos africanos na história de São Paulo é bastante desafiadora, e podemos encontrar algumas respostas sobre este problema no livro

de Suely Robles Reis de Queiroz, *Escravidão Negra em São Paulo – um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*.¹²⁵

A autora afirma que, até o século XVII, a participação do negro na sociedade paulista foi muito reduzida, principalmente pela inexistência de uma lavoura comercial de exportação, o que necessariamente exigia uma maior concentração de mão de obra. Todavia, essa realidade se modifica a partir do século XVIII com o início da mineração, e de maneira mais contundente no século XIX, com o desenvolvimento da cafeicultura no Estado de São Paulo. A partir daí, a procura por negros escravos cresceu vertiginosamente, chegando a causar um movimento demográfico no Brasil, com a transferência destes do Nordeste para o Sudeste. Sobre isso, escreve a autora:

*Até o terceiro quartel do século XIX a população escrava continuaria a aumentar em São Paulo, o que significava dizer que se processava ainda a importação. Cessado o tráfico externo, continuava o interno, despojando-se as velhas zonas escravistas do Nordeste, e do Norte, da sua mão de obra, em benefício do Sul que se agigantava na economia do Império*¹²⁶.

¹²⁵ QUEIROZ, Suely Robles de. *Escravidão Negra em São Paulo – um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.

¹²⁶ QUEIROZ, Suely Robles de. op. cit., p. 25

Também a respeito da mão de obra escrava, Emilia Viotti da Costa, em seu livro *Da Senzala à Colônia*¹²⁷, analisa a crescimento e o desenvolvimento cafeeiro com a chegada de mão de obra negra. Mais especificamente sobre a população escrava, lê-se:

*Foi o café o grande responsável pelo aumento no número de escravos e pela modificação das estatísticas. São Paulo passará com o Rio e Minas a deter, em 1887, 50% da população escrava do país(...)*¹²⁸

Fica claro, a partir do estudo dos trabalhos sobre a escravidão, a extrema importância do negro para o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo. Nesse sentido, mesmo que os agremiados busquem a formação da raça bandeirante no momento em que a presença negra era inexpressiva (entre os séculos XVI e XVII), a participação desta na vida econômica e social paulista, no século XIX, já seria suficiente para permitir uma troca de valores culturais entre as diversas etnias.

Portanto, se a presença étnica e cultural do negro em São Paulo não foi tão grande como no Nordeste brasileiro, está longe de ser nula, e a maneira com que os autores do Instituto entendem a participação do negro na formação da

¹²⁷ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

¹²⁸ Ibid., p. 26

raça bandeirante não pode ser justificada pela inexistência deste na sociedade paulista.

O negro inexistente

As idéias no Instituto sobre o negro são bastante complexas e nos revelam muito a respeito da permanência das questões raciais entre os intelectuais paulistas da época.

Em primeiro lugar, é necessário nos lembrarmos de que o negro é visto, dentro do pensamento dos teóricos raciais, sempre negativamente. Tanto os darwinistas sociais quanto os deterministas tendiam a observar que, dentro de uma escala evolutiva, os negros estariam no grau mais inferior. Tal visão era corrente no Brasil, dando origem a debate acirrado entre os intelectuais, já que o negro é uma figura fundamental na formação étnica brasileira.

Thomas Skidmore afirma que no Brasil, nos primeiros anos do século XX, muitos foram os intelectuais que acreditavam no desaparecimento da raça negra, numa espécie de branqueamento possibilitada pela assimilação da raça branca, mais forte, sobre a raça negra. Essa idéia, entretanto, começa a perder força principalmente a partir da 1ª guerra mundial.¹²⁹ Contudo, encontramos tais

¹²⁹ Muitos países participantes da Primeira Guerra perceberam a participação do negro como uma forma de negação das teorias raciais, devido principalmente à formação de regimes políticos liberais na Europa. In SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989., p. 167 passim

idéias sobre o negro presentes em alguns artigos da revista até a década de 30, o que nos mostra a permanência dos paradigmas raciais no Instituto.

Assim, os autores não apresentam nenhuma afirmação, dentro do período estudado, que possa ser considerada uma negação radical dos ideais raciais até o ano de 1940, exclusivamente em relação ao negro.

Ao buscarem no índio e no português as matrizes formadoras da raça paulista, os negros foram inteiramente esquecidos no Instituto. Observamos também que poucos são os artigos que têm como tema o africano ou o afro-americano, e nestes poucos a imagem construída é a de que, economicamente, os negros foram trabalhadores que contribuíram para a grandeza de São Paulo, sempre com a liderança e o controle da elite paulista.

Culturalmente, as comunidades negras estariam marcadas pela religiosidade excessiva e por manifestações culturais quase infantis. Socialmente, não teriam oferecido contribuições expressivas ou importantes, excetuando-se alguns personagens, como o de Luiz Gama¹³⁰.

Racialmente, os africanos eram tidos como os menos evoluídos dentre as três raças formadoras do Brasil (brancos, índios e negros)

Também tanto para os acadêmicos quanto para grande parte da elite ilustrada do período, a escravidão fora um dos maiores males do país, pois entre

¹³⁰ GAMA, Luís Gonzaga Pinto da. Escritor brasileiro (1830-1882), filho de fidalgo português com escrava liberta. O pai o vendeu como escravo, fugindo da casa do seu senhor em 1848. Formou-se em Direito, conseguiu a libertação de mais de 500 escravos, consolidando-se como um dos mais atuantes abolicionistas de seu tempo. Escreveu *Primeiras trovas burlescas de Getulino* (1861) e *O Moralista*, publicado no Almanache Literário de São Paulo.

outros fatores foi através dela que o negro havia chegado; mesclando-se com o índio e o branco e colaborando para a mistura racial brasileira.

Tais afirmações são encontradas em alguns poucos artigos que se dedicaram a analisar o assunto, ou em textos que citam indiretamente a presença do negro, tanto em São Paulo como no Brasil.

Podemos citar um exemplo interessante, escrito por C. Wash Morton e publicado em 1925, que descreve uma viagem pelo interior paulista, ainda na época da escravidão. Trata-se de uma narrativa que descreve, de modo pormenorizado, aspectos do cotidiano dos escravos. Em um trecho, o autor relata da seguinte maneira as relações entre os negros e o fazendeiro:

Em outra ocasião, quando o Sr. Vergueiro se encontrava em grandes apuros, devido às más finanças, elle reuniu seus negros no páteo e lhes disse: “Tenho atravessado as maiores difficuldades, mas homem algum ainda apontou para o “senhor” de vocês , para dizer; “Elle está devendo”. Mas, agora, eu estou a dever. Se vocês não quiserem ser vendidos, devem então trabalhar, como nunca o fizeram até hoje. Vocês hão de trabalhar nos dias santos e aos domingos, dia e noite.

... Todos responderam: “Vamos trabalhar, e “sinhô” vai pagar tudo o que deve. No domingo imediato, elle escutou que os negros cantavam por detrás da casa.

“Minha mulher”, disse elle, “que vem a ser isso?”

“São os negros que vão para o eito”, respondeu a Sra. Vergueiro. – “Isto me impressiona muito”, retarquiou Vergueiro. “Mas eu vou deixá-los em paz, para ver como procedem”. A negrada ficou trabalhando na lavoura, até as 2 horas. “Eu não podia permanecer assim por mais tempo, e dei o signal para que elles voltassem para casa”, disse o fazendeiro bondoso. De volta para a casa, os escravos passaram pelo jardim, tendo corôas de flores que encontraram e se dirigiam para o pateo, tendo corôas na cabeça e cantando: “Nós haveremos de trabalhar e sinhô há de poder pagar” “Dizei-me si existe algum povo capaz de tamanho devotamento?” perguntou-me com a voz tremula de emoção, o Sr. Vergueiro.

(MORTON, 1925)

Os negros são, assim, mostrados como trabalhadores pacíficos e liderados por bons fazendeiros. O mesmo negro trabalhador é apresentado por Theodoro Sampaio, em 1898:

(o negro) uma peça de maior valia; possuia todas as qualidades que faltavam ao índio e como estrangeiro que era na América, tornava-se o aliado natural do branco nas emergencias diffíceis como tantas não faltaram.

(SAMPAIO, 1898)

Já Affonso de Carvalho, no artigo *Abolicionismo e Democracia nas Arcadas*, escreve sobre o ideal abolicionista entre os republicanos paulistas, não fazendo nenhuma afirmação mais detalhada sobre os negros, limitando-se a descrever a escravidão como o *mal brasileiro*.

O único negro que mereceu atenção especial nas revistas foi o já citado Luiz Gama.

Em um texto publicado originalmente em junho de 1930 e reproduzido posteriormente na revista do Instituto, observamos uma rápida biografia de Luiz Gama, seguida de uma série de elogios a sua pessoa. Um outro artigo exalta a figura deste como republicano e abolicionista. Nota-se que nenhum dos dois textos foi escrito por membros do Instituto, mas sim transcritos de artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*. Em ambos os casos, o líder negro é visto como um indivíduo que assimilou a cultura branca paulista, e não como um representante de sua etnia.

O trabalhador negro também é tratado indiretamente por Haroldo Renato Ascoli, em artigo publicado em 1937. Nele o autor discute os males causados pela escravidão:

A escravidão era o maior dos males que nos legára o regime da Colonia. Quando o percebemos tão fundo havia penetrado em

nosso organismo social, que a sua eliminação constituiu o mais temeroso dos problemas que tivemos de arcar.

(ASCOLI, 1937)

Observa-se que Haroldo Renato Ascoli preocupa-se principalmente com o regime escravocrata e sua influência na vida nacional. A inexistência de análises mais detalhadas sobre o negro nos revela justamente a dificuldade dos sócios do Instituto em estabelecer afirmações sobre este grupo racial.

Um outro artigo que incorre mais diretamente ao problema é de autoria de Joaquim Silveira dos Santos. Em seu texto apresenta uma série de afirmações únicas, aceitando, por exemplo, a participação da raça negra como um fator positivo para o povo brasileiro.

O autor destaca os males trazidos pela escravidão ao Brasil, e enaltece importantes figuras do movimento abolicionista em nosso país. Em suas considerações sobre o cativo, o autor define da seguinte maneira os escravos negros brasileiros: *Humildes, submissos, sofredores, aceitavam sem relutar a condição que lhe criavam aqui.* (SANTOS, 1939).

Ao apresentar os negros escravos como submissos, o autor acaba por dar uma explicação racial para este fato, típica dos paradigmas explicativos do período:

A raça branca distingue-se pela superioridade intelectual, a amarela pela áptidão para os trabalhos práticos, e a raça negra pelo predomínio do sentimento. Assim, os pretos, na sua mística veneração, achavam que seu dever era submeter-se aos senhores, pois acreditavam que nasceram para servir. A isso se juntava a ação silenciosa mas continua dessa criatura admirável que os homens de minha geração chegamos a conhecer: a mãe-preta. Era ela que, amamentando, criando, vigiando os filhos dos seus senhores, afeiçoava-se tanto a estes e a seus pais que intervinha constantemente junto de seus companheiros de infortunio para contê-los nos seus ímpetos de revolta, e desarmava muitas vezes, o braço prestes a ferir.

E é deste contacto constante e generalizado que a raça negra conseguiu modificar a índole dos brasileiros, dando-lhes essa delicadeza de sentimentos, essa afabilidade, essa tendencia lírica, que os distigue dos portugueses e de outros povos latinos.

(SANTOS, 1939)

Apesar de considerar os negros inferiores intelectualmente aos brancos e aos asiáticos, o autor aceita a contribuição sentimental dada por eles à índole dos brasileiros. Nota-se, entretanto, que o articulista não fala especificamente de uma possível contribuição aos paulistas. De qualquer forma, este é o único artigo no período analisado que afirma, de maneira categórica, que os negros tenham contribuído de forma direta e positiva para a formação do povo brasileiro. Entretanto, esta proposição não impede que o autor faça, no mesmo texto, uma afirmação de cunho racial, aceitando a já referida crença no branqueamento e no desaparecimento do negro no Brasil:

Ao passo que aqui a população preta, a principio numericamente dominante, vai sendo pouco a pouco absorvida, de maneira que num futuro mais ou menos distante desaparecerá por completo, formando uma raça única.

(SANTOS, 1939)

No volume XXVIII da revista, publicada no ano de 1930, temos também um exemplo de aceitação dos pressupostos raciais que afirmavam que a raça negra, por ser inferior, chegaria a desaparecer a partir do cruzamento com os brancos:

Mister se faz separar o negro antes e depois da abolição. A escravidão conservava o typo, o cruzamento era reduzido. A lei da liberdade facultou-lhe os movimentos. O cruzamento realizado, o typo naturalmente desaparecerá por completo. Questão de algumas gerações, o preto tende a clarear no Brasil.

(GUISARD FILHO, 1930)

A mesma idéia de branqueamento é depreendida em um parágrafo do mesmo artigo: *O negro espalhou-se, mesclou-se, amulatou-se, branqueou-se com os tempos.*(GUISARD FILHO, 1930)

Também uma posição semelhante é defendida por Alfredo Ellis Júnior, no já citado artigo *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano*. Neste texto, o autor estuda os dilemas raciais à luz das teorias raciais européias. Apesar de valorizar a miscigenação que supostamente dera origem a chamada raça paulista, o autor vê com maus olhos a raça negra. Definindo-a como fisicamente inferior, ele descreve um futuro trágico para negros e seus descendentes miscigenados:

Com o decorrer dos tempos e sem novas perturbações de imigrações exóticas, os typos vão diminuindo em numero. Só os mais aptos ficarão. Assim, o negro e o mulato vão desaparecendo do planalto paulista. Mais 50 annos e não os teremos, como não temos já

o índio. Outras regiões, dotadas de outros ambientes físicos e de outro meio social, poderão poupar-os, como o Nordeste poupou o índio, que é indissimulavelmente o typo dominantes dessa região, sem embargo delle ahi apparecer civilisado e falando o portuguez. Os ambientes norte americanos pouparam o negro, que S. Paulo elimina com rapidez.

(ELLIS Jr., 1930)

As afirmações de Alfredo Ellis Júnior são idéias presentes entre os intelectuais do Instituto, e ainda que muitos pudessem não concordar com elas, tais perspectivas estavam tão arraigadas à mentalidade da época que absolutamente não foram declaradas abertamente nas revistas do Instituto. De qualquer forma, os pensamentos negativos em relação ao negro são perceptíveis nos artigos, principalmente pela inexistência de matérias que discutam as contribuições raciais, culturais ou econômicas dos negros em São Paulo. Em nenhum momento, com exceção do artigo de Joaquim Silvério Santos, o negro foi considerado contribuinte direto ou indireto da cultura ou da raça bandeirante. Tal fato nos mostra que as teorias raciais, pelo menos quanto ao negro, ainda ofereciam respostas suficientes aos acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

As fronteiras demarcadas de uma identidade racial

Ao se depararem com a realidade racial do país, os intelectuais de São Paulo buscaram no mameluco, resultado da miscigenação entre brancos e índios, uma forma de destacar a elite paulista no cenário étnico brasileiro. Respaldados pelas teorias raciais do período, os sócios conseguem definir fronteiras em relação aos demais grupos sociais brasileiros, favorecendo sua preponderância política, econômica e social no Brasil.

Apesar de adaptarem certas concepções raciais que não eram bem vistas no período, como o de valorização da mestiçagem, os agremiados seguem uma visão determinista, e não se aventuram em tocar nos temas ainda difíceis da sua época, como a presença racial do negro e de sua cultura na formação da nacionalidade nacional.

De certa forma, os acadêmicos de São Paulo reproduziram um tipo de pensamento presente ainda entre os intelectuais brasileiros até meados dos anos 30, mas em suas análises propõem a existência de uma pureza racial da elite paulista, resultado do relativo isolamento a qual ficou submetida até o século XIX.

A preocupação com a manutenção de uma certa unidade racial, se não do Brasil, mas pelos menos para estado de São Paulo, pode ser observada no artigo de Alcebiades Furtado, publicado em 1913. O autor analisa, com um olhar

racial, os problemas que poderia acarretar a vinda de imigrantes asiáticos para o Brasil:

Deste mal se há de resentir com a emigração japoneza, que nos ameaça, a sorte do trabalhador europeu. São duas economias incompatíveis, além da diferença de orientação social. Com efeito duas raças de diferente cultura não podem co-existir pacificamente na mesma zona geographica. Essa incompatibilidade aumenta na razão da diferença ethnica e dos hábitos de sobriedade ou do negativo consumo e da resistencia maior ao trabalho (hypotese do chinês, do coolie hindú e do japonês), o que dificulta a sua sujeição á raça mais forte e mais ricamente dotada. Ora, o japonês pelos seus caracteres ethnicos, pelo seu exclusivismo e pela sua educação e parcimonia, tem todos os elementos para monopolizar o mercado do trabalho, e como não podemos crear a servidão da gleba, a deslocação dos capitaes ou a continua emigração das economias individuaes se irá fazendo fatal e paulatinamente com a renovação do pessoal desses colonos nomades ou transitorios, que não assimilarão os nossos costumes na rigidez dos seus caracteres ethnicos e fixados por um trabalho de superestructura muitas vezes secular.

(...) Quanto aos outros trabalhadores asiaticos, o melhor que temos a fazer é fechar-lhes os nossos portos, especialmente aos

chineses; estes judeus do Extremo Oriente são os exploradores da imprevidencia e da ignorancia do javanez, como o syrio o é da nossa população sertaneja.

(FURTADO, 1913)

As palavras de Alcebiades Furtado representam a idéia constante em todos os artigos estudados: a de que a manutenção de uma certa estabilidade racial, causada principalmente pelo isolamento de São Paulo no período colonial, foi a responsável pela grandeza de São Paulo. A ausência do negro na formação física paulista teria sido uma vantagem, e esta deveria ser mantida de todas as formas, evitando misturas raciais descontroladas ou com grupos considerados inferiores.

O que estava em jogo não era somente uma concepção racial, mas propriamente um projeto para o Brasil. O que se vislumbrava era um futuro grandioso para o país, com a consolidação cada vez maior de um liderança paulista vinculada à uma visão racial e evolutiva que sustentava a superioridade da raça bandeirante. Dessa forma, apesar dos artigos do Instituto readaptarem as teorias raciais européias, buscando assim novos caminhos para a construção da raça paulista, não encontramos indícios de uma negação contundente do pensamento racial, principalmente quanto aos seus principais conceitos:

a) condenação do negro e suas misturas a um papel secundário no processo histórico dos povos;

b) estímulo a um tipo de análise que via com a maior importância a manutenção de uma determinada pureza na constituição racial dos povos.

Assim, os textos publicados nas revistas do Instituto, no que se refere ao negro, não demonstram uma ruptura em relação ao pensamento racial vigente no período, que proclamava a inferioridade racial do negro.

O futuro da raça bandeirante

Percebemos, nos capítulos anteriores, que a raça bandeirante, fruto da mistura do branco com o índio, era vista positivamente pelos autores do IHGSP. Estes acreditavam que a natureza e o clima paulista contribuíram para a formação do caráter superior desse novo grupo racial que, devido ao isolamento do planalto de Piratininga, tinha se livrado da degradação causada pelo sangue negro.

Cabe ressaltar ainda uma indagação: como os artigos apresentam o futuro dessa raça?

Os intelectuais agremiados apresentam preponderantemente uma visão positiva sobre o futuro do Brasil. Por outro lado, nas primeiras décadas do século XX, muitos intelectuais tinham uma visão pessimista sobre o passado e conseqüentemente sobre o futuro do país, influenciados por autores como Buffon e Gobineau (que condenavam a miscigenação). Stella Bresciani chega a afirmar que havia um ressentimento por parte desses intelectuais; sentimento este ligado principalmente a uma incapacidade de fuga das visões pessimistas a respeito da

origem miscigenada do povo brasileiro e da suposta impossibilidade dos países localizados nos trópicos de se desenvolverem¹³¹.

No Instituto Paulista, a idéia recorrente é a de esperança no futuro. Essas interpretações negativas são mesmo combatidas diretamente, como observamos no texto de Roberto Miranda, publicado em 1922:

Tal tem sido, senhores, nestes quatro séculos de honesto viver, nestes cem annos de existência autonoma, o suado labor da nossa gente. Dizei-me se o povo que assim luta, e teima, e soffre, e vibra, e vence, merece a pecha de inferior ou incapaz com que, tantas vezes tem sido malsinado. Dizei-me se, refractaria á civilização e progresso, é ou póde ser raça que, asperamente fundida na esmagadora bruteza de um solo, onde estirpes mais famosas não lograram tomar pé, a si mesma se refinou e poliu, depois de vencer as hostilidades do meio, criando sobre a rusticidade dos campos maninhos, sobre os destroços dos matagaes devastados, mais do que feitorias rendosas, mais do que cidades e colônias florescentes, a grandeza moral de um paiz , de uma nação, de uma pátria. Não! Clamem embora os censores ou duvidem os scepticos. O Brasil não

¹³¹BRESCIANI, Stella. *Identidades Inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar comum*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.) *Memória e Ressentimento – indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001., p. 424

confiirmará os seus tristes prognósticos. E, sereno, modesto, mas resoluto e confiante, continuará como até aqui, a crescer, a crescer. Porque no seu regaço bemdito vive um povo nobre, viril, generoso, cuja cultura quotidiana se aprimora, cuja consciência dia a dia se robustece, cujo patriotismo diuturnamente se remoça.(...) Vinde, senhores, vinde a esta elevação do passado, a ideia da força atual do Brasil e a imagem decerto apagada e minúscula, porém não de todo infiel, do futuro esplendor da nação.

(MIRANDA, 1922)

Certamente que a esperança no futuro da nação é feita a partir da crença na condição racial superior dos paulistas, que seriam os responsáveis por conduzir o Brasil aos portões dourados da civilização. A fé no bandeirante e em seu sangue é uma constante nos artigos, levando o escritor Affonso de Freitas Júnior a afirmar, em 1925: *Foi desta raça caldeada com a do conquistador que surgiu o Bandeirante. Abençoado caldeamento! Afortunado bandeirante! Salve, gloriosa gente* (FREITAS Jnr. 1925)

A força da raça paulista era considerada tão prodigiosa que estaria imune, inclusive, a possível perda de identidade ocorrida com a chegada dos imigrantes. Como já dito no primeiro capítulo, os agremiados do Instituto aceitavam a vinda dos brancos europeus, dialogando assim com a crença no progressivo branqueamento oriundo do cruzamento com o sangue mais forte.

Também sabemos que grande parte da intelectualidade brasileira até os anos 30 aceitava tal idéia, apesar de autores como Silvio Romero, Nina Rodrigues ou José Veríssimo discordarem do tempo necessário para tal processo, ou mesmo duvidarem da possibilidade do branqueamento ocorrer uniformemente em todo o país. De qualquer forma, a teoria do branqueamento demonstrava já um rompimento com a ortodoxia do pensamento racial, ao observar no miscigenado preponderantemente branco uma possibilidade de desenvolvimento.

Assim, a crença na miscigenação com o branco como uma salvação étnica representava o ressentimento de grande parte da elite intelectual brasileira com o caráter miscigenado de seu povo. A salvação estava assim depositada no sangue europeu que mais forte, assimilaria a massa caldeada, numa espécie de renascimento racial. Entretanto, a crença no caráter renovador do branqueamento trazia também uma preocupação com a possível perda de identidade cultural resultante de tal processo. Esta preocupação aparece diferentemente entre os intelectuais do Instituto. Referindo-se especificamente à raça paulista, os autores acreditam que a vinda dos imigrantes não traria uma mudança significativa na identidade racial dos herdeiros dos bandeirantes. Mesmo com a mistura, a identidade racial dos paulistas se manteria devido ao caráter superior de sua raça, que por questões históricas próprias do grupo (não presença do sangue negro e isolamento geográfico) iniciara uma verdadeira assimilação dos europeus brancos imigrantes. Desse modo, os acadêmicos paulistas apresentam uma variação extremamente genuína do pensamento racial, diferente do que afirmavam

intelectuais como Silvio Romero, Fernando de Azevedo, Euclides da Cunha ou Oliveira Vianna, que acreditavam no poder assimilador do sangue europeu sobre os miscigenados brasileiros.

A idéia da assimilação do europeu pela raça paulista está expressa em muitos artigos, como o escrito por João Esteves da Silva, no ano de 1900. Nele, o autor não só confirma a assimilação racial e cultural do imigrantes, mas também dos próprios brasileiros vindos de outras regiões:

S. Paulo tem uma qualidade que devia recommendal-o á sympathia de outros estados, ao envez do que lhe merece – de despertar mal contidas prevenções e geral espírito de emulação hostil. Consiste ella na adopção completa e sem reservas que faz dos brasileiros procedentes de outras zonas, que se fixam aqui ou que trazem a collaboração útil de qualquer espécie que seja, para não importa que ordem de actividade da sua vida social, política ou econômica; e o mesmo se dá com cidadãos de outros paízes.

(SILVA, 1900)

Alfredo Ellis Júnior foi um dos grandes propagadores da superioridade da raça paulista. Em artigo publicado em 1932, o autor afirma que o progresso de São Paulo é fruto de sua constituição racial, e que os imigrantes

seriam apenas contribuintes no constante aprimoramento paulista, que mesmos após a assimilação continuaria ligado aos antepassados bandeirantes:

A raça, o meio physico e o meio social são creadores da nossa grandeza. Esses factores do passado secular, agindo sobre a raça, no seu physico, no seu moral e na sua psychologia; Esses factores, moldando os moradores e orientando-lhes na sua evolução histórica e social, predeterminaram que seríamos um agrupamento humano superiormente dotado, capaz de attingir o grau de prosperidade em que nos encontramos. Esta consequência devemos exclusivamente a esses factores apontados, tendo, apenas, o elemento estrangeiro das correntes immigratorias avolumado o nosso progresso e nos auxiliado a conquistar opulência.(...) o futuro certamente nos abrirá um epoca de descomunal opulência.

(...) Os paulistas mortos representarão, esse papel principal do nosso grandioso futuro, como já são elles os grandes creadores da nossa actual e invejável situação, que está nas proporções das excepçõaes virtudes eugênicas que lhes aureolaram o physico e o moral, as quaes tão bem souberam transmittir aos seus posterios.

(ELLIS Jnr. 1932)

A mesma idéia de assimilação é apresentada por Affonso José de Carvalho, em um trabalho intitulado *Valores Permanentes*, publicado no ano de 1937:

(...) E essa lanheza e doçura de costumes impressionava o estrangeiro recém-chegado, convida-o naturalmente a ficar entre nós, a compartilhar de nossa existência feliz. E tal adaptação do estrangeiro perdura até hoje. O paulistano continua a exercer a mesma força atrativa. A assimilação dos de fora continua a mesma, pois é bem certo que, volvidos os tempos, após as comoções políticas e sociais que advieram desde a abolição do elemento servil e após as transformações materiais que enriqueceram e aumentaram a população para mais de um milhão de habitantes, a solidariedade eficiente de estrangeiros, cujos valores étnicos ficaram assimilados, fundidos em nossa vida social, confortou-nos um dia quando este povo se ergueu de ímpeto, em 1932, para renovar os antigos fastos mamelucos.

E eis porque os velhos paulistas se convencem, confortadoramente, da constância dos valores regionais. Eles sabem que variam as conformações ramalhudas da árvore racial, mas não difere a seiva que alimentava outrora o vegetal forte mas esguia, e que hoje robustece o roble gigantesco do planalto.

(CARVALHO, 1937)

Dessa forma, os autores do Instituto tinham uma esperança no futuro do país, a partir da liderança da elite paulista descendente dos antigos bandeirantes, que manteriam sua superioridade cultural e racial, mesmo após a chegada dos trabalhadores estrangeiros. A raça paulista representava, desse modo, a própria imagem de um grupo racial que, mesmo tropical e fruto da miscigenação, conseguiu desenvolver-se e formar uma verdadeira elite racial no Brasil.

A imagem da raça paulista como superior está presente em muitos autores do período, como em Euclides da Cunha e, mais especificamente, em Oliveira Vianna, que cria no caráter de liderança do paulista e em seu papel assimilador sobre o restante do Brasil¹³². Portanto, os membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo afirmavam a superioridade do povo paulista, representado pelos bandeirantes, e acreditavam no papel de liderança destes para que o Brasil alcançasse o desenvolvimento econômico, político e social.

¹³² LEITE, Dante Moreira. Op. Cit. Também sobre Oliveira Vianna ver: ODALIA, Nilo. *As Formas do Mesmo – ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997

Considerações finais

Estudamos durante o decorrer deste trabalho como os acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, entre os anos de 1894 e 1940, dialogaram com as questões raciais debatidas por grande parte da intelectualidade brasileira do período.

As teorias raciais, surgidas na Europa a partir do século XVII, apresentavam na grande maioria das vezes prognósticos negativos sobre o chamado Novo Mundo, em especial ao Brasil.

Foi a partir da abolição da escravatura, em 1888, que os debates raciais tomaram corpo no país, e tais idéias foram trabalhadas e discutidas por uma série de autores.

Os intelectuais do Instituto Paulista, inseridos nessas discussões, produzem uma série de trabalhos que acabam por justificar uma suposta superioridade cultural, racial e social dos herdeiros das antigas famílias paulistas, frutos da união dos brancos portugueses com os índios Guayanases. Ao afirmarem tal processo, aceitam as teorias raciais corroborando a necessidade da manutenção de uma pureza racial para a formação de um povo e aceitando a inferioridade do negro e do índio em relação ao europeu. Por outro lado, também rompem com as mesmas teorias, ao negarem a afirmação de que miscigenados não teriam condições de desenvolvimento econômico ou social. Assim, confirmam a positividade e a superioridade da raça paulista, referendando suas afirmações não

só na negação de determinados pressupostos raciais, mas através da geografia, da etnologia, da antropologia e principalmente da história.

As afirmações sobre a chamada raça paulista feitas nas revistas do IHGSP também se relacionam com os debates em torno da viabilidade (ou não) da imigração européia para o Brasil, entre os anos de 1900 e 1920. Sabemos que a formação racial era percebida por grande parte dos intelectuais nacionais como fundamental para o futuro do país. A miscigenação e a presença maciça do sangue negro era pensada com extrema preocupação, e uma das principais alternativas aceitas estava na imigração. O sangue branco europeu era apontado por muitos como uma solução possível, visto que na mistura com os brasileiros o imigrante, tido como racialmente mais forte, branquearia progressivamente o miscigenado brasileiro. Tal afirmação foi motivo de muitos debates nos meios acadêmicos nacionais, e acabou por gerar uma outra querela: a imigração também poderia causar a perda do caráter nacional, pois a cultura européia, tida muitas vezes como mais desenvolvida, poderia por acabar com características tipicamente brasileiras.

O problema da perda da identidade, possível resultado da imigração, é discutida pelos sócios do Instituto de uma maneira atenta e singular. A idéia pessimista sobre o futuro do país, que poderia ficar sem identidade cultural, não era compartilhada pelos acadêmicos de São Paulo. Para eles, a força da raça paulista fomentaria uma espécie de *assimilação às avessas*. O europeu em São Paulo seria assimilado racialmente e culturalmente pela raça paulista. O

contrário ocorreria somente no resto do país. Desse modo, definia-se a idéia de que um grupo social nos trópicos não só teria condições de desenvolvimento intelectual, físico e cultural, mas também seria capaz de absorver o sangue europeu, prova definitiva da força racial paulista.

A crença na raça paulista para os sócios adquiriu assim uma dupla função: uma externa, na medida em que valorizava a formação de um grupo na América e refutava os paradigmas raciais europeus; e outra interna, no sentido em que distinguia os paulistas dos outros estados da federação. Esta última função, que foi utilizada como uma forma de distinção social, acabava não só por justificar, fortalecer e construir uma idéia de supremacia de São Paulo sobre os demais estados, como também garantia à elite paulista vinculada a raça bandeirante um *status* moral, intelectual e físico superior. Dessa forma, a imigração era vista como mais um passo no caminho da história paulista, observada por grande parte dos intelectuais acadêmicos como um traço contínuo rumo à liderança e à glória.

Fontes:**Capítulo I**

AZEVEDO, Miranda. *Notícias sobre o Dr. Domingos Freyre*. In: RIHGSP, volume IV: São Paulo, 1899.

AYROSA, Plínio Marques. *Traços da vida de Antonio Carlos Carmo*. In: RIHGSP, volume XXVIII: São Paulo, 1930.

BARROS, José de Paula Leite. *Homenagem ao máximo benfeitor de Itu – Joaquim Bernardo Borges Silva*. In: RIHGSP, volume XXV: São Paulo, 1927.

EGAS, Eugenio. *São Paulo: a cidade*. In: RIHGSP, volume XIV: São Paulo, 1909.

_____. *Elogios Históricos (1916-1919)*. Volume XXXIV: São Paulo, 1937.

FONTOURA, Ezequias Galvão da. *Os padres do patrocínio*. In: RIHGSP, volume XXVI: São Paulo, 1928.

FRANCO, Manoel Marcellino de Sousa. *Memória Histórica do Município de S. Antonio da Boa Vista*. In: RIHGSP, volume XVII: São Paulo, 1912.

FREITAS Jnr, Affonso A de. *Sorocaba nos tempos idos*. In: RIHGSP, volume XXVII: São Paulo, 1929.

_____. *O Primeiro centenário da fundação da Imprensa Paulista*. In: RIHGSP, volume XXV: São Paulo, 1927.

- _____. *Notas sobre a filiação puerícia e adolescência do padre Feijó*. In: RIHGSP, volume XXV: São Paulo, 1925.
- GUIMARÃES, Manoel Pereira. *Parecer*. In: RIHGSP, volume VII: São Paulo, 1902.
- JAGUARIBE, Domingos. *Origens republicanas do Brasil*. In: RIHGSP, volume I: São Paulo, 1895.
- MOTTA, Othoniel. *Um documento histórico – uma carta de Paula Souza*. . In: RIHGSP, volume IX: São Paulo, 1904.
- PENTEADO, Ernesto Goulart. *A instrução em S. Paulo* In: RIHGSP, volume XXII: São Paulo, 1922.
- PIMENTA, Gelario. *Alexandre Levy*. In: RIHGSP, volume XV: São Paulo, 1910.
- PIZA, A de Toledo. *O militarismo em São Paulo*. . In: RIHGSP, volume IV: São Paulo, 1898.
- RANGEL, Alberto. *Recepção do Sr. Dr. Alberto Rangel*. . In: RIHGSP, volume XVIII: São Paulo, 1913.
- RIBEIRO, J. C. Gomes. *A Revolução de 7 de Abril de 1831 e seu alcance político* In: RIHGSP, volume XI: São Paulo, 1906.
- SAMPAIO, Theodoro. *A fundação da cidade de São Paulo*. In: RIHGSP, volume X: São Paulo, 1905.
- _____. *S. Paulo no século XIX*. In: RIHGSP, volume VI: São Paulo, 1900.

_____. *Quem era o Bacharel Degredado em Cananéia..* In: RIHGSP, volume VII: São Paulo, 1902.

_____. *O sertão antes da conquista.* In: RIHGSP, volume V: São Paulo, 1899.

VAMPRÉ, Spencer. *Discurso.* In: RIHGSP, volume XXVIII: São Paulo, 1931.

VIEIRA, Damasceno. *Como se deve elevar o moral da pátria.* In: RIHGSP, volume IX: São Paulo, 1904.

WETTER, João. *A raça Luso-brasileira.* In: RIHGSP, volume XIX. São Paulo, 1914

YOUNG, Ernesto Guilherme. *Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape.* In: RIHGSP, volume II: São Paulo, 1896.

Capítulo II

BARROS, José de Paula Leite de. *Homenagem a Joaquim Bernardo Borges.* In: RIHGSP, volume XXV: São Paulo, 1927.

CAMPOS, Pedro Dias de. *As minas de ouro do Jaragua .* In: RIHGSP, volume XXVIII: São Paulo, 1929.

CORREA, M. Pio. *Município de Iguape. .* In: RIHGSP, volume XI : São Paulo, 1906.

FREITAS, Afonso A de. *Capitulos da Geographia Physica de S. Paulo.* Volume XXX: São Paulo, 1931.

JAGUARIBE, Domingos. *Origens Republicanas do Brazil*. In: RIHGSP, volume IV: São Paulo, 1898.

LOFGREN, Alberto. *Documento de 1815 de um viajante sueco com comentários elogiosos sobre os moradores de S. Vicente*. . In: RIHGSP, volume XII : São Paulo, 1907

MILLIET, Sergio. *Nordeste*. In: RIHGSP, volume XIII: São Paulo, 1937.

ORLANDO, Arthur. *Bandeirantes*. . In: RIHGSP, volume XIV: São Paulo, 1909.

SAMPAIO, Theodoro. *Os Selvagens de São Paulo*. In: RIHGSP, volume II: São Paulo, 1896.

_____. *IV Centenário do Descobrimento do Brazil*. In: RIHGSP, volume VI: São Paulo, 1900.

Capítulo III

BARROS, José de Paula Leite de. *Algumas notas genealogicas da família Paula Leite*. In: RIHGSP, volume XXV: São Paulo, 1927.

ELLIS Jnr. Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas e o cruzamento Euro Americano*. In: RIHGSP, volume XXIX: São Paulo, 1932.

FREITAS, Affonso A . de. *Distribuição Geographica das tribus indigenas na épova do descobrimento*. . In: RIHGSP, volume XIX: São Paulo, 1914.

_____. *Os Guayanás de Piratininga*. . In: RIHGSP, volume XIII: São Paulo, 1908.

- GODOY, Joaquim Floriano de. *Rápida Notícia histórica da província de S. Paulo*. In: RIHGSP, volume XVIII: São Paulo, 1913.
- JAGUARIBE, Domingos. *O Império dos Incas*. In: RIHGSP, volume XVII: São Paulo, 1912.
- KRONE, Ricardo. *Raça paulista através dos craneos achados em Sambaquis*. In: RIHGSP, volume VII: São Paulo, 1902.
- LEÃO, Ermelino A. de. *Chronologia Pre-Histórica*. . In: RIHGSP volume XIV: São Paulo, 1909.
- LIMA, M. de Oliveira. *O Brazil e os Extrangeiros*. In: RIHGSP, volume XVII: São Paulo, 1912.
- _____. *A conquista do Brazil*. In: RIHGSP, volume XVII: São Paulo, 1912.
- MONTEIRO, Plínio de Barros. *A origem dos povos Ameríndios*. In: RIHGSP, volume XXXVI: São Paulo, 1939.
- MOURA, Gentil de Assis. *Um problema histórico geográfico – onde foi o assento da villa de Santo André da Borda do Campo*. In: RIHGSP, volume XIV: São Paulo, 1909.
- PINTO, Adolpho Augusto. *Monumento Commemorativo da Fundação de São Paulo*. In: RIHGSP, volume XXIII: São Paulo, 1925.
- SAMPAIO, Theodoro. *O Sertão antes da conquista*. In: RIHGSP, volume V: São Paulo, 1899.

_____. *O Caminho da Índia*. In: RIHGSP, volume III: São Paulo, 1898.

_____ e DERBY, Orville A. *Qual a verdadeira grafia do nome Guayaná*. In: RIHGSP, volume II: São Paulo, 1896.

STELLA, Jorge Bertolaso. *A língua Etrusca*. In: RIHGSP, volume XXVIII: São Paulo, 1929.

_____. *As línguas indígenas americanas*. In: RIHGSP, Volume XXVI: São Paulo, 1928.

VIEIRA, Damasceno. *Como se pode elevar o moral da nossa pátria*. In: RIHGSP, volume IX: São Paulo, 1904.

WETTER, João. *A raça luso brasileira*. In: RIHGSP, volume XIX: São Paulo, 1914.

Capítulo IV

AGUIAR, João Batista de Campos. *Arquivo Aguirra*. In: RIHGSP, volume XXXVI: São Paulo, 1939.

ASCOLI, Haroldo Renato. *A escravidão e sua abolição no Brasil*. In: RIHGSP, volume XXXIV: São Paulo, 1937.

CARVALHO, Affonso de. *O abolicionismo e a democracia nas Arcadas*. In: RIHGSP, volume XXXII: São Paulo, 1937.

_____. *Valores Permanentes*. In: RIHGSP, volume XXXVII: São Paulo, 1937.

ELLIS Jnr. Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euro-Americano*. In: RIHGSP, volume XXVIII: São Paulo, 1930.

FREITAS Jnr. Affonso de. *A missa padroeira*. In: RIHGSP, volume XXII: São Paulo, 1925

FURTADO, Alcebiades. *A colonização do Brazil*. In: RIHGSP, volume XVIII: São Paulo, 1913.

GODOY, Joaquim Floriano de. *Rapida Notícia histórica da província de S. Paulo*. In: RIHGSP, volume XVIII: São Paulo, 1913.

GUISARD, Felix Filho. *Capítulos da História de Taubaté*. Volume XXVIII: São Paulo, 1930.

MENDONÇA, Lucio de. *Luiz Gama*. In: RIHGSP, volume XXVIII: São Paulo, 1925.

MIRANDA, Roberto. *A passagem do 7 de setembro de 1922 em S. Paulo*. In: RIHGSP, volume XXII: São Paulo, 1922.

MORTON, C. Wash. *A Fazenda de Ibicaba* In: RIHGSP, volume XXIII: São Paulo, 1925.

PIZA, Marcelo. *Nota sobre os Caingangos*. In: RIHGSP, volume XXXV: São Paulo, 1938.

RIBEIRO, J. C. Gomes. *Os indígenas primitivos de São Paulo*. In: RIHGSP, volume XIII: São Paulo, 1908.

SAMPAIO, Theodoro. *São Paulo de Piratininga no fim do século XVI*. In:

RIHGSP, volume IV: São Paulo, 1898.

SANTOS, Joaquim Silverio. *São Roque de Outrora*. In: RIHGSP, volume

XXXVII: São Paulo, 1939.

SILVA, João Diogo Esteves da. *Discurso*. In: RIHGSP, volume VI: São Paulo,

1900.

Bibliografia

- ABUD, Katia. *O sangue Itimorato e as nobilíssimas tradições - a construção do mito bandeirante*. São Paulo: USP, 1985.
- AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.
- ANDERSON, Benedict Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, medo Branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço Branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAUSBAUM, Leôncio. *História Sincera da República, de 1889 - 1930*. São Paulo: Alpha Omega, 1975-1976.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.
- BERNARDO, Teresinha. *Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1998.

- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.) *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.
- BLANC, Marcel. *Os herdeiros de Darwin*. Trad. Mariclara Barros. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1994.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- _____. *O Pré-Modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli (...et al) São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- _____. *Sílvia Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo; Brasiliense, 1981.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- _____. *A República Velha: Evolução Política*. São Paulo: Difel, 1971.

_____. *A Primeira República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas políticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. trad. Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1988.

COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

COSTA, Ângela Marques da.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando século – 1890-1914- No tempo das certezas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, Brasília: Ed. UNB, 1963.

CHIAVENATO, Julio. *O negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAVIDOFF, C. H. *Bandeirantismo, verso e reverso*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque*. Trad. Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, Edusp, 1971.

FERNANDES, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. *A integração do Negro na sociedade de classes*. São Paulo: USP, 1965.

FERREIRA, Antonio Celso. “*Entre a História e o Romance, entre a tradição e a Modernidade*”. In: Revista do IHGSP. São Paulo: 1995.

_____. *A Epopéia Paulista: Imaginação Literária e Invenção Histórica (1870-1940)*. Tese de Livre Docência. São Paulo: Unesp, 1999.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as coisas: uma arquitetura das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GERBI, Antonello. *O Novo mundo – História de uma polémica (1750 – 1900)*. Trad. Bernardo Loffily. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão...(et al.) Campinas: Ed Unicamp, 1990.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1988

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, 1988.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terencer. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- _____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- HUNT, Lynn (org). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JANOTTI, Maria de L. M. “*Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período Republicano, um exemplo?*” In: Silva, marcos A. (coor) *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- QUEIROZ, Suely Robles Rez de. *Os Radicais de República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- LORENZO, Helena de Carvalho de; CONTA, Wilma Peres da. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça – médicos e educadores e discurso eugênico*. Campinas: Unicamp, 1994.
- MARTINS, Wilson. *História da intelectualidade Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977.

- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Alpha-Omega, 1974.
- MICELI, Paulo. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e história de São Paulo*. In: Novos Estudos do CEBRAP. São Paulo: 1992.
- _____. *Os negros da Terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- _____. *Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade Paulista na obra de Alfredo Ellis Jr.* In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: 1994.
- MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MORSE, Richard M. *Formação Histórica da cidade de São Paulo, da comunidade à Metrópole*. São Paulo: Difusora Européia do Livro, 1970.
- NOGUEIRA, Almeida. *A academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. São Paulo: Saraiva, 1977.
- ODALIA, Nilo. *As Formas do Mesmo – Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, CNPQ, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: Sugestões para pensar a década de 1920*. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 20 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp, 1997
- POLIAKOV, Leon. *O Mito Ariano*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- PRADO, Jr. Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 8. edi. São Paulo: Brasiliense.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo – um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- REIS, José (org). *Escravidão e invenção da liberdade - estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932.

SANTOS, Afonso Marques dos. *A invenção do Brasil: um problema nacional*.

Revista de História. São Paulo: USP, 1985.

SARTRE, Jean Paul. *Reflexões sobre o racismo*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo:

Difusão Européia do Livro, 1963.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *Retrato em Branco e Preto - Jornais, escravos e cidadãos em S. Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____, QUEIROZ, Renato da Silva.(orgs). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____; REIS, Letícia Vidor de Sousa Reis (orgs). *Negras Imagens- ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Trad. Susan Semler (...et al). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Preto no Branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. *Orfeu Extático na metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das Letras: literatura e modernização no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

TOTA, Antonio Pedro. *A locomotiva no ar*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura. PW. 1990.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.